

Geminiano Montanari

*Tratado mercantil
sobre a moeda*
(1683)



A “invenção maravilhosa” – sobre a qual escrevia o astrofísico de Módena, Ottavio Finetti, sob o pseudônimo de Geminiano Montanari, tratando da moeda, que ele já entrevia como um meio pelo qual cada homem, estando em sua casa, podia prover-se de “todas as mercadorias” e desfrutar delas, uma vez que “todo o globo terrestre” havia se tornado quase como “uma única cidade” – se não tivesse sido descoberta por ele há mais de trezentos anos, poderia ser a melhor descrição possível das atuais transações eletrônicas (comércio e moeda), efetuadas através da rede de internet.

Pelo contrário, o dinheiro era ainda metal sonante, e as mercadorias eram transportadas pelos navios das grandes companhias do capital comercial, o qual apenas incubava o capitalismo propriamente industrial.

Uma tal circunstância deve fazer refletir.

Ainda que homem de inteligência sutil e observador atento de tudo o que podia divisar em volta dele – assim que ele deve sua fama à notável descoberta da variabilidade da estrela Algol – mas, talvez, exatamente por essas razões, Finetti não fez senão observar as *potencialidades* universais do dinheiro que se estava rapidamente transformando em capital em escala mundial.

Por isso, excluindo que ele quisesse formular profecias, só resta constatar como o *conceito* da dimensão e alçada mundial do dinheiro e do capital já estivesse plenamente perceptível a uma mente aguda.

TRATADO MERCANTIL SOBRE A MOEDA
(1683)

RAÍZES DO PENSAMENTO ECONÔMICO

Volume 7

ISBN 85-89075-05-2

Montanari, Geminiano, 1633-1687

Tratado mercantil sobre a moeda (1683) /
Geminiano Montanari ; tradução de Marzia Terenzi
Vicentini. – Curitiba : Segesta, 2006.

p. 223 ; 23cm

Tradução de : Della moneta : Trattado mercantile.

1. Moeda – História. I. Vicentini, Marzia Terenzi.
II. Título.

CDD (21ª ed.)

332.4

Dados internacionais de catalogação na publicação
Bibliotecária responsável: MARA REJANE VICENTE TEIXEIRA

GEMINIANO MONTANARI

TRATADO MERCANTIL
SOBRE A MOEDA
(1683)

Tradução de Marzia Terenzi Vicentini



SEGESTA
EDITORIA

Título original: *Della moneta – Trattato mercantile*

© MARZIA TERENCE VICENTINI, 2006

Capa: DANIELA VICENTINI, sobre *Entalhe em micra*. Arte mississipiana, séc. IV. Ohio, Ross County.

Edição eletrônica e finalização: RODRIGO MICHEL FERREIRA

Revisão: SILVANA SEFFRIN

Obra publicada com a contribuição do
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA ITÁLIA



SEGESTA
EDITORA

Al. Princesa Isabel, 256 / ap. 24
Curitiba / PR
80410-110
Tel.: (41) 3233-8783
E-mail: segesta@uol.com.br
Site: www.segestaeditora.com.br

SUMÁRIO

NOTA DO EDITOR	9
PROÊMIO	15
CAPÍTULO I	
O QUE É MOEDA. OS MATERIAIS COM QUE É FABRICADA. A GRANDE IMPORTÂNCIA DO SEU USO NA SOCIEDADE HUMANA	19
CAPÍTULO II	
DA PROPORÇÃO ENTRE AS MOEDAS E AS COISAS PASSÍVEIS DE SER VENDIDAS, CONSIDERADA DE UM MODO GERAL	34
CAPÍTULO III	
DA ALTERAÇÃO QUE SOFREM OS PREÇOS DAS COISAS EM VIRTUDE DE SUA ABUNDÂNCIA OU RARIDADE, DADA A MESMA QUANTIDADE DE MOEDAS NO MUNDO	47
CAPÍTULO IV	
SOBRE O OURO E A PRATA E SUAS PROPORÇÕES DE VALOR NAS MAIS DIFERENTES ÉPOCAS	53
CAPÍTULO V	
DO VERDADEIRO PREÇO DO OURO E DA PRATA E COMO CADA UM DELES É PREÇO DO OUTRO	62
CAPÍTULO VI	
AS VÁRIAS CAUSAS QUE PODEM ALTERAR A PROPORÇÃO DE VALOR ENTRE O OURO E A PRATA	70
CAPÍTULO VII	
DAS MOEDAS DE COBRE E OUTRAS DE PRATA DE LIGA DE POUCO VALOR E SUA PROPORÇÃO COM AS DE OURO E DE PRATA	74

CAPÍTULO VIII

DO VALOR DAS MOEDAS EM COMPARAÇÃO COM AS LIRAS
E OS ESCUDOS DE CADA PAÍS, QUE, NO MAIS DAS VEZES,
SÃO IMAGINÁRIOS 87

CAPÍTULO IX

ÀO SE DIZER QUE AS MOEDAS AUMENTAM DE VALOR,
JÁ QUE VALEM MAIS LIRAS OU SOLDOS IMAGINÁRIOS,
DEVE-SE ENTENDER MAIS PROPRIAMENTE QUE AS LIRAS,
SOLDOS E ESCUDOS IMAGINÁRIOS DIMINUEM DE VALOR 97

CAPÍTULO X

O EFEITO QUE A MÁ OBSERVAÇÃO DA PROPORÇÃO ENTRE
O OURO E A PRATA PRODUZ NA AVALIAÇÃO DAS MOEDAS 103

CAPÍTULO XI

TAMBÉM O ABUSO DE DEIXAR CIRCULAR COMO BOAS MOEDAS
COM PESO MENOR CAUSA PREJUÍZO AO PRÍNCIPE E AOS SÚDITOS,
FAZENDO ELEVAR DE PREÇO AS BOAS 114

CAPÍTULO XII

PREJUÍZOS QUE A ELEVAÇÃO DE VALOR DAS MOEDAS CAUSA
AO ERÁRIO DO PRÍNCIPE E AOS BOLSOS DOS PARTICULARES 120

CAPÍTULO XIII

À INTRODUÇÃO DE MOEDAS DE OURO E DE PRATA ESTRANGEIRAS
COM UM VALOR MAIOR DO QUE SEU VALOR INTRÍNSECO
PRODUZ A ELEVAÇÃO DO VALOR DAS MOEDAS LOCAIS 137

CAPÍTULO XIV

À INTRODUÇÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS DE POUCO VALOR
COM UM VALOR MAIOR DO QUE SEU VALOR INTRÍNSECO
PREJUDICA E FAZ ELEVAR O VALOR DAS MOEDAS 148

CAPÍTULO XV

ALGUMAS RAZÕES QUE PRODUZEM A ELEVAÇÃO
DE VALOR DAS MOEDAS E OS DANOS JÁ DESCRITOS 156

CAPÍTULO XVI

SOBRE ALGUNS BANQUEIROS QUE, NAS PROPOSTAS QUE FAZEM
AOS PRÍNCIPES DE FABRICAR MOEDA, PENSAM EM SEUS PRÓPRIOS
INTERESSES E FAZEM PARECER, FALSAMENTE, QUE DE SUAS
SUGESTÕES RESULTE UM GANHO NÃO SÓ PARA O PRÍNCIPE
COMO TAMBÉM PARA O POVO 167

CAPÍTULO XVII

POR QUE RAZÃO EM TODOS OS ESTADOS SE VÊM AS MOEDAS
AUMENTAREM E NUNCA DIMINUÍREM DE VALOR 174

CAPÍTULO XVIII

REGRAS GERAIS PARA AS CASAS DA MOEDA, A PRIMEIRA
DAS QUAIS É QUE OBSERVEM A PROPORÇÃO MAIS COMUM
ENTRE O OURO E A PRATA 183

CAPÍTULO XIX

SEGUNDA REGRA: CUNHAR METAL O MAIS FINO POSSÍVEL 196

TÁBUAS DE MOEDAS, PESOS E MEDIDAS 213

NOTA DO EDITOR

Eça de Queirós, numa carta escrita em Paris no fim do século XIX, declara com firmeza que, já naquele tempo, todos tinham sido enganados pela ciência econômica. Ele escreve que, “embrulhados pelas sutilezas balofas da economia política”, chegamos a esquecer o pobre numa grande ilusão de deslumbramento do progresso.

Com efeito, a excêntrica família dos escritores de política econômica, no seu conjunto, pode ser dividida em dois grupos: o dos economistas *doces* e o dos economistas *amargos*.

Os dois grupos, que têm em comum uma linguagem estranha e pouco compreensível às pessoas que não pertencem à família, divergem, no entanto, no que diz respeito à profundidade com que analisam a sociedade.

De fato, os economistas doces são aqueles preocupados apenas com o movimento superficial dos acontecimentos e tentam tirar proveito rápido e imediato de tudo o que encontram no caminho. Estão prontos para agradar os espíritos ávidos de lucros que vivem com intensidade a banal questão do custo–benefício e que se alimentam de vantagens imediatas e particulares. A “balofice” da ciência dos economistas doces tem argumentos que persuadem, maravilham e obcecaram a imensa maioria das pessoas. São aqueles que nos enganam, como diz Eça de Queirós, aqueles que enaltecem a riqueza do tempo presente e esquecem a miséria que a produz. Se fizermos uma comparação com o mundo agrícola, seriam os lavradores que se preocupam prevalentemente com a colheita.

De outro lado, os economistas que chamo de amargos seriam os lavradores preocupados sobretudo com a

semeadura, isto é, aqueles que sofrem pela conseqüência de uma análise feita na profundidade da realidade, costumam ligações entre passado e presente, fazem comparações, examinam a produção numa escala global. Preparam o terreno para uma colheita futura e constataam com angústias e dilaceramentos as pesadas contradições entre as forças produtivas encontradas no presente e as mudanças intuídas e necessárias para desenvolvê-las no futuro. É uma raça pronta a sacrificar os negócios do dia seguinte para um sucesso a longo prazo. Tais economistas não escrevem textos amenos abrigados à sombra de esperanças impossíveis. São textos duros para adestrar o leitor a olhar a fortuna de olhos bem abertos, para enfrentar a força do imprevisto.

Geminiano Montanari, aliás Ottavio Finetti, pode, sem dúvida, ser definido como um economista amargo. A amargura de suas idéias sobre a moeda germina no terreno das atividades econômicas já globalizadas que se defronta com o obstáculo de um sistema monetário ultrapassado e bem complicado. Montanari não cogita ainda do papel moeda que já tinha visto a primeira emissão em Estocolmo em 1661, quando foram substituídas moedas que eram grandes placas retangulares de cobre com peso de até uma arroba. E seu pensamento precede, de poucos anos, as emissões de papel-moeda do Banco da Inglaterra, do Banco da Escócia, do Banco da Dinamarca e a aventura malsucedida do genial John Law, em 1716, na ousada tentativa da adoção na França de uma moeda de papel própria para representar a economia moderna.

Matemático e astrônomo, ele escreve sobre moedas, em 1683, quase seguindo os passos de outros brilhantes astrônomos como Nicole Oresme e Nicolau Copérnico.

Nascido em Módena em 1633, Montanari é contemporâneo de Isaac Newton, que, além de dirigir na Inglaterra a Casa da Moeda, escreverá, numa linguagem ríspida e penosa, alguns ensaios sobre o valor do ouro, da prata e do guinéu. Observamos esta singular ligação entre economia e astronomia no vocabulário econômico, no qual se encontram várias palavras que são próprias do movimento cíclico dos astros.

Foi na leitura dos Grundrisse de Marx que encontrei pela primeira vez as idéias de Geminiano Montanari. Surgiu, assim, uma forte curiosidade de saber quem é o tal de Montanari que escrevia tão bem sobre a “maravilhosa invenção da moeda” para a atividade econômica já globalizada. E se é comum deparar com a passagem de Montanari, citada por Marx, em vários textos de economia, observo que poucos puderam chegar a conhecer a obra inteira.

Com esta primeira tradução do texto integral do *Traçado mercantil sobre a moeda*, a Segesta lança certo desafio aos leitores e estudiosos para que realizem, neste texto “amargo”, uma minuciosa garimpagem de idéias seguindo o rastro deixado por Marx. Alguns afirmarão depois que terão encontrado mais uma obra de idéias inúteis; outros, talvez mais sagazes, poderão fazer uma oportuna reflexão sobre o *morbus nummaricus* que Montanari compara às doenças da pele, seguindo o pensamento de Antonio Serra, que fazia um paralelo entre a arte de governar e a complexidade e incerteza da medicina. Outros ainda poderão ser seduzidos por encontrar neste texto a possibilidade de poder prever que uma moeda representante de uma economia de um pequeno Estado tem condições de enfrentar e vencer uma luta contra a moeda do império, como

aconteceu com a moeda da pequena Holanda e a moeda do Império espanhol.

Em tempo como este em que vivemos será desejável que alguns pensadores encontrem idéias, na garimpagem da velha e amarga obra de Montanari, apropriadas para organizar defesas contra as impiedosas tempestades monetárias que ameaçam no horizonte. Os confusos e intrincados cálculos que Montanari faz no seu texto eram baseados ainda na moeda imaginária, não cunhada, que era referência fundamental do sistema monetário europeu. Montanari escreve no fim de uma época. Ele esbarra com os problemas mas não constrói soluções.

A “balofa” ciência econômica do nosso tempo, aquela dos economistas que chamamos doces, criou com o dólar americano uma nova espécie de moeda imaginária; alguma coisa fora do real, quase uma entidade divina insubstituível e imortal. Mas o dólar hoje aparece como um limão espremido, uma casca da velha moeda que, apesar de estar protegida até agora por um gigantesco aparato militar, não consegue mais esconder sua estrutura frágil de representante das imensas e impagáveis dívidas de um Império que alguns pensadores consideram já em vias de falência.

O dólar está ainda de pé, talvez por inércia, como no tempo do Montanari estava forte a moeda imaginária. Será uma tarefa difícil tentar encontrar uma solução com a criação de uma nova moeda que não seja vinculada a nenhum governo nacional. Parece que a civilização, doente e perplexa, se encontra numa encruzilhada histórica. É preciso um remédio e para descobri-lo é oportuno, mais uma vez, voltar às origens, à história da moeda.

O EDITOR

TRATADO MERCANTIL SOBRE A MOEDA

PROÊMIO

A elevação de valor das moedas que os povos vêm efetuando pouco a pouco, contra toda proibição de seus príncipes, é uma enfermidade política dos estados que Bodin,¹ em seu livro *Da República*, chama de *morbis nummaricus*. Se tivesse que explicar à qual entre as moléstias do corpo ela mais se assemelha, diria àquelas doenças da pele que, com incômodo permanente, não só corroem a pele e nos mantêm em contínua agitação, mas, penetrando às vezes mais adentro, infetam o sangue até nas vísceras, afrouxam e impedem as outras funções do corpo, pondo, assim, em perigo a nossa vida. E, realmente, essas enfermidades, tanto no corpo humano como no corpo político, dependem de causas tão recônditas, tão difíceis de ser entendidas que se torna muito complicado e extremamente arriscado curá-las. Muito mais, diria, em se tratando de um corpo político, porque aqueles poucos que entendem a origem delas e aos quais os príncipes, sem outra saída, recorrem para encontrar remédio são, no mais das vezes, aqueles mesmos cujo interesse particular é que o mal público perdure.

Mas se os príncipes, seus ministros e magistrados entendessem bem desses assuntos, difíceis nem tanto por sua natureza quanto por serem poucos os autores que os têm explicado com ordem e clareza, não precisariam pedir auxílio a pessoas interessadas em prejudicar o público, pessoas que, por serem más conselheiras, causam

1 Jean Bodin (Angers, 1530 – Laon, 1596), magistrado, economista e pensador político famoso, defensor da necessidade do Estado absolutista, mas com o poder do monarca limitado pelos Estados Gerais. Sua obra mais importante é *Six livres de la République*, de 1576, divulgada depois em latim (1586).

aqueles erros de tratamento dos quais descendem os humores mais contumazes desta enfermidade, a qual, infelizmente, causando danos e sofrimento ao povo, tem infestado nestes últimos tempos, e continua infestando ainda hoje, não apenas os felicíssimos estados do Vêneto, mas ainda os da Igreja, a Toscana, a Lombardia, o reino de Nápoles e grande parte da Alemanha, sendo próprio desse mal que quando se deixa crescer e enraizar, não cuidando prontamente dos remédios, não pode depois ser vencido sem que fiquem grandes cicatrizes, tanto no erário do príncipe quanto nos bolsos dos particulares. Entretanto, se se adotarem boas medidas de prevenção, raramente ou quase nunca esse mal poderá acometer os corpos políticos, ou, ainda que possa surgir, se se ministrarem prontamente os remédios apropriados, logo pode ser debelado.

E são esses remédios que espero indicar, muito brevemente e não sem clareza, neste tratado que tenciono escrever, se Deus permitir, desejando fazer com isso coisa que agrade aos contemporâneos e à posteridade em razão do benefício público que dela possa resultar, e que é o único fim dos meus estudos e da minha dedicação.

Reconheço e confesso estar empreendendo uma obra difícil, laboriosa, e sei muito bem que haverá muitos, entre os membros de órgãos e conselhos administrativos políticos especialmente encarregados de discutir este assunto de interesse público, que dirão – como já tive ocasião de ouvir de mais de um – ser impossível encontrar uma regra que baste para frear tal prática corrente entre os povos; mas eu não posso perder tão facilmente a esperança de que haja remédio.

Quem reparar que no Grão-ducado da Toscana durante um período de sessenta e mais anos, a moeda não

sofreu nenhuma alteração, mantendo a dobra de ouro sempre o valor de 20 liras florentinas, o escudo de prata, de 20, os húngaros, de 11,34, os cequins vênéticos e os florins, de 12 liras, e que apenas há pouco tempo foram feitas algumas alterações, ainda não aprovadas pelo príncipe, que eu, em certos escritos meus sobre tal assunto, distribuídos entre muitos amigos meus desde 1680, previtivamente que ocorrer; se reparar também que no Estado Vênético o cequim, que em 1605 valia 10 liras, de lá para cá, aos poucos, tem dobrado de valor, sendo estimado atualmente em 20 liras, e tem arrastado consigo o valor das outras moedas na mesma proporção; e se observar, então, que desordem semelhante, aliás, maior, seguiu nos estados ducais da Lombardia, e uma muito maior na Polônia no tempo de Casimiro, quando em apenas dois ou três anos o húngaro passou do valor de 6 ao de 12 florins, não poderá deixar de perceber, no entanto, que para esta doença existem meios de prevenção, caso contrário a Toscana não poderia ter-se conservado sadia por tão longo tempo, já que não está nas Índias e sim no meio da Itália, e comercia ininterruptamente com as outras províncias, afetadas, infelizmente, por tal doença; aliás, ela estaria ainda na mesma boa condição anterior se, limitando-se a mudar a dose, não tivesse descuidado de ministrar os verdadeiros remédios aos seus escudos.

Quem, então, atentar para tudo isso, verá quanto pouco fundamento têm os discursos daqueles que, desconhecendo tais assuntos, não encontrando onde pisar firme por falta de clareza nas noções fundamentais, desesperando dos remédios, proclamam com absoluta firmeza tratar-se de uma doença incurável; e tanto mais se fixam nesta opinião quanto mais vêm ter sido tratada em seus países constantemente, mas inutilmente, com um número

infindável de editais e proclamações que não surtiriam nenhum efeito. Que se refletissem como algum outro estado pôde se esquivar disso por um período de tempo tão longo, não teriam razão para se desesperar dessa maneira.

Baste ter-lhe dito isso, leitor, ao iniciar sua leitura deste livro, do qual não deves exigir aquela polidez de estilo nem aquela eloquência que não professo e não te prometo. As matérias doutrinárias correspondem, na arquitetura, à ordem toscana, que acaba se deturpando com ornamentos excessivamente elegantes. Cuidarei, antes, da consistência dos princípios enunciados e da ordem na distribuição das coisas a serem ditas, das quais resulta a clareza.

No entanto, nos primeiros capítulos irei expor algumas informações a respeito do antigo valor dos metais e das moedas, e outras noções eruditas que, se fores sôfrego de entender logo os fundamentos das minhas opiniões acerca do estado atual das coisas, talvez cheguem a te parecer um tanto distantes do propósito principal; mas leias e prossigas com ordem, pois assim verás que delas a luz se irradiará aos poucos e, como ocorre com aqueles que, tendo ficado muito tempo nas trevas, não suportariam de súbito uma luz forte, tu também, tendo-te detido inicialmente na penumbra dessas coisas antigas, chegarás por fim a ver claro mesmo frente ao sol.

Quanto ao resto, supra as falhas com sua bondade e indulgência, e viva feliz.

CAPÍTULO I

Ô QUE É MOEDA. OS MATERIAIS COM QUE É FABRICADA.
A GRANDE IMPORTÂNCIA DO SEU USO NA SOCIEDADE HUMANA.

A criatividade humana, que é filha primogênita do intelecto e da necessidade que lhe incutiu a natureza quando, totalmente nua e desprotegida, nos expôs ao mundo, tem engendrado posteriormente tantas e tão maravilhosas invenções, multiplicadas em cada século, que não só tem aplacado, mas também, infelizmente, enchido a nossa própria mente de delícias, de mil novos gêneros de desejos e prazeres. No entanto, entre todos os achados que ela tem produzido até agora para benefício universal, eu tenderia facilmente a conceder o primeiro lugar à moeda, uma vez que o ouro e a prata, em si tão menos resistentes que o ferro, mesmo que não ficassem de todo inutilizados, poderiam ser destinados apenas a poucos usos necessários. E é graças a esta invenção que se tem tornado o instrumento mais necessário da sociedade humana, e tem adquirido tamanha força e valor que podem chegar a revirar de ponta-cabeça todos os bens mundanos. E se fossem eles usados apenas em conformidade com as leis do que é honesto e justo, não ouviríamos Boécio se queixar, dizendo:

*Ai de mim! Quem foi o primeiro que
cavou veios do ouro enterrado
e as gemas que amam ficar
escondidas – preciosos perigos?*

Tampouco ouviríamos as invectivas que muitos outros pronunciam contra os metais que, entretanto, em si e pelo uso primitivo da moeda, são tão inocentes que

mesmo Nosso Senhor não desdenhou valer-se deles aqui na Terra e nomear um tesoureiro entre seus apóstolos.

Neste ponto, facilmente poderia estender-me tecendo longos encômios a esta sábia e utilíssima invenção e enumerando largamente as vantagens que dela tiraram os homens, tanto nas artes e nas ciências, cujo incremento depende totalmente da comunicação com outros povos mesmo distantes, quanto nas próprias comodidades que nos tornam a vida menos infeliz e que agora nos advêm do comércio da terra inteira. Mas não quero entrar neste pélago, uma vez que para fazer com que qualquer um entenda a utilidade desta invenção é suficiente fazer com que imagine o mundo de novo sem ela e considere os inconvenientes que surgiriam se cada um de nós tivesse que ir procurando aqueles a quem sobra o que nos falta, e, mediante uma simples permuta, acertar o ajuste com outras coisas nossas de que esses tais precisassem.

Também não é fácil determinar qual o metal que foi cunhado pela primeira vez. O erudito Davanzati² deu, de fato, a primazia ao cobre, pois, numa sua *Lição sobre as moedas*, afirma: “O cobre foi usado desde a Antigüidade, e foi elevado a tão alto ofício mediante uma lei concordada entre todos os povos.” É opinião dele, então, que as moedas mais antigas fossem de cobre e que, em seguida, se começasse a empregar o ouro e a prata em pedaços, que depois, necessariamente, passaram a ser pesados e, posteriormente, marcados e amoedados. Sei ao certo que assim foi em Roma, onde se pode verificar claramente

2 Bernardo Bostichi Davanzati (Florença, 1529–1606). A *Lezione delle monete* (1582), um claro e inteligente compêndio das teorias monetárias da época, é a sua obra mais importante.

que, antes de qualquer outro metal, foi amoedado o cobre, por Sêrvio Túlio, com a efígie de uma ovelha, e só muito depois a prata, e, por fim, o ouro. Por isso, se antes dos romanos não tivesse existido o uso da moeda, eu concordaria com esse autor. Mas ele também leu no sacro Gênesis que Abraão, que “era muito rico em ouro e prata”, comprou de Efron o terreno para sepultar a mulher, pagando-o “400 siclos de prata de moeda pública boa”, diz a Vulgata, ou, então, “corrente no mercado”, segundo o texto hebraico. Ao próprio Abraão foram dadas mil moedas de prata por Abimelec, além de muitas ovelhas e bois. José foi vendido a mercadores madianitas por seus irmãos por 20 moedas de prata.

Assim sendo, temos certeza de que naqueles tempos o mundo, pelo menos nas partes orientais, usava a moeda de ouro e de prata; quanto ao cobre, no entanto, não sei de qual autor Davanzati possa ter tirado a informação do seu uso como moeda anterior a estas de ouro e prata, de maneira que seja possível afirmar com absoluta certeza ter sido usado o cobre como moeda antes dos outros metais. Na verdade, Willebrord Snell³ levanta dúvidas sobre aquele “pesou a moeda”,⁴ como se não se tratasse de prata amoedada e o siclo não fosse, naqueles tempos, propriamente uma peça monetária, mas um peso determinado, de modo que a afirmação “pesou 400 siclos de moeda” equivaleria a “pesou 400 onças de prata”. E realmente o siclo não era apenas a denominação de um tipo de moeda, mas também de um determinado peso, como na Grécia dracma era nome quer de peso,

3 Matemático holandês (Leyden, 1580–1626).

4 Refere-se ao episódio antes mencionado, de Abraão, que pesa a prata para pagar Efron.

que era a oitava parte de uma onça, quer de moeda, e daí resultou que outras moedas de duas e quatro dracmas se chamassem de didracma e tetradracma. Entre nós a onça não é só nome de peso, que é a duodécima parte da libra, mas também de comprimento, que é a duodécima parte de um pé.

Eu, porém, nem mesmo com esta asserção de Snell, deixaria de crer que o siclo era, de fato, moeda cunhada com algum selo da autoridade pública, uma vez que o texto bíblico a chama de “moeda pública boa” ou, então, “prata corrente no mercado”. Em Veneza também se usam as dobras e outras moedas de ouro por peso, e, com o marco como unidade de peso, chega-se a dizer, por exemplo, 200 dobras por 197,5 marcos, caso se revele pelo peso que sejam falhas; mas nem por isso as dobras deixam de ser moedas públicas, aceitas e correntes entre os mercadores.

Seja o que for, no entanto, é coisa certa que de nenhuma outra moeda mais antiga foi feita menção por algum escritor, de modo que fica evidente que todos aqueles que quiseram dizer-nos quem fossem os primeiros inventores que puseram em uso a moeda se baseiam em conjecturas frágeis, e que a conjectura muito mais segura de todas é dizer que não o sabemos, mesmo que Plínio diga que o primeiro a ter introduzido o uso de vender e comprar fosse Basso; que Estrabão conte que as primeiras moedas foram fabricadas em Egina; Heródoto, na Lídia; Lucano, na Tessália; outros, em Naxos; outros ainda, na Ática. Todas afirmações vãs, porque, com exceção da história hebraica, infelizmente, as notícias das histórias mais antigas que chegaram até nós são muito escassas; e, fora as histórias gregas, não sem suspeitas de mendacidade, e fora as latinas, muito mais certas do que as dos outros

povos, é vão querer ter conhecimentos certos de épocas anteriores.

Aliás, na própria Grécia, acho eu, é muito difícil chegar a discernir a verdade. Dizem que Teseu, rei de Atenas – que viveu na mesma época em que Fauno reinava no Lácio, Laomedonte em Tróia e os Juizes em Israel –, cunhou moeda e mandou gravar nela a efígie de um touro, fazendo isso quer em memória do Minotauro por ele vencido, quer porque quisesse, também com este recurso, incitar seus cidadãos a cultivar os campos; mas, por outro lado, muitos anos depois sabemos de Homero, se um poeta pode ser considerado fonte fidedigna, que Glauco trocou suas armas de ouro, que valiam 100 bois, pelas de Diomedes, que eram de ferro e valiam 9. Parece, então, que naqueles países se costumasse mencionar os bois nas contratações como se faz agora com as moedas, sendo comum dizer que uma armadura valia 100 bois e uma outra, 9. Do mesmo modo, nos primeiros tempos de Roma, as penas impostas pelas leis em caso de determinados crimes eram prescritas em ovelhas: tanto uma como outra certamente era moeda muito grande e pesada, se, porém, não se tratasse de interpretação equívoca em ambos os lugares, e a denominação de bois em Homero fosse, antes, o nome das próprias moedas de Teseu que levavam impressa a efígie dos bois, e, da mesma forma, em Roma, se aludisse à efígie de uma ovelha impressa nas moedas. Quando, então, as leis impunham a pena de um certo número de ovelhas, queriam dizer umas tantas moedas com a efígie da ovelha, assim como, hoje em dia, denominamos de *cavallotti* certas moedas lombardas com a efígie de um cavalo e, com designação mais nobre, várias moedas chamam-se luíses, filipes, carlinos, júlios, paulos, mocenigos etc. do nome de seus príncipes; costume

que existia também entre os gregos e os asiáticos, que, do nome de Filipe da Macedônia e de Dario, rei da Pérsia, denominaram de filipes e darios algumas moedas.

Mas já haviam passado vários séculos depois de Teseu quando Licurgo proibiu aos espartanos qualquer outra moeda a não ser o ferro bem pesado, a fim de que, com o incômodo das negociações, diminuíssem os desejos e fosse posto um freio ao luxo. Se, então, Plutarco nos conta que Temístocles, que viveu quatrocentos anos depois de Licurgo, persuadiu os atenienses a condenar à infâmia Ártmio de Zelea com seus descendentes por ter trazido da Média para a Grécia o uso do ouro, não deduzo disso de que só então fosse introduzido pela primeira vez o uso das moedas na Grécia, porque tal coisa é impugnada por outras informações do mesmo autor, e sim que, depois de o ouro ter sido banido muito tempo antes, este, contrariando as leis da pátria, tivesse procurado introduzi-lo de novo. Assim, tendo Lisandro mandado de volta para Esparta Filipe, homem, aliás, grande em sua pátria e benemérito, confiando-lhe muitos saquinhos de ouro cuidadosamente fechados, ganhos na expedição da Trácia, o infeliz, tomado pela avareza, tendo descosido os fundos dos saquinhos, tirou de cada um não pequena parte de ouro e, após ter voltado a cosê-los, os entregou aos éforos. E como estes encontraram na boca de cada saquinho um número escrito que não correspondia ao total contado, ele foi descoberto e obrigado a fugir. Mas diante do fato de um homem eminente ter-se deixado corromper pelo ouro e ser levado a uma ação tão indigna, os éforos ficaram tão desgostosos que quiseram renovar a lei antiga, e, com isso, toda a moeda, exceto a de ferro, ficou banida.

Isto é tudo quanto pude encontrar relativamente à primeira introdução das moedas na Grécia. Em Roma, no entanto, é verdade histórica incontroversa que antes de Sérvio Túlio não se fabricavam moedas e que ele foi o primeiro a cunhá-las com a efígie de uma ovelha, sendo que, pelo que sei, ninguém desmentiu tal coisa, atestada por Lívio, Plínio, Plutarco e outros. É verdade que antes de Sérvio Túlio, nas contratações, se valiam de determinados pedaços de metal não marcados, mas apenas pesados, de maneira que aquele rei não fez outra coisa senão cunhá-los, para impedir, com a autoridade pública, as fraudes. Provém, então, de “ovelha” o primeiro nome da moeda entre os latinos, *pecunia*, enquanto pelos gregos foi dita *nómisma* de *nómos*, que quer dizer lei ou determinação pública, e desta, depois, os latinos derivaram a palavra *nummus*. Chamou-se também de *peculium* o patrimônio de cada um, quer em moeda quer em outras coisas avaliáveis, e com tão maior razão porquanto, naqueles tempos, as riquezas dos romanos consistiam quase que exclusivamente em rebanhos de ovelhas e de bois. A prata, então, não foi amoedada antes de Pirro, rei dos epirotas, ter sido vencido e derrotado no ano de 185 da edificação de Roma e 62 anos depois que foi amoedado o ouro.

Entretanto, não são apenas estes três materiais que se têm usado e ainda hoje se usam como moeda em algumas partes do mundo, uma vez que para esse fim a criatividade humana se serviu e se serve ainda do ferro, do estanho e de outros materiais que não são metais. Na grande ilha de Sumatra – que muitos estimam ser, e com razão, creio eu, a antiga Taprobana de Ptolomeu – cunha-se, ainda em nossos séculos, ouro, prata e estanho, e 25 moedas de estanho valem um ducado de ouro. Nos tempos antigos a Grã-Bretanha – como atesta César em seus

Comentários – costumava servir-se de moeda de ferro, feita em forma de argolas de determinado peso, talvez pela comodidade de enfiá-las, assim como, hoje, fazem os chineses que fabricam certas moedas, ditas pícis, furadas no meio, também pela comodidade de enfiá-las e pô-las no pescoço e no ombro sobre paus, estando à mostra de todos, não sem certa ostentação. Dionísio, tirano de Siracusa, e os próprios romanos fabricaram moedas de chumbo e estanho, que depois foram proibidas.

Marco Polo diz que no Catai, naquela época, se usava moeda de porcelana, e em Cambaya, folhas de amoreira branca; mas acredito que as porcelanas a que ele se refere não sejam aqueles vasos de barro que se fabricam na China e em outros reinos da Ásia e sim aquelas pequenas conchas brancas que na Itália se costuma chamar de *porcellette*, das quais estamos certos, por outros testemunhos, haver grande uso como moeda em vários lugares da Ásia. Quanto às folhas de amoreira a que ele faz menção, não posso entender como elas, enquanto tais, serviriam para isso; deve tratar-se, antes, de bilhetes de papel feito com a casca das amoreiras, os quais, como ele mesmo conta em outros lugares, subscritos pelo rei ou ministros, têm valor de moeda, como veremos mais adiante.

Este mesmo autor conta que os tártaros do reino do Tibet usam corais como moeda. Na Etiópia alguns povos usam o sal, embora ainda troquem coisa por coisa em suas feiras. Na ilha de São Tomé, perto da África, abaixo da linha do Equador, têm grande saída as conchas, que antes dissemos ser chamadas em italiano de *porcellette* e que os portugueses chamam de *búzios*, uma vez que mais adentro, na Etiópia, circulam como moeda, e, de modo particular, no reino de Timbuctu, onde, como conta Leão

Africano,⁵ tais conchas eram avaliadas em 400 o ducado, e 6,75 ducados correspondem a uma onça de ouro, ao peso de Roma. É certo que no país dos azenegues – de quem fala Alvise Cadamosto,⁶ nobre vêneto – e em outros reinos da África usam esses moluscos como moeda miúda. Da mesma forma, na Ásia, por todo o reino e na costa de Malaca, na costa de Bengala no Pegu e em muitos outros reinos circunvizinhos, conchas semelhantes têm grande circulação como moeda, e são aceitas nas ilhas de Bornéu, Bantam, Maldivas e outras, onde, porém, valem tão pouco que uma galinha é vendida por 400 desses moluscos. Deve-se observar, no entanto, que entre as conchas da Ásia e as da África há esta diferença, que as africanas são todas brancas e as asiáticas têm uma linha amarela no meio, e apenas estas são aceitas.

No reino de Senegal, Alvise Cadamosto, já mencionado, conta que aqueles mouros não usavam nenhum tipo de moeda, mas trocavam coisa por coisa. Niccolò Conti,⁷ vêneto, num de seus relatos publicado por Ramusio,⁸ afirma que, em certas partes da Índia, no lugar da moeda se usam uns papéis sobre os quais está escrito o nome do rei, que talvez sejam os mesmos a que, como dissemos antes, faz menção Marco Polo, e acrescenta que

5 Geógrafo árabe (Granada, 1485 – Tunis, após 1554). Sua obra, *Descrição da África*, composta inicialmente em italiano e depois traduzida para o latim, o francês e o inglês, constituiu a fonte primária para o conhecimento do continente negro até o século XVIII.

6 Navegador italiano (Veneza, 1432–1488), que, tendo chegado até Cabo Verde por encargo do Infante Henrique de Portugal, deixou interessantes relações de viagem.

7 Viajante e mercador vêneto, fez uma longa viagem até as Índias Orientais entre 1414 e 1439, chegando até Sumatra.

8 Giovanbattista Ramusio (1485–1557), humanista italiano, secretário do Senado vêneto, reuniu os relatos das viagens mais famosas com o título *Das navegações e viagens*, em três volumes.

tais papéis, no Catai, todos os anos são levados para a casa da moeda para serem renovados, mediante um pagamento de 2%, e os velhos são atirados imediatamente ao fogo. Na Nova Espanha, na América, usavam como moeda sementes de cacau, que é o ingrediente principal do chocolate, bebida que, trazida daqueles países pelos espanhóis, tem-se tornado comum nos dias de hoje também na Itália. E Diego Godoy,⁹ num seu relato, informa que naquele tempo tal semente valia, cada grão, meio marqueto, o que me parece um preço bastante alto em se tratando de moeda que, semeada, se multiplica.

De qualquer forma, não há dúvida de que os metais usados mais comumente no mundo são o ouro, a prata e o cobre; aliás, nos reinos onde se usam sementes e conchas, estas são utilizadas apenas como moeda miúda do país, usando-se, por outro lado, em quase todos aqueles lugares, a moeda de ouro e de prata.

Tendo visto, então, quais são os materiais que nas várias nações têm a prerrogativa de ser utilizados como moeda, pareceu-me conveniente passar à definição da própria moeda, e, ainda que o nome *moeda* – que no latim provém de *monendo*, como se fosse a sua efígie a nos advertir do valor – sugira que se pode considerar moeda apenas se for cunhada, mesmo assim tomarei esse nome num sentido mais genérico, compreendendo cada coisa que tenha sido ou seja destinada e empregada para tal ofício. Parece-me, então, que se possa considerar moeda qualquer metal ou outra coisa que, cunhada ou autenticada de outra forma pela autoridade pública, serve como

9 Autor de um relato a Hernan Cortez, em que trata do descobrimento de diversas cidades e províncias do México (1528).

preço e medida das coisas passíveis de ser vendidas, para facilitar o comércio.

Nesta definição afastei-me bastante da que deu Davanzati, que estatuiu ser moeda apenas a que é composta de ouro, prata ou cobre, uma vez que às outras faltaria aquela universalidade de aceitação que é necessária à essência da moeda. Mas se devêssemos nos ater a isso, por que não excluir também a moeda de cobre, que, normalmente, não tem valor fora dos estados onde é fabricada? Por que negar o nome àquela coisa que cumpre o mesmo ofício e serve, em tudo e por tudo, aos usos a que são destinadas as outras que se prezam de tal nome? De minha parte, ponho a essência da moeda, ou a sua razão formal, como se diz, no fato de ela ser destinada e autorizada a tal ofício pelo príncipe, de modo que tenha circulação pelo menos nos lugares onde ele governa, e, como tal, sirva de preço e medida de valor das coisas passíveis de ser vendidas. Quem, pois, poderia negar o nome de moeda àquela de estanho que se fabrica em Sumatra, ainda mais que, além dos povos daquela grande ilha, os holandeses, e também os ingleses e os portugueses que comerciam naquelas partes a aceitam e a empregam? Além disso, quem irá contestar tal prerrogativa àqueles búzios ou conchinhas marinhas que disse terem curso como tais não só em vários reinos no interior da África, com os quais os europeus não mantêm senão raro ou pouco comércio, mas também nos grandes reinos de Bengala, Pegu, Sião, Malaca e em muitos outros, que não são parte tão pequena do mundo e mantêm grandíssimo comércio com os europeus?

Bem que gostaria de saber qual o nome que Davanzati daria às moedas de couro, de papel e de outros materiais selados que tantos príncipes, em várias ocasiões de

escassez de dinheiro, têm fabricado para pagar os soldados, com a promessa de substituí-las por outras melhores quando se tornasse possível, se no tempo em que elas tinham validade nada lhes faltou do que se exige de uma verdadeira moeda, e, graças à autoridade e à ordem do príncipe, ninguém as recusou como preço de qualquer coisa que se contratasse.

Eu, particularmente, não sei de nenhum outro a quem viesse em mente tal expediente e que o levasse a efeito antes do famosíssimo Domênico Michiel, doge da República Vêneta, o qual, em 1122, durante o cerco da cidade de Tiro, na Síria, faltando-lhe dinheiro para pagar as suas milícias, dizem ter fabricado moedas de couro, com que saldou os estipêndios, prometendo a seus soldados devolver-lhes moeda boa no lugar daquela tão logo chegasse auxílio de Veneza; o que foi cumprido pontualmente. Desse modo ele salvou o exército, venceu os inimigos, conquistou a cidade e promoveu a grandeza e a glória da pátria, para a qual voltou triunfante; e, em memória de tal fato, ele e seus pósteros introduziram os besantes, ou seja, moedas assim chamadas em razão da antiga empresa de seus antepassados, carregando nas barras azuis e de prata que já havia nelas. Em seguida, o imperador Frederico II imitou seu exemplo em 1241, na Lombardia, fabricando também moedas de couro seladas no meio com um pequeno cravo de prata; e por ocasião de muitos outros cercos mais famosos, entre os quais o de Viena cercada por Solimão no ano de 1529, foi praticado o mesmo expediente, ainda que com moedas todas de prata, de modo que, com razão, se pode considerar a autoridade do príncipe a única e verdadeira forma que dá existência à moeda, seja qual for o material com que é confeccionada.

Desde seus primórdios a moeda foi tida em conta de coisa sacra no mundo, e os erários públicos, assim como as casas da moeda, foram guardados nos templos mais venerados ou, pelo menos, se tornaram eles mesmos lugares de veneração, tendo todas as nações reservado unicamente à autoridade de seus príncipes ou senados a faculdade de cunhar moeda. Fazem exceção a isso algumas coisas que serviram de moeda de pouco valor, tais como os búzios e as sementes de cacau já mencionados, que, no entanto, recebiam da aprovação pública se não o selo, pelo menos o valor certo. Por outro lado, não sei se alguma vez, em algum lugar, tenha sido lícito aos particulares, ou o seja ainda, fabricar moeda, salvo em Moscou, onde Sigismundo, barão de Herbestein, que foi embaixador naqueles reinos para o imperador, conta ser lícito a qualquer ourives converter em moeda a prata que lhe foi trazida, cobrando apenas o pagamento da feitura. Entretanto, o ourives podia fabricá-la tão-somente com a impressão usada pelo rei, com o mesmo peso e boa qualidade que prescrevem as leis do príncipe, do contrário iria pagar os erros com sua própria vida. Tal coisa existia quando aqueles povos eram menos civilizados e entre eles não moravam ainda outras populações européias, às quais é tão difícil impedir fabricar moedas falsas; por isso, atualmente, os moscovitas devem se dar conta imediatamente de quão importante é o príncipe ter sua própria casa da moeda, munida de boas e duras leis, e governada por bons ministros fiéis.

Os romanos – embora permitissem, de várias maneiras, que os príncipes tributários e as cidades confederadas cunhassem suas próprias moedas –, em seu território mais próximo, aliás em toda a Itália, possuíam uma única

casa da moeda, que guardavam no templo de Juno, em Roma, como coisa sacra, sob a superintendência de três importantíssimos senadores, chamados de triúnviros da moeda. Aquele grande rei de Taprobana, ao ouvir os relatos do liberto Ânio Proclamo, tesoureiro dos impostos do Mar Vermelho no tempo do imperador Cláudio, que chegou a ele por um naufrágio, diante da descrição da grandeza de Roma, não ficou admirado senão quando viu e examinou as moedas de Roma, reparando que eram todas de uma mesma boa qualidade e peso, ainda que com impressões diferentes e, conseqüentemente, feitas por mais de um príncipe ou magistrado. Tendo deduzido disso a justiça de tão grandes monarcas e movido, então, pelo desejo de ter a amizade deles, mandou a Roma aquela embaixada solene da qual Plínio nos dá um amplo relato.

Carlos Magno quis apenas uma casa da moeda para todo o seu império e quis que fosse em seu próprio palácio, tão importante considerava preservar as leis e regulamentações de suas moedas, sobre as quais se apóia a fé pública de todo o comércio. Os turcos também, nos dias de hoje, conquanto em muitas cidades e reinos fabriquem moedas de prata, isto é, os aspres e pacasos, que são suas moedas miúdas, para cunhar o ouro têm apenas uma casa da moeda, no Cairo, onde fabricam os xerifes ou sultânis, um pouco inferiores ao cequim de Veneza, mas normalmente iguais ou até melhores do que os húngaros da Alemanha. E se tivessem muitas casas da moeda, ocorreria com os xerifes o que se dá com os aspres, que, cunhados em vários lugares, são falsificados ou reduzidos a uma liga pior, não sendo fácil saber qual paxá os tenha fabricado, uma vez que têm todos a mesma impressão. Ao contrário, caso se encontrassem sultânis de uma qualidade não totalmente boa, pode-se exigir satisfações

diretamente do paxá do Cairo, uma vez que só ele cunha o ouro.

Em conclusão, são tão importantes estas cautelas para o bem público e tão grandes os prejuízos que decorrem das desordens das moedas, que os romanos, que experimentaram tais prejuízos em muitas ocasiões, não só edificaram um templo à Deusa Moeda, concebida como divindade tutelar do comércio público, mas prezaram de tal forma a reforma feita por Mário Gratidiano – um dos triúnviros das moedas que instituiu a oficina dos que verificam a qualidade dos metais e propôs muitas leis benéficas nesta matéria, particularmente por estabelecer o valor dos *victoriati*, moeda romana então muito em uso – que o povo, não satisfeito de ter-lhe erguido estátuas em quase todas as ruas, acendia diante delas tochas de cera e queimava incenso como se fosse um deus, pelo que Cícero chegou a dizer: “Nunca ninguém unicamente por isso foi mais amado pela multidão.” Não é de admirar, então, que se encontre tão grande número de moedas com a inscrição *Sacra Moneta Augg.*¹⁰

Mas para que procurar entre fatos e costumes antigos os argumentos para persuadir da importância e do apreço em que se devem ter as moedas, e de quão grande sempre tem sido a atenção pública para impedir e corrigir as desordens delas, quando em toda esta obra as razões resultarão tão evidentes que qualquer um que queira se dar o trabalho de lê-la não poderá senão ficar persuadido?

10 *Sacra Moneta Augusti et Caesari.*

CAPÍTULO II

DA PROPORÇÃO ENTRE AS MOEDAS E AS COISAS PASSÍVEIS DE SER VENDIDAS, CONSIDERADA DE UM MODO GERAL

Todas as vezes que penso na necessidade que os homens tinham do comércio e nas comodidades que dele resultaram para suas vidas, não posso deixar de admirar a sabedoria e a bondade divina que infundiu à inteligência humana as sementes, entre outras, de tão fecunda invenção como foi a da moeda, mediante a qual a comunicação entre os povos se tem expandido em todo o globo terrestre em tal grau que se pode dizer ter-se tornado o mundo inteiro uma única cidade, onde há uma feira permanente de todas as mercadorias e onde cada homem pode, mediante o dinheiro, estando em sua casa, prover-se e desfrutar de tudo o que a terra, os animais e o trabalho humano têm produzido em outras partes. Invenção maravilhosa! Pois, como as coisas foram constituídas por seu criador em número, peso e medida, entre todos os instrumentos encontrados como medida da quantidade, seja ela dividida ou contínua, seja ela considerada nas coisas enquanto peso ou movimento, tempo necessário para percorrer a distância, volume ou de qualquer outra maneira, nenhum instrumento se pode dizer mais universal do que a moeda, cujo uso chega a medir até os nossos desejos e paixões. Aquele preço, então, que, para satisfazer uma vontade, boa ou ruim, nós pagamos de bom grado, é exatamente a medida do desejo com que queremos tal coisa a partir do momento em que resolvemos em nós mesmos não gastar mais do que tanto para obtê-la.

E apenas porque não chega a medir o desejo insaciável dos avaros é que alguém poderia achar a moeda

instrumento imperfeito para tanto. Mas a quem a julgasse imperfeita por causa disso, responderia ser próprio das medidas medir as coisas finitas, não as infinitas. E ainda, como é próprio das medidas ter uma relação com as coisas que elas medem, tal que, de certo modo, a coisa medida se torna medida daquela que serve para medi-la, assim ocorre que, como o movimento é medida do tempo e o tempo é medida do próprio movimento, da mesma forma, as moedas não só são as medidas dos nossos desejos, mas, por sua vez, os desejos são a medida das próprias moedas e do valor. Por conseguinte, o ouro e a prata não seriam tão raros neste mundo se os homens nutrissem menor quantidade de desejos de comprar, para cuja satisfação são necessários tais metais.

Aqueles índios que viviam na América, meio nus, com pouco luxo e com alimentação muito simples, supriam a todas as suas necessidades com pouca moeda; se nós vivêssemos assim, o ouro e a prata nos pareceriam ainda mais vis do que eles são, e, sendo empregados em pequena quantidade na fabricação de moeda, o restante se destinaria a outros usos, como fazemos com o cobre. Daí advém que Aristóteles, após ter afirmado decididamente que “a moeda mede todos os bens” e que “todos os bens estão submetidas ao dinheiro”, acrescenta pouco depois que para o comércio humano era necessário que “todos os bens fossem pesados e avaliados por uma única determinada medida, e certamente tal medida é a necessidade, que regula todas as coisas”. E explica claramente a razão disso: “Com efeito, se os homens não tivessem necessidade de nada, por certo não existiriam contratos ou acordos, ou, então, não seriam os mesmos ou nos mesmos termos.”

Se os homens não tivessem necessidade de nada, se nada desejassem, que comércio seriam feitos? E se não existisse o comércio, para que serviria a moeda? São, então, os desejos dos homens medida do valor das coisas. E como a moeda deve corresponder a tal medida, segue que os desejos ou as necessidades são medida do valor das moedas tanto quanto do valor das coisas, e, por sua vez, são as moedas medida da necessidade e do desejo tanto quanto do valor das coisas, não sendo outra coisa, se pensarmos bem, o valor das coisas senão a estima que fazemos delas em conformidade com as nossas necessidades e desejos.

E que alguém não queira mal interpretar a esse respeito a necessidade de que fala Aristóteles entendendo-a num sentido menos abrangente do que é preciso, sem incluir todos os desejos de coisas passíveis de ser vendidas e conseguidas mediante pagamento, ainda que nem todas sejam necessárias e sim, a maior parte, voluptuárias. É verdade que o termo *necessidade* parece referir-se estritamente apenas à falta das coisas indispensáveis, de modo que o desejo que eu poderia ter de possuir um quadro de Ticiano não poderia dizer-se, própria e rigorosamente, necessidade. Mas quem pretendesse dar à necessidade das coisas, mencionada em tal texto, limites tão estreitos, teria dificuldade, então, quer em salvar as afirmações do filósofo, quer em determinar os próprios limites de tais necessidades, devendo indicar até onde se estende a pura necessidade dos homens e a partir de quando seus desejos começariam a ser voluptuários, ao passo que estamos acostumados, infelizmente, a considerar necessidade tudo o que, por não o possuímos, desejamos. E as mesmas coisas podem ser, para um, voluptuárias e supérfluas; para outro, necessárias e oportunas.

Aliás, quem condena a opulência e o luxo, talvez porque desestabilize algumas famílias que não sabem medir os desejos segundo suas próprias forças, nem sempre vê o prejuízo que a falta de comércio daquelas coisas banidas causa a tantos artífices e mercadores, pois, se para um determinado senhor a despesa para manter tão grande número de cavalos, de criados ou para vestir roupas com bordados suntuosos pode ser supérflua, esta mesma despesa, pelo contrário, pode-se dizer necessária àqueles muitos artífices e gente pobre que com tal despesa se mantêm, e àqueles mercadores que de tal comércio vivem e dão do que viver a muitos. Diógenes considerou supérfluas muitas coisas, a ponto de querer que lhe bastasse uma pipa para morar e a concavidade da mão para beber; ele, no entanto, vivia à custa de outros que retiravam do comércio sustento para si e para ele, e se todos o tivessem imitado, talvez não lhe teria agradado nem um pouco ir apanhar bolotas com suas próprias mãos.

Nesse ponto, então, Aristóteles não entendeu referir-se apenas à necessidade de coisas indispensáveis, mas a qualquer desejo que nos induz a dar valor às coisas e medir tal valor com o dinheiro; e eu, estando convencido disso, não tive dificuldade em subscrever a opinião de Bernardo Davanzati, que, na obra acima citada, procurou provar que todos os bens dos homens que estão no comércio valem tanto quanto o ouro, a prata e o cobre amoadados que também circulam no comércio.

Com efeito, qualquer um pode entender que se uma cidade fosse cercada por inimigos ou bloqueada por outra razão, e lhe fosse impedido o comércio com gente de fora por um longo período, o preço de todos os bens que nela se encontrassem mudaria; e se possuísse muito ouro e prata e poucos sortimentos, seus cidadãos seriam

obrigados a comprar a alto preço aquilo de que tivessem necessidade. E supondo que das coisas necessárias à vida humana a quantidade fosse sempre a mesma, o preço também continuaria sempre o mesmo enquanto permanecesse no comércio a mesma quantidade de moeda. É verdade também que muitas coisas voluptuárias, muito apreciadas em tempos mais felizes, faltando as coisas simplesmente de primeira necessidade, se reduziriam a um preço muito baixo, ou nem preço teriam, pois, faltando pão durante os cercos, ele será comprado a um preço bem alto, enquanto as pinturas e outras delícias terão pouquíssimo valor.

Lembro-me ter lido que durante um cerco (e foi o de Casilino, onde agora está a Cápua moderna, cercado por Aníbal) um indivíduo, tendo capturado um rato para comer, se deixou levar pela avareza e o vendeu por 200 florins a outro faminto, esperando talvez encontrar outro rato para si em pouco tempo. Mas ele morreu de fome bem antes de conseguir encontrar outro, o que não aconteceu ao comprador, que com aqueles 200 florins salvou sua vida. Mas em casos como esses, todo o ouro e outra moeda que circula durante tais cercos valem tanto quanto todos os bens que estão no comércio, e na mesma medida em que as coisas menos necessárias diminuem de preço sobem aquelas que são mais importantes para sobreviver. Se, então, como ocorre efetivamente durante os cercos, aos poucos ficam faltando os alimentos, enquanto a quantidade de moeda que está no comércio continua a mesma, não é de admirar que se precise de uma porção maior desta para pagar aqueles poucos alimentos, já que a necessidade deles se torna maior em proporção à necessidade da moeda que possuímos. E se, ao contrário, chegasse um novo reforço de mantimentos, de modo que

houvesse maior abundância do que antes, de novo todas as coisas baixariam de preço, não por outra razão senão porque a valoração que fazemos dos bens é medida pela quantidade de moeda que possuímos, e sempre todos os bens que se encontram no comércio, juntos, valem tanto quanto todo o ouro e a outra moeda que circulam neste mesmo comércio com a finalidade de comprá-los.

E se de uma única cidade passamos a considerar uma província, pressupondo que esteja desvinculada de qualquer outra comunicação com gente de fora, que exerça suas trocas e seus negócios em seu próprio território, como uma ilha do Oceano desconhecida dos navegantes, ou, então, como os povos chineses, que durante muitos séculos impediram outros povos de se comunicarem com eles, logo resulta evidente que, quanto maior for a quantidade de moeda que circula no comércio dentro da área daquela província proporcionalmente às coisas passíveis de ser vendidas aí existentes, tanto mais caras serão estas – se se pode dizer cara uma coisa porque vale muito ouro num país onde o ouro existe em grande abundância, ou antes, pelo contrário, se deva dizer vil o próprio ouro, do qual uma grande porção vale tanto quanto outra coisa que em outro lugar é considerada mais vil.

Assim, os mexicanos e outros povos da América, que tinham grande abundância de ouro e prata, mas eram quase totalmente desprovidos de ferro (metal que, dada a sua abundância, tornou-se mais vil do que o ouro, já que é tão mais adequado aos usos humanos imediatos), compravam de bom grado aos espanhóis um machado a peso de ouro, e zombavam dos vendedores como se fossem uns loucos, dizendo: “Agora quero ver você cortar uma árvore com esse ouro como farei eu com este ferro que você me deu!” Aliás, entre os próprios espanhóis,

o comércio naqueles países não pôde não sofrer uma alteração de preços altíssima, pois no Peru, onde encontraram uma quantidade enorme dos metais mais preciosos e os habitantes andavam quase que completamente nus, onde não nasciam videiras, não havia cavalos e faltavam muitas outras comodidades existentes na Europa, um par de meias valia entre eles 500 ducados, uma capa ou manto, mil, um bom cavalo, 4 mil ou 5 mil ducados, e os gulosos chegavam a pagar um jarro de vinho até 200 ducados; e consideravam mais econômico calçar os cascos dos cavalos com ferraduras de prata em vez de ferraduras de ferro, porque o ferro valia tanto quanto o ouro.

Da mesma forma, Roma, antes de se ter enriquecido com os espólios do mundo inteiro e ter chegado a espalhar limalha de ouro sob os pés dos imperadores quando eles passavam, por muito tempo teve pouquíssimo ouro, já que Plínio conta que quando Roma foi tomada pelos gauleses e os romanos tiveram que comprar a paz a dinheiro, esta foi estipulada em apenas mil libras de ouro. E, no entanto, Roma já tinha 152 mil pessoas livres, sem a multidão de escravos; aliás, a pobreza dos primeiros senadores – ou, poderíamos dizer, a escassez de ouro e prata em Roma naqueles tempos, naqueles primeiros e mais felizes séculos – era tamanha que, tendo Cipião pedido ao Senado licença para regressar à pátria, porque a filha que tinha já estava em idade de casar e ele precisava pensar no dote, o Senado, para não se privar daquele grande capitão na Espanha, tomou para si a obrigação de dar-lhe o dote e casá-la: “A importância do dote, de fato, foi de 40 mil asses”, diz Valério, e isso, segundo Budé¹¹,

11 Guillaume Budé (Paris, 1467–1540), autor do célebre tratado *De asse et partibus eius*, no qual explica o sistema das moedas romanas.

não ascende a mais de 400 escudos. Da mesma forma foi considerado grande dote o de Túlia, filha de Cícero, que levou ao marido 10 mil asses, correspondentes a 100 escudos; Megália, então, acabou sendo antonomásia por mulher que tem dote, porque levou 500 mil asses, que correspondem a 5 mil escudos. Ainda, quando Fúrio Camilo fez não sei qual voto para vencer os inimigos, depois, pela importância altíssima que o cumprimento do voto exigia, não ousava revelá-la ao Senado, e nem chegava a 8 talentos de ouro; revelou-a, no entanto, e, para juntar tal quantia, foi preciso que as matronas romanas se privassem de seus ornamentos e anéis. Por tal coisa, em reconhecimento de sua generosidade, o Senado concedeu-lhes que, após a morte, lhes fosse pronunciada uma oração fúnebre, que antes era concedida só aos homens: deferência que me torna suspeita a afirmação de Plínio de que Tarquínio, durante a entrada triunfal, portava uma veste de ouro.

Com efeito, nesses primeiros tempos, o comércio entre os homens era tão pouco extenso que quase todas as províncias viviam para si, ignoradas até pelas províncias vizinhas, de modo que não é de admirar se Roma e o Lácio tivessem tão pouco ouro e a Toscana grande quantidade, pois o comércio e tráfego entre tais povos eram tão escassos que uns podiam juntar exércitos e, numa guerra improvisada, lançar-se sobre os outros antes que estes que sofriam o ataque pudessem ter algum indício dos movimentos e das atividades dos inimigos.

Não acontece o mesmo hoje em dia, quando conhecemos, à grande distância, não apenas os movimentos dos exércitos como também suas deliberações, graças à ampla comunicação que mantêm entre si as nações, principalmente em virtude do comércio, mediante o qual o preço

das coisas, em todos os lugares, se torna tão regular que não se encontra diferença muito maior do que aquela que as despesas pelo transporte, o perigo das viagens, as taxas e outros gastos acrescentam ao preço corrente dessas coisas em seus próprios países.

Na Itália, a Toscana, a Úmbria e os Abruzos têm abundância de azeite, o Estado Vêneto e a Lombardia, escassez; a diferença de preço em Veneza e Milão comparativamente ao dos Abruzos e da Apúlia é tão-somente igual ou um pouco mais do que a despesa com o transporte e com os impostos, mais um ganho dos mercadores, tão moderado que não deixa margem que outros o vendam por menos. Que se, fora essas despesas, o azeite nos Abruzos fosse muito mais barato do que em Veneza, os mercadores, para ganhar mais, o transportariam para esta cidade em quantidade muito maior, com a consequência de que, nos Abruzos, restando uma quantidade menor, o preço subiria, e em Veneza, encontrando-se uma quantidade maior, diminuiria.

Ao falar em várias ocasiões deste assunto, lembro-me de ter conseguido um bom grau de clareza empregando a comparação com os corpos fluidos, sustentando que os preços das mercadorias do mundo se nivelam entre si da mesma maneira que as águas estagnadas, que, seja qual for a agitação que sofram, no fim acabam voltando a um mesmo nível. Assim como o mar, que não pode ter níveis mais altos no Adriático do que no Tirreno, ou no Mar Negro ou no próprio Oceano, com exceção daquela variação de poucos pés que suas várias correntes, ou as perturbações do fluxo e refluxo e as diferentes configurações das enseadas, chegam a ocasionar entre os litorais mais distantes: isso porque as águas do mar,

não diferentemente do que as mercadorias, têm entre si uma comunicação constante em todo o globo e, por tal fato, são obrigadas pelo próprio peso a nivelar-se a igual distância do centro para o qual são atraídas.

Que se em algum lugar houver um mar separado dos outros, como o Cáspio na Ásia ou o Mar de Parime¹² na Guiana, na América (se estes já não têm sua comunicação com outros mares por canais subterrâneos, como sou propenso a crer), tampouco terá necessidade de nivelar-se com eles, como não têm tal necessidade as mercadorias daqueles países que vivem segregados de todo comércio, quais sejam, acredito, muitos tártaros da Ásia e os povos do interior da Armênia e da África, aos quais certamente não é de nenhuma serventia a abundância de ouro ou de bens que se encontra em outros países, uma vez que não mantêm com estes nenhum contato, nem mesmo mediado pelo comércio. E se um dia se abrisse para eles o caminho do nosso comércio, como ocorreu, de dois séculos para cá, com o México, com o Brasil, com o Peru e com tantos outros países, veríamos, sim, por algum tempo, os preços das coisas flutuarem, mas, no fim, tendo vindo para nós o a mais que eles têm dos bens que a nós nos faltam, e indo para eles o excedente dos nossos, o preço das coisas nivelar-se-ia de novo, e seria um preço novo, proporcional não só às coisas que estavam antes no comércio, mas a estas com mais as outras que se têm acrescentado.

Assim, as quantidades enormes de ouro e prata que das Índias foram para a Espanha, de Carlos V, ou melhor, do reinado de Fernando e Isabel para cá, e a grande saída

12 Mencionado por Walter Raleigh e Laurence Keymis após suas viagens à Guiana, respectivamente em 1595 e 1596, em suas míticas *Relações sobre a terra do Eldorado*.

que as mercadorias da Europa tiveram naquelas nações durante muito tempo, aliás, ainda têm em parte, fizeram com que todas as coisas da Europa ficassem muito mais raras do que antes e os preços flutuassem por tanto tempo. Mas agora estão nivelados de tal sorte que quem vai para as Índias para fazer negócios não consegue mais enriquecer em tão pouco tempo como ocorria antes. Jean Bodin escrevia em 1568, num dos seus tratados sobre as moedas, que naquela altura já tinham chegado das Índias para a Espanha mais de 500 milhões de ouro e 200 milhões de prata, e que todo ano a frota regular chegava com uma riqueza de mais de 18 milhões, soma que, espalhando-se por toda a Europa em razão da necessidade que têm os espanhóis dos bens dos outros países (sendo a Espanha muito estéril em algumas regiões e a população altiva demais, desdenhando tanto o trabalho quanto o comércio), fez com que, tanto na Espanha quanto em quase toda a Europa, onde se gasta o ouro e a prata dela, Espanha, subisse o preço não só das terras, mas também dos seus produtos e dos próprios trabalhos manuais. Isso porque todas essas coisas em seu conjunto se igualam sempre em valor à totalidade da moeda que está circulando no comércio, e agora que a cristandade possui uma quantidade de ouro muito maior do que antes, uma quantidade maior deste toca a cada coisa a título do seu preço e valor.

O próprio Bodin observou naqueles anos, vendo os livros das receitas régias, que a França, em 53 anos, de 1515 a 1568, rendeu ao seu rei mais do que lhe havia proporcionado durante os duzentos anos anteriores, e reparou que em apenas cinqüenta anos o preço das terras subira de tal maneira que por elas se pagava, em peso de

ouro, três vezes mais do que cinqüenta anos antes. Acrescentou ainda que a receita anual do condado de Avignon era o dobro daquilo que o contratador havia adiantado como capital, e que o mesmo, ou pouco menos, rendiam todos os outros estados. Assim, não é de admirar que em nossos tempos as receitas régias da França montem a tantos milhões, enquanto nos tempos de São Luís eram tão escassas que, tendo aquele santo príncipe ficado prisioneiro de Saladino, sultão do Egito, teve que dar para aquele bárbaro a hóstia consagrada que levava consigo, como garantia para poder voltar à França e solicitar pessoalmente a soma de 200 mil besantes de ouro, que era o valor do seu resgate. No entanto, 200 mil besantes não eram senão 500 mil libras torneses, segundo o cálculo que faz o padre de Sonville, mencionado por Bodin em seu já citado tratado sobre as moedas.

O mesmo, conta Plutarco, aconteceu nos tempos de Paulo Emílio em Roma, quando, logo que ele trouxe da Macedônia subjugada e dos tesouros de seu rei Perseu as grandes riquezas que já se encontravam acumuladas naquele reino, os preços das terras e, por conseguinte, das outras coisas, ascenderam ao triplo do que eram antes; e nos tempos de Augusto, Suetônio conta que foi trazida do Epiro quantidade tão grande de prata e ouro que as terras subiram de preço e as usuras diminuíram.

Constatamos tal efeito também nos dias de hoje na Itália, onde o povo genovês em particular, alguns anos atrás, não sabendo como empregar o muito dinheiro que possuía, dava-o a outros países a 2% ou 3%, pelo que muitas ordens religiosas e outras pessoas têm tomado esse dinheiro mediante contratos de censos perpétuos, e com ele têm extinto os censos que tinham com outros a 5%,

6%, 7%, reduzindo-os a 2% e 3%. Entretanto, a causa disso não é tanto o aumento da quantidade de ouro e prata na Itália, mas a falta de comércio que, diminuindo cada vez mais, faz com que os mercadores fiquem com dinheiro inútil em mãos.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO QUE SOFREM OS PREÇOS DAS COISAS
EM VIRTUDE DE SUA ABUNDÂNCIA OU RARIDADE,
DADA A MESMA QUANTIDADE DE MOEDAS NO MUNDO

No capítulo anterior vimos suficientemente como a abundância ou a escassez do ouro ou da prata no mundo altera os preços das coisas, de sorte que será fácil entender como nas cidades de grande comércio, onde mais do que em outras circulam ouro e prata, a alimentação é mais cara, não porque dela haja uma quantidade menor do que em outras, mas porque há mais dinheiro com que pagá-la. Resta agora considerar como, dada a mesma quantidade de ouro e prata no mundo ou numa determinada cidade, a raridade ou abundância dos bens ou coisas passíveis de ser vendidas aumente ou diminua seu valor. E ainda que tal assunto pareça ser coisa evidente e notória, contudo, não será inútil para uma melhor compreensão das coisas a serem tratadas debruçarmo-nos um pouco sobre ele.

Digo que uma coisa é abundante não quando, de fato, há uma grande quantidade dela em termos absolutos, mas quando há grande quantidade relativamente à necessidade, à estima e ao desejo que os homens têm dela.

A seda nos tempos de Aureliano César era tão rara que valia tanto quanto igual peso de ouro, pelo que Vopisco,¹³ na biografia daquele imperador, conta que “ele mesmo não usava vestes de seda, nem permitiu que outros as usassem: com efeito, naquele tempo uma libra de

13 Escritor latino do século III, de Siracusa.

seda equivalia a uma libra de ouro”. Cerca de 250 anos depois o imperador Justiniano reduziu a monopólio o comércio da seda, de modo que ninguém mais podia vendê-la afora seu tesoureiro, o qual, segundo narra Procópio,¹⁴ “vendeu uma onça de seda tingida com tinta comum por 6 áureos e vendeu por mais de 24 áureos uma onça de seda tingida com aquela cor régia que chamam de *holoverus*”. Eis, então, o que era aquele *holoverus* que alguns julgaram querer dizer “pão de seda pura”, “veludo” etc., e era, pelo testemunho de Procópio, uma cor muito cara, dita por isso cor régia ou púrpura, talvez como a nossa cor de fogo, escarlata e semelhantes, que, de maneira mais geral, chamamos de carmim. Não haviam chegado ainda ao Império Romano os bichos-da-seda, nem as plantas das amoreiras que agora estão espalhadas por toda a Europa, uma vez que das Índias e da China, no curso de muitos séculos, passaram para a Pérsia, e da Pérsia, aos poucos, até nós, e, em seguida, se difundiram de tal maneira que o valor da seda, tendo passado neste século as sementes e o cultivo também para a França e a Espanha, já se reduziu a pouco mais de um ducado de ouro a libra, e está para diminuir ainda mais se maior redução poderão suportar os esforços e suores dos pobres camponeses que criam tais bichos, já que agora com grande dificuldade se tira apenas o que é suficiente para pagar seu trabalho ordinário.

14 Historiador grego (nascido em Cesaréia, na Palestina, no final do século V d.C.), conselheiro e secretário de Belisário, a quem acompanhou em suas expedições até 540. Sua obra mais importante é a *História das guerras*, em oito volumes, dos quais o oitavo é um sumário, em tom laudatório, dos acontecimentos do reino de Justiniano. Completamente diferente é, no entanto, uma obra posterior, denominada comumente *História secreta* – e a esta se refere aqui e mais adiante Montanari –, que é um libelo que cobre de infâmias Justiniano, a imperatriz Teodora, Belisário e sua mulher Antonina.

Vemos, então, que a raridade torna preciosa toda mercadoria, como podemos observar todos os dias nas jóias e nos próprios metais, e a abundância as deprecia. A água, que é um elemento da maior importância para a vida humana, como é abundante em quase toda a Terra, não vale coisa alguma, e os judeus com razão se queixavam durante o cativeiro de Babilônia de ter que comprá-la. Uma única sopa de Esaú foi mais cara que a primogenitura, e assim argumentava o pobre faminto ao dizer a Jacó: “Se eu morrer, o que me valeram os direitos da primogenitura?” O preço ou conceito que fazemos das coisas, ao qual se acompanha o desejo delas, já dissemos ser medido pela moeda, pelo que, dada a mesma quantidade de moedas no comércio, ao mudar a estimativa que os homens fazem de uma coisa, o preço muda: as coisas tornam-se mais caras se aumentar o desejo delas, mais baratas, se vierem a ser menosprezadas.

Não há poder maior para mudar de repente o preço de algumas coisas neste mundo do que a estima em que as têm os príncipes. Antonino Caracala conferiu um preço altíssimo ao âmbar-amarelo em todo o Império Romano, ao deleitar-se a usá-lo em seus adornos por ser ele da cor dos cabelos da sua amiga: “O que os poderosos fazem, parece prescreverem aos outros”, dizia Quintiliano. Adriano VI, de nacionalidade flamenga, gostava mais do que de todos os outros peixes da merluza salgada, dita *Stocvisch*, e à imitação dele toda a corte de Roma, depois toda a cidade, passou a comer esse peixe que, naqueles anos, se tornou o mais caro, pois a quantidade vinda à Itália era pouca em proporção ao grande número de pessoas que o queriam.

Além disso, não vemos nós todos os dias, mudando as modas da França, aumentar e diminuir de preço ora as

pérolas, ora os diamantes, ora as turquesas e outras jóias? E por qual outra razão senão porque foi introduzida uma moda nova é que muitos querem ter uma determinada coisa, poucos, outras, de sorte que elas se tornam ora muitas ora poucas relativamente à demanda? Em nossos dias, as jóias opacas eram muito valorizadas por sua raridade, e uma opala chegava, às vezes, a valer tanto quanto uma esmeralda se era um pouco maior do que o normal. Alguns artífices de Murano, de grande engenhosidade, após várias tentativas para obter um cristal que apresentasse a pureza do da rocha, encontraram por acaso a maneira de produzir uma pasta muito semelhante à opala, que, trabalhada para fazer jóias, no princípio enganava os próprios ourives, de modo que, ainda que se soubesse serem falsas, estas gemas se vendiam a alto preço. Mas como se tratava sempre de vidro, que não custava para seus fabricantes muito mais do que o vidro comum, os altos ganhos induziram a fabricá-las em grande quantidade, e tamanha quantidade, não encontrando pronta saída por causa dos preços elevados, obrigou os artífices a baixar o preço; tempo depois, havendo grande produção e passando o segredo para outras mãos, o preço diminuiu em poucos anos de tal forma que, atualmente, os artífices de Murano não obtêm um ganho maior do que conseguem com a fabricação de outros esmaltes, nem chegam a receber a ducentésima parte do dinheiro que obtiveram com a venda das primeiras. Por outro lado, as opalas verdadeiras, ainda que pedras preciosas, por sua grande semelhança com as falsas, também têm diminuído de preço.

Toda nova invenção gera grandes ganhos e adquire notável valor entre os homens apenas enquanto a raridade a torna mais desejável. Só há 25 anos ainda se acreditava não se encontrarem mais medalhas de cobre do

imperador Oto, assim, as primeiras que foram descobertas foram compradas por um preço de até 200 escudos de ouro e eram mal conservadas e estavam em péssimas condições. O alto preço excitou o espírito empreendedor de muitos que chegaram a atravessar o mar para ir ao Egito, à Síria e a outros lugares onde tais raridades eram tidas em menor conta, e reuniram tão grande número delas que as mais perfeitas e melhor conservadas não valem um terço do que valiam as primeiras, e valeriam cada dia menos se o prazer de possuir este objeto nobre não se tivesse difundido entre tantas pessoas, particularmente entre príncipes e grandes senhores que fazem numerosas e valiosas coleções delas.

Em conclusão, assim como daquelas coisas, cuja quantidade, geralmente, se mantém constante, como são as terras, os edifícios e cem outras mais, o preço muda à medida que uma maior quantidade de moeda circulante se encontra no comércio, do mesmo modo, quando se mantiver constante a mesma quantidade de moeda, as coisas valerão mais ou menos em conformidade com sua raridade e o desejo que delas têm os homens. Torna-se, assim, de todo evidente que a moeda e os desejos se misturam reciprocamente, e ambos são a medida universal de todas as coisas passíveis de ser vendidas, como afirma Aristóteles na opinião já citada.

A este ponto, não haveria mais nada a acrescentar a não ser tirar alguma pequena dúvida a quem, talvez, quisesse me dizer serem os desejos dos homens de longe muito mais numerosos do que a quantidade de moeda que circula no comércio, e que o mundo seria muito mais feliz se as ambições humanas não se estendessem além da possibilidade da moeda.

Mas a estes respondo e pergunto se eles já tiveram guardadas no celeiro algumas sementes de trigo que depois, deitadas na terra, não chegaram a lançar raízes, nascer, crescer e amadurecer. E quem quer levar em consideração os desejos de pessoas tolas, pondo-os juntos com aqueles que podem vir a ser satisfeitos? A moeda mede a intensidade daqueles desejos que alcançam seu fim, não mede os sonhos de imprudentes que devaneiam entre suas cobiças insensatas. Tudo o que se compra, de qualquer maneira, se deseja, quer seja para conseguir por seu meio um bem, verdadeiro ou aparente, quer seja para evitar um mal ou para obedecer a uma necessidade imprescindível. Tudo é desejar, tudo é ter necessidade, no sentido apontado pelo referido filósofo, e a intensidade do desejo e da necessidade com que adquirimos uma coisa qualquer é medida pela moeda. As outras coisas que desejamos em vão, quer não consigamos obtê-las por impotência nossa, quer pela natureza delas, não podem ser entendidas como necessidade, termo usado por Aristóteles no texto já mencionado, mas como cobiças vãs, não sujeitas a nenhuma medida: “Quem deseja muitas coisas, de muitas coisas sente a falta. Feliz aquele que recebe de Deus apenas o que é suficiente.”

CAPÍTULO IV

SOBRE O OURO E A PRATA

E SUAS PROPORÇÕES DE VALOR NAS MAIS DIFERENTES ÉPOCAS

Conquanto se tenham encontrado muitas maneiras de fazer moedas e sob este nome circulem em vários reinos coisas diferentes, como demonstramos amplamente no Capítulo I, apesar disso os materiais mais usados no mundo inteiro são o ouro e a prata. Entretanto, é questão bastante problemática se o valor desses dois metais é sempre proporcional à quantidade em que são encontrados, isto é, se o fato de o ouro ser avaliado, por exemplo, 14 vezes mais do que a prata é sinal de que, de fato, no comércio há maior quantidade de prata do que de ouro; ou, então, se o maior valor que atribuímos ao ouro se baseie em outras suas qualidades ou prerrogativas. É verdade que nem sempre costumamos dar valor às coisas unicamente com base na raridade, quando a esta não se juntam outras qualidades que as tornam recomendáveis; e no tocante às pedras preciosas e aos metais certamente temos pelo menos duas razões para apreciá-los: uma, é o valor que damos a eles por sua beleza ou por outras suas qualidades que nos agradam ou têm alguma utilidade; a outra, é a pouca ou muita quantidade em que se encontram relativamente às nossas necessidades ou desejos.

Não vejo na nossa Itália, nem fora dela, nas províncias vizinhas, tamanha abundância de rubis como, nos dias de hoje, se vê de diamantes, e, no entanto, em caso de igualdade de tamanho, pureza e trabalho, o diamante vale mais do que o rubi. Não é, portanto, unicamente a raridade que determina o valor do diamante. O mesmo pode ser dito do ouro. Hoje em dia este metal circula na Itália

com um preço tal que uma marca de ouro equivale a 14 marcas e cerca de 6 onças de prata, mas, apesar disso, não arriscaria tirar a conclusão de que isso é sinal de que, para cada 14,5 marcas de prata na Itália, se encontre aproximadamente apenas uma marca de ouro. Tampouco ousaria afirmar que, se por acaso houvesse no mundo igual quantidade de um e de outro metal, eles teriam que ter o mesmo valor, e se houvesse muito mais ouro do que prata, quando atualmente há mais prata do que ouro, o ouro deveria valer tanto quanto vale hoje a prata. Estimase o ouro pela maior pureza, por não diminuir no fogo, nem enferrujar pela ação do tempo, e por ter uma cor semelhante, diz Plínio, à das estrelas; embora, quanto a este ponto, acredite como Plínio que não seria menos apreciado o branco se tocasse ao ouro ser branco e não à prata, já que enaltecemos o branco dos diamantes não porque sejam mais belos do que os rubis ou as esmeraldas, mas porque são mais raros e mais valorizados. Por outro lado, preza-se o ouro também pelo peso, que, em caso de igualdade de volume, é maior do que qualquer outro composto, apesar de o próprio Plínio, acostumado a escrever coisas conforme ouvia dizê-las, sem procurar se informar melhor ou fazer suas próprias experiências, afirme que o chumbo pese mais do que o ouro. Entretanto, consta claramente (seja-me lícito fazer esta breve digressão) que entre um igual volume de chumbo, de argento-vivo e de ouro, o mais leve é o chumbo, pesando, segundo Francis Bacon, o ouro, 100, o argento-vivo, 75, o chumbo, 60; e, segundo Marino Ghetaldi,¹⁵ o ouro, 100, o argento-vivo, 71,25, e o chumbo, 60,52.

15 Matemático siciliano (1566–1626). Em 1603 publicou os resultados de medidas de precisão dos pesos específicos de muitos metais e líquidos.

A esse respeito, deixo de referir aqui algumas experiências minhas sobre tal questão, que julgo serem bem mais exatas e que pretendo publicar em lugar mais apropriado, bastando-me agora que fique bem claro o quanto se enganou Plínio ao afirmar que o ouro, “nem pelo peso nem pela maleabilidade é superior aos outros metais, ainda que em ambas as propriedades seja inferior ao chumbo”. Em razão disso, não sei como, ao compará-lo com a prata, se possa atribuir razoavelmente ao ouro outra vantagem fora o fato de ele não estar sujeito à ferrugem, como está, pelo contrário, a prata, mesmo a mais pura, podendo-se observar sinais de tal corrosão em muitas medalhas antigas de prata e nenhum nas de ouro. Mas mesmo que tais prerrogativas tenham dado ao ouro alguma vantagem sobre a prata, nem por isso se deve deixar de levar em conta que a maior quantidade de um metal relativamente a outro tenha contribuído bastante para tal avaliação, pois onde o ouro é mais abundante, aí se vê que tem menos valor e é trocado por uma quantidade menor de prata.

Lembro-me de ter lido uma vez (mas agora não sei onde, mesmo que tenha feito investigações) que num dos reinos mediterrâneos da África há tão grande abundância de ouro e escassez de prata que esta vale mais do que o ouro.

Marco Polo diz, em seus relatos, que no reino de Caraian, nas Índias, nos dias dele, se davam 8 unidades de prata por uma unidade de ouro fino, e no Carazan, província que agora pertence ao Mogol e é rica em minas, por uma única unidade de ouro, 6 de prata; nos reinos de Myanmar, por apenas 5 unidades de prata conseguia-se uma unidade de ouro. Assim, os mercadores chegavam de países distantes com prata para trocar por ouro, devido ao

ganho que obtinham ao transferi-lo depois para seu próprio país. Em Bengala, nas Índias Orientais, o ouro vale um sexto a mais do que em Malaca, porque em Bengala há mais abundância de ouro, proveniente dos reinos centrais da Índia, do que de prata.

Nos dias de hoje vemos, seja onde for, mudar o preço do ouro em comparação com o da prata à medida que chega das Índias e de outros lugares maior quantidade de um em proporção à do outro metal, pelo que me admiro que Bodin, escritor inteligente e sutil, tenha insistido em afirmar ser a proporção entre o ouro e a prata, sempre e por toda a parte, durante 2 mil anos antes dele e ainda em seu tempo, de 12 para 1. Heródoto, com efeito, escreve que em seu tempo se trocavam 13 unidades de prata por uma unidade de ouro e Willebrord Snell, em seu opúsculo *De re nummaria*, tira de vários autores a informação de que quando os romanos cunharam pela primeira vez moedas de ouro observaram a proporção de 10 para 1, deixando ao arbítrio dos próprios etólios pagar o imposto em ouro ou prata, conquanto se avaliasse cada libra de ouro em 10 libras de prata.

O mesmo acontecia nos tempos de Estrabão, e antes nos tempos do poeta Menandro. No tempo de Plínio, segundo infere Budé no terceiro livro do *De asse*, entre ouro e prata vigorava a proporção de 15 para 1, visto que um escrúpulo de ouro valia 20 sestércios, enquanto uma dracma ou denário valia 60 e, pelo contrário, uma dracma de prata, a peso igual, valia 4 sestércios. O ouro, no entanto, em igualdade de peso, valia 15 vezes mais do que a prata. Vemos, contudo, sob os imperadores Arcádio e Honório, que, por uma lei por eles promulgada e registrada no Código Lib. 10 tit. ult., a libra de prata foi igualada a 5 soldos de ouro. “Ordenamos”, diz aquela lei,

“que quem trazer para os nossos depósitos uma quantia de prata receba em troca o direito de pagamento em ouro na proporção de uma libra de prata para 5 soldos”, e como a libra pesava 72 soldos pela Lei 5 C. de Susceptoribus, fica claro que 5 soldos de ouro valiam 72 de prata, ou seja, um soldo de ouro equivalia a 14,4 soldos de prata, que é quase a proporção dos nossos dias.

Plínio, porém, afirma ter visto em seu tempo tal proporção de 12 para 1, e Snell, antes mencionado, conta que no ano de 1512 era novamente de 12 para 1, mas nos dias dele, quer dizer, cem anos depois, vigorava a de 40 para 3, ou seja, de 13,25 para 1. Entretanto, no curso daquele século, ela devia ter voltado a diminuir, uma vez que na resolução do imperador Fernando I, emanada no ano de 1559 na Dieta de Augusta, referente à qualidade e ao valor de todas as moedas do império, tanto de ouro como de prata, está prescrito que os ducados de ouro, ditos húngaros, de 23,33 quilates e com um peso de 67 ducados a marca de Colônia, na Alemanha valiam 104 carantanos cada um, que são 6.968 carantanos a marca de húngaro, e, portanto, uma marca de ouro fino de 24 quilates valia 7.168 carantanos. Na mesma resolução define-se o preço da prata fina de 12 onças em 10,20 florins, que são 612 carantanos, pelo que se vê que o ouro valia 11,7 vezes mais do que a prata. Tal valor, embora se aproxime da proporção que queria estabelecer Bodin de 12 unidades de prata para uma unidade de ouro, mostra, no entanto, que, de 1512 para cá, ela já havia diminuído.

Se Júlio Pólux¹⁶ calcula que na Grécia, no tempo em que as repúblicas estavam no apogeu, uma onça de ouro

16 Sofista e gramático grego do século II d.C.

valia uma libra de prata, apesar disso, observando as grandes variações que sofreu esta proporção em diversos tempos, não se pode não julgar mal fundada a afirmação não apenas de Bodin, que, como já disse, sustentava ter sido sempre durante 2 mil anos antes dele de 12 para 1, e ter de se conservar inalterada no futuro, mas também a de Gasparo Scaruffi,¹⁷ que, em seu *Alitimonfo*, pretendeu ensinar a maneira de manter em toda a parte e para sempre a moeda ao mesmo preço, supondo, todavia, que nunca pudesse haver problema no mundo relativamente a essa proporção de 12 unidades de prata para uma unidade de ouro, e não levando em consideração que se das Índias ou de outras minas começasse a vir uma quantidade muito maior de ouro do que antes e uma quantidade menor de prata, a prata começaria a ser trocada pelo ouro a uma nova proporção, passando a 11, 10 e até menos para 1.

O fato é que não está em poder dos príncipes regular a vontade dos súditos quanto a essa questão sem que as suas leis não acabem sendo infringidas logo depois de promulgadas, quando estas ultrapassem as proporções naturais. Experimente um príncipe querer que se troquem as dobras por apenas 2 escudos, e verá se, com exceção daqueles poucos que não têm outro dinheiro para comprar pão, os outros não as esconderão imediatamente, e se quem precisar de dobras não irá comprá-las às escondidas de quem as possui mesmo por 3 escudos, que normalmente é seu preço corrente.

17 Comerciante, banqueiro e economista italiano (1519–1584). Escreveu seu *Alitimonfo* para o duque Alfonso II de Ferrara, escrito em que propõe a unificação monetária internacional com base bimetálica.

Não é verdade, então, que a proporção de 12 para 1 entre prata e ouro fosse sempre a mesma no passado e que continuaria tal no futuro, estando muito distantes daquele “quase sempre” que queria Bodin os exemplos aduzidos e a experiência atual de que, em cem anos, ela tem passado de menos de 12 a quase 15 para 1. Certamente, hoje, a proporção mais comum é de 14,8, ou 14,75, para 1, como mostraremos mais adiante, e a causa desta alteração não foi senão a quantidade de prata vinda da América, que tem despejado até agora na Europa grande profusão desse metal das minas inesgotáveis de Potosí e de outros lugares, que continuam sendo escavados incessantemente. Em comparação com tamanha profusão de prata, o ouro, conquanto também tenha vindo em grande quantidade daquelas mesmas regiões, vem, contudo, numa quantidade insuficiente para manter uma proporção com a prata de 12 para 1. Aliás, se o próprio Bodin tivesse reparado na proporção que resulta de suas próprias afirmações, quando disse, como vimos, que da América, até sua época, já tinham 100 milhões de ouro e mais de 200 milhões de prata, teria achado tal proporção bem maior do que de 12 para 1, sendo que um escudo de ouro não é senão a oitava parte de uma onça, ou seja, de uma peça de oito, donde 100 milhões de ouro são um milhão e 200 mil onças; e um escudo de prata coroados daqueles tempos, que hoje se chama filipe ou peça de oito, é, aproximadamente, uma onça, donde 200 milhões são, pelo menos, um igual número de onças; e, conseqüentemente, havia chegado, pelo menos, 16 vezes mais prata do que ouro. E se, apesar disso, a proporção era maior do que 12 para 1, tal coisa ocorreu talvez porque grande parte daquela prata foi empregada inicialmente não como moeda, mas no vasilhame e nos utensílios dos ricos.

Podia acontecer, no entanto, que a prata se depreciasse em referência ao ouro aos poucos, como parece ter ocorrido também na Judéia no tempo de Salomão, quando as frotas que aquele rei enviava a cada três anos pelo Mar Vermelho com destino às Índias, a Ofir e a Társis haviam trazido uma quantidade incrível de ouro e de prata, de modo que, conta o texto sacro, “em Jerusalém a prata era tão comum como as pedras”, e, como está dito pouco antes, “...nos dias de Salomão não se fazia nenhum caso da prata. É que o rei tinha no mar uma frota de Társis junto com a frota de Hiram e de três em três anos a frota de Társis trazia um carregamento de ouro e prata, de marfim, macacos e pavões.”

Se, então, não fosse legítimo agora, como o é, considerar imaginárias certas histórias de Plínio que mais parecem fuxicos de velhinhas, teríamos razões de rir da resolução desarrazoada de Tibério mencionada por esse autor quando conta que, tendo-lhe sido trazido um vaso de vidro de natureza tal que, como o cobre e o ouro, se podia modelar com o martelo, de modo que, tendo caído no chão sem se quebrar, o bom mestre consertou diante dos olhos do imperador a amassadura causada pela batida, o monarca, temendo que quando tal invenção se tornasse de domínio público o ouro perdesse de valor, logo mandou matar o inventor.

Se o vidro comum, que não pode ser modelado com o martelo, era de pouco valor em comparação com o ouro, alguém saberia dizer-me por acaso o porquê? Certamente, se ele é bem menos duro e muito menos brilhante do que o diamante, o fato de poder ser empregado para fazer vasos para beber e para muitos outros usos nobres é uma prerrogativa de todo digna de ser contraposta à do diamante. Mas se no mundo houvesse tão

grande quantidade de diamantes como há de vidro, eles teriam menos valor do que o vidro, uma vez que, havendo igual abundância, seria mais prezado o que tivesse maior serventia, e a grande dureza do diamante seria considerada imperfeição e defeito. A raridade, portanto, é a circunstância que torna mais ou menos preciosas as coisas que são desejáveis por outras qualidades; e se assim for, por que privar o mundo de uma invenção tão cômoda como a de um vidro que pode ser modelado com o martelo, com o qual se poderiam obter vasos tanto mais limpos do que os de metal, mais transparentes e brilhantes, sem o perigo de que, a cada leve batida, quebrem irremediavelmente? Por que recompensar o inventor, de forma tão ingrata, com a morte? Falta por acaso no mundo aquela erva, dita barrilha, da qual se fazem cinzas para fabricar o vidro, se, além da Espanha e dos litorais da Ásia e da África banhados pelo Mediterrâneo, a Itália também a produz em vários lugares? Faltam por acaso, nos rios, as pedras com que se faz a mistura? E se há tamanha quantidade de tais ingredientes, que razão havia de temer que o ouro perdesse valor?

Fica claro, então, que, ainda que alguma outra prerrogativa do ouro sobre a prata possa influir na sua avaliação relativamente a esta última, apesar disso a causa primeiríssima da proporção segundo a qual tais metais são avaliados depende de sua maior ou menor quantidade.¹⁸

18 Na edição italiana, vêm em seguida uns cálculos referentes às praças de Gênova e Milão, não presentes no manuscrito original e sim feitos pelos senhores Zanatta e Lunati Ragionieri, intendentess gerais da Câmara Régia da Lombardia austríaca, por ocasião da primeira publicação deste tratado (em *De monetis Italiae*, tomo VI. Argellati, 1759). Tais acréscimos, se podiam interessar os leitores italianos contemporâneos à mencionada edição, hoje perderam tal importância. Preferimos, assim, omiti-los para não desviar a atenção do leitor do raciocínio principal do autor.

CAPÍTULO V

DO VERDADEIRO PREÇO DO OURO E DA PRATA E COMO CADA UM DELES É PREÇO DO OUTRO

Fica bastante evidente do que foi exposto no capítulo anterior que, sendo a diferente abundância ou escassez do ouro relativamente à prata causa da proporção com a qual um metal se troca pelo outro, necessariamente então um se deve dizer preço ou medida do outro; e, por serem tais metais os dois materiais mais usados como moeda no mundo inteiro, com maior razão deve-se dizer que eles são a medida de valor das outras coisas. Por outro lado, como o conceito de valor intrínseco dos metais várias vezes é tomado por alguns como algo fantasmagórico, que não se pode conhecer ao certo, parece difícil entender como esses metais possam ser, reciprocamente, medida um do outro, e que não deva haver no mundo alguma coisa que, antes, seja medida comum de ambos.

Se, com efeito, eu perguntar quanto vale uma libra de ouro e me for respondido 14,75 libras de prata, e se eu voltar a perguntar quanto, então, vale uma libra de prata, parece ser impróprio responder que vale 0,0678 libras de ouro, pois pareceria muito mais apropriado que houvesse uma outra medida comum do preço de ambos, à qual eles possam ser referidos. Mas eu pergunto: se fosse assim, esta tal coisa que fosse medida do valor do ouro e da prata, de onde receberia seu próprio valor? E seu valor seria certo, fixo e estável, ou incerto e mutável? Se incerto e mutável, haverá necessidade, então, de uma quarta coisa certa e estável que meça o valor das três e assim por diante, até ao infinito. Mas se for algo que tenha valor

certo e estável, duas coisas gostaria de saber. Em primeiro lugar, onde está tal coisa que tem um valor certo, fixo e imutável? Não se encontra neste mundo, segundo esse modo de entender. A segunda é: em que consiste o valor desta terceira coisa, tão imutável que pode ser regra do valor de todas as outras? De minha parte, poderia assinalar, sim, uma coisa que serve de regra a todos os valores, e a mencionei antes, mas nenhuma é mais instável e mais sujeita a variações do que ela, pois é o desejo humano.

Reduza-se uma parte dos desejos mundanos, logo o ouro e a prata terão menos valor, porque, não havendo mais comércio das coisas que não se desejam mais, no mundo continua havendo a mesma quantidade de ouro que havia antes, e, uma vez que as coisas desejadas, passíveis de serem compradas, são em menor quantidade, se dá maior quantidade de ouro por elas. Assim, a abundância de ouro em Roma depois da guerra com a Macedônia fez elevar o preço das trocas, e fez o mesmo em toda a Europa depois da descoberta da América, de onde muitas centenas de milhões passaram para o mundo cristão.

Mas quão mutáveis são os desejos dos homens! Toda moda nova faz parecer mais belo o que de novo passa a ser usado e o faz valer mais, desvalorizando o que estava sendo usado e comprado antes. A guerra faz valer mais do que antes as armas, os cavalos e o vestuário. A paz eleva o preço dos ornamentos, dos bordados e dos deleites; e o costume generalizado acrescenta ou diminui valor às coisas, como se conta a respeito do traje de luto, usado em Paris durante um ano pela morte de Henrique II, ocasião em que foram depreciadas em poucos meses as vestes de seda, como se quem na corte não usasse o traje de luto fosse homem de baixa posição, e quem queria não passar por plebeu vestia panos de luto de lã e não

de seda. Ora, como ficam então as coisas se este valor das coisas e dos metais com os quais as compramos é tão incerto e inconstante?

Não posso dar uma explicação satisfatória a esse respeito se antes da solução não apontar um outro inconveniente semelhante que há neste mundo. O tempo é a medida da duração das coisas e do seu movimento, e o movimento é a medida do tempo. Se quiser medir o tempo, sirvo-me de um relógio, que pode ser de água, como foram os primeiros, de pó, de rodas ou de sol, enfim de um qualquer instrumento que se mova de forma possivelmente uniforme e de cujo movimento possa dizer que já se passaram tantas horas e tantos minutos. Faço o contrário se quiser medir o movimento de uma coisa, sirvo-me do tempo, e digo que um navio percorreu tantas milhas porque se tem deslocado com tal vento, com tal velocidade, em tantas horas e tantos minutos; que aquele correio tem andado tão mais veloz do que o outro, porque em tantas horas percorreu mais milhas. E se não supusesse o movimento uniforme não teria a medida do tempo. Ora, como ambos são incertos, pois não posso saber com toda a segurança que as horas são iguais, tampouco que o movimento tem sempre a mesma intensidade, onde estará aquela terceira coisa que mede o tempo e o movimento e que possui em si medida tão certa que não podemos duvidar dela?

Alguns dizem ser tal medida o movimento dos céus, aliás, não ser o próprio tempo senão o simples movimento dos céus. Aceitar que o movimento do céu seja a medida do tempo mais regular, até aí eu chego, mas que o tempo não seja senão o movimento dos céus, de modo que, cessando os céus de rodar, o tempo deixaria de existir, não tenho mecanismos em meu cérebro para entender

tal coisa. Com efeito, não consigo entender como as coisas não possam continuar existindo mesmo que os céus parassem, pois está escrito que, para alongar o dia mais do que o habitual, Deus parou os céus para atender as preces de Josué. Mas mesmo que seja como eles quizerem, ainda pergunto se este movimento dos céus é uniforme ou não. A astronomia responde-me que os dias são desiguais entre si, mesmo pelo calendário solar, pois as 24 horas de hoje, que é 14 de julho, são mais breves que as 24 horas de um dia qualquer de dezembro, conquanto se calculem do meio-dia ao meio-dia, porque o movimento diurno do sol não é igual de um dia para outro, nem de uma estação para outra. Outros me lembram que o movimento do primeiro móvel é em tudo e por tudo igual, e farei um serviço a estas pessoas se admitir tal coisa, porque se a negasse, eles não teriam outra prova para me dar a não ser que até agora todos têm aceitado tal suposição, uma vez que neste mundo não temos nenhuma outra medida tão certa que baste para verificar as medidas do movimento e do tempo.

Deve-se concluir, então, que tudo permanece incerto, que não podemos ter uma medida adequada para coisas tão importantes? Respondo que não. E se procurarmos as medidas de outras coisas também, como os comprimentos dos pés, braços e passos, das milhas e outros, encontraremos as mesmas dificuldades, e o mesmo se daria relativamente ao peso. Afinal, o que há de se estabelecer? Os filósofos nos ensinarão que as relações requerem, necessariamente, dois termos, faltando um dos quais vem a faltar a própria relação, como na relação de pai e filho, morrendo o filho, o homem não pode mais ser considerado pai, porquanto veio a faltar aquele termo a que se referia a paternidade. Da mesma forma,

toda quantidade, enquanto passa a ser medida, diz-se maior ou menor que tal ou tal outra grandeza, de acordo com o termo a que é referida, que é a coisa com que está sendo medida. E se este termo vier a faltar, a quantidade também deixará de ter aquela determinada relação de maior ou menor que tal ou tal outra grandeza.

Se, por outro lado, aquela medida, em vez de vir a faltar, sofrer uma alteração, altera-se na mesma proporção a relação do primeiro termo, de modo que, por exemplo, aquele tecido que em Roma media 100 canas, em Veneza passa a medir 200 braços, pois se alterou ou mudou o termo ao qual se referia antes, que era a cana romana, sucedendo em seu lugar o braço veneziano. Aliás, até mesmo a cana romana, alterando-se aos poucos a sua medida, depois de um tempo irá alterar insensivelmente a relação que havia antes entre ela e as coisas que ela media. Vemos, com efeito, que o pé romano moderno não corresponde mais ao antigo fixado por Vespasiano ou ao pé dos séculos anteriores. Da mesma forma, o valor das moedas, particularmente do ouro e da prata, é uma relação que esses dois metais mantêm entre si de acordo com a quantidade deles que se encontra nas mãos dos homens, destinada ao comércio e à estima que os homens fazem deles ao trocá-los um pelo outro, ou ao trocar ambos pelas coisas que desejam.

Ora, como esses dois metais já por todas as nações deste mundo estão destinados a tal função, o que chamamos de valor das moedas não é senão a relação que um tem com o outro de acordo com o valor que os homens lhes atribuem, e quando queremos definir o valor de uma libra de ouro, não temos mais uma certa medida para explicá-lo a não ser em referência à prata; por outro lado, quando ocorre de ter que indicar o valor da prata, logo o

representamos com o seu correlato mais comum, dizendo que uma libra de prata vale 0,0678 libras de ouro, ou, então, 468,6 grãos de ouro.

É verdade, no entanto, que o valor de ambos os metais pode ser equiparado também a outras coisas das quais ele é medida, como já vimos no caso de Diomedes e Glauco, que trocaram as armaduras avaliando, a mais ordinária, em 9 bois, e a outra, que era de ouro, em 100 bois, como conta Homero. Nesse contrato, o número de bois fez as vezes da moeda, servindo de medida do valor comum das coisas tratadas; e, da mesma forma, se poderia expressar o valor de qualquer outra coisa com outra coisa qualquer.

Mas para entendermos ainda melhor o que quer dizer esta palavra *valor* ou *preço*, *avaliação* etc., imaginemos que não se encontre no mundo outro metal ou material adequado para tal função a não ser a prata. Como nunca poderíamos considerar a prata cara ou barata a não ser em comparação com as coisas pelas quais é trocada, ocorre que quando houver abundância de bens à venda e escassez de prata, cada um que tenha mercadorias procurará vendê-las para ter com que comprar outras das quais precise, e não podendo obter muita prata em troca de dois pares de bois, os dará por pouca. E, nesse caso, diremos que a prata é cara. Ao contrário, se se encontrasse no mundo maior quantidade de prata que de costume, quem a possuísse não teria tantas cautelas como antes para abastecer-se do necessário, e a prata poderia ser considerada barata, uma vez que por um par de bois se pode obter mais do que antes por dois pares: experiência que observamos todos os dias nos mercados, nas feiras e nas praças de mercadorias mais ricas, onde de uma semana para outra, em conformidade com a abundância ou a escassez de

dinheiro de que se pode dispor, se elevam ou baixam o câmbio e os preços das coisas.

Em tal hipótese, não pareceria tão difícil a questão de saber qual é a verdadeira essência das moedas, porque, não havendo outra moeda fora a prata, a prata valeria coisas e as coisas valeriam prata: uma seria medida da outra, de modo que não haveria mais nada para discutir senão, talvez, questões postas pelos metafísicos, com os quais aqui não pretendo debater. Ora, é fato acidental que o ouro e o cobre cumpram, eles também, a função da prata, servindo de moeda, e, da mesma forma que para medir uma distância posso valer-me do braço usado para medir a seda, do pé, dos passos, das canas e de muitas outras medidas diferentes entre elas, ocorre também que, para medir o valor das coisas ou a estima em que são tidas pelos nossos desejos, possamos nos valer ora do ouro, ora da prata, ora do cobre ou de outro material que o uso e a autoridade do príncipe autorizam como moeda. E assim como as diferentes medidas dos pés, passos, braços etc. têm também entre si uma proporção em conformidade com a qual se altera sua quantidade e podemos dizer, por exemplo, 5 pés serem equivalentes a um passo etc., da mesma forma, entre o ouro e a prata vigora aquela proporção que a quantidade deles e a avaliação comum têm posto em uso, e dizemos que 14,75 onças de prata valem tanto quanto uma onça de ouro, ou uma onça de ouro vale tanto quanto 14,75 onças de prata, uma vez que todas as coisas que posso comprar com 14,75 onças de prata posso tê-las também com uma onça de ouro, e se quiser trocar a onça de ouro por prata encontro quem me dá 14,75 onças de prata.

Entretanto, tais comparações parece que falham apenas em uma coisa, e é que as proporções dos pés, braços

etc. não variam entre si senão imperceptivelmente no decorrer de muitos séculos, e as do ouro e da prata, às vezes, se tornam perceptíveis em menos de um século, como ocorreu de 1578 para cá, quando, como atestam Bodin e as disposições de muitas casas da moeda daquele tempo que cheguei a ver e estudar, a proporção do ouro com a prata passou de 12 para 1 a 14,75 para 1. Mas a razão de tal coisa é que, enquanto as medidas dos pés etc. dependem da regulamentação dos príncipes, que procuram manter o mais possível as mesmas em seu país, o valor dos metais depende da quantidade que deles todas as nações têm no comércio, a qual naturalmente e independentemente da vontade de alguém varia ora de um modo, ora de outro.

CAPÍTULO VI

AS VÁRIAS CAUSAS QUE PODEM ALTERAR A PROPORÇÃO DE VALOR ENTRE O OURO E A PRATA

Se o ouro e a prata não fossem empregados em outras coisas a não ser na fabricação de moedas e estas estivessem sempre circulando no comércio, não vejo quase nenhuma razão pela qual se devesse alterar a proporção do seu valor fora a da quantidade que sai das minas, que, às vezes, varia. Mas como eles são empregados em muitos outros trabalhos, é mister que seu valor vá variando, não conforme a quantidade que se extrai das entranhas da terra, mas segundo a quantidade que sobra do luxo mundano. É certo, porém, que o primeiro impulso para a mudança de valor provém da abundância de um metal mais do que do outro, e se num ano à Itália chegar da Espanha ou de outras províncias apenas prata e não ouro, este será mais caro, e por uma onça de ouro se darão mais onças de prata do que antes; e se chegasse tão-somente ouro e não prata, com uma onça de ouro se compraria menor quantidade de prata do que antes.

Mas também o diferente consumo que se faz desses metais influi não pouco nesta proporção. A quantidade de vasilhas de prata que se faz para os guarda-louças e as mesas, não apenas dos príncipes, mas também de gentishomens comuns e até de mercadores; a quantidade que é empregada nos serviços das igrejas, que excede de um modo extraordinário, se bem que por motivos louváveis, a que se costumava usar antigamente; a quantidade que se desperdiça nas rendas, bordados e outras manufaturas; se toda ela fosse empregada em moedas, de imediato a proporção mudaria. Da mesma forma, o ouro gasto

atualmente para o luxo, não apenas em jóias, correntes e anéis, mas para dourar metais mais vis ou a própria madeira, que, entalhada de várias maneiras, orna os nossos tetos, as nossas pinturas e até as carruagens (que cada um, até menos rico do que os mercadores, quer tão luxuosas quanto eram os carros triunfais antigos), todo esse ouro também subtrai uma parte não pequena de toda a massa de ouro que existe no mundo.

A primeira vez que os romanos douraram os tetos – e eram os do Capitólio – foi depois de ter destruído Cartago. Depois do Capitólio, o luxo passou para as residências dos grandes e dos césores, e narram-se coisas inauditas a respeito do grande palácio de Nero e de outras ostentações do fausto romano. Os naufrágios também, infelizmente bastante freqüentes, depositam no mar porções de um e de outro metal e podem chegar a alterar a proporção ora de um, ora do outro. Mas de todo o luxo, de todo o mau uso que se faça do ouro, muito maior é o consumo que fazem, com emprego sempre detestável, os avarentos, não apenas aqueles que o subtraem da circulação, condenando-o a ficar preso em seus cofres enquanto vivem, mas aqueles também que, ao escondê-lo de novo embaixo da terra em grande quantidade, ofendem a natureza e Deus que o criou, e que nos deu a inteligência e as noções para desenterrá-lo do lugar onde foi produzido e para que dele nos servissemos para nossos usos.

São poucos, contudo, em comparação com as outras nações, os cristãos culpados de um sacrilégio tão vil e sórdido, e particularmente em comparação com os turcos e os indianos mongóis, que, sabendo perfeitamente que seus filhos só por milagre poderiam herdar seus bens, indo cair todos, depois de sua morte, no fisco régio,

escondem embaixo da terra tesouros imensos com o propósito de revelá-los aos filhos antes da morte; e se tal coisa não sair segundo as previsões, aqueles metais ficam de novo no seio da terra que os produziu.

E, de fato, não saberia achar explicação melhor do que essa à pergunta daqueles a quem parece paradoxal que todos os anos se vê extrair das minas de todos os países uma massa enorme de ouro e, no entanto, se observa que em nenhum lugar aumenta e alcança a proporção que se esperaria, mas há sempre a mesma quantidade ou, até, menor. As sedas que, apesar de haver uma grande produção na Europa, nos chegam em tão grande quantidade da Pérsia, das Índias, do Mogol e até da própria China; todas as especiarias que nos são trazidas das Índias Orientais; tantas outras drogas, tantas outras mercadorias que todos os anos nos trazem os navios portugueses, ingleses e holandeses; as gemas mais preciosas, diamantes, pérolas, safiras e outras que nos são trazidas daqueles mesmos reinos, com que mais se compram senão com dinheiro vivo? Quase nenhum daqueles vastíssimos impérios compra mercadorias da Europa a não ser em troca de suas outras mercadorias, de modo que o ouro flui da Europa para aquelas regiões em quantidade muito maior do que aquele que é trazido de lá. E, no entanto, há reinos que possuem minas riquíssimas.

Na própria Turquia, que, infelizmente, é a mais próxima de nós, quase não circula outra moeda fora os reais da Espanha, os cequins vênnetos e os húngaros da Alemanha, mas, ao contrário – ainda que seja verdade que os reais espanhóis estejam sempre circulando no movimento de mercadorias e no comércio, pelo que freqüentemente voltam para a cristandade grandes somas –, os sultânis são raríssimos. Onde ver um aspre de prata se não

estiver por sorte nas mãos de quem o guarda unicamente por curiosidade? Sinal evidente de que as nossas moedas, nossos ouros e pratas, vão todos parar naquelas regiões sem mais voltar. Assim sendo, se não fosse o costume bárbaro daqueles tiranos de se apropriar dos bens de cada um que morre, subtraindo-os aos filhos do defunto, com a conseqüência de que fica enterrada tão grande quantidade do ouro pertencente aos ricos que o escondem, o ouro seria tão abundante entre eles como entre nós o ferro. Aliás, há reinos na Ásia, perto da Tartária, onde os ricos, não para deixarem seu ouro aos filhos, mas por acreditarem cegamente poder se servir dele no outro mundo, o sepultam na maior quantidade que podem juntar.

Ora, cada uma dessas causas, ao sofrer alterações de uma maneira ou de outra, pode alterar os preços desses metais e fazer com que o ouro seja comprado ora por preço mais alto, ora mais baixo. E talvez não se possa aduzir nenhuma outra causa de o ouro ter se tornado mais caro do que a prata, do tempo em que Bodin escrevia que valia 12 vezes mais do que a prata aos nossos dias, em que vale quase 15 vezes a mais, a não ser o fato de que o comércio com o Oriente – comércio que, estando nas mãos quase que exclusivamente dos venezianos e genoveses antes de Francisco I, foi aberto aos franceses e espanhóis graças aos judeus que, expulsos da Espanha e refugiados na Turquia, começaram a vir de lá comerciar nos portos da cristandade – tenha subtraído sempre mais ouro do que prata. Pois, ainda que a prata vá também para lá, no entanto ela fica na circulação do comércio, mas o ouro, uma vez que tenha caído nas mãos dos grandes e na casbá do grão-senhor, nunca mais volta a ver o sol, tampouco a pátria.

CAPÍTULO VII

DAS MOEDAS DE COBRE E OUTRAS DE PRATA DE LIGA DE POUCO VALOR E SUA PROPORÇÃO COM AS DE OURO E DE PRATA

Além das moedas de ouro e de prata fina, costuma-se usar outras de liga de baixo valor, isto é, de cobre e prata misturados em proporções variáveis, e algumas simplesmente de cobre, usadas principalmente para as despesas miúdas do povo, já que há muitas coisas que valem menos do que a menor fração de prata passível de ser usada comodamente. Jean Bodin conta que na Lorena já foram fabricadas moedas de prata fina, chamadas de angevins, tão pequenas que de uma marca se faziam 8 mil peças (mas acerca desta informação prefiro antes crer que se trate de erro de impressão ou de cálculo do que aceitar que houvesse moedas tão pequenas que pesassem menos de um grão cada uma, quando até de 6 ou 8 grãos seriam pequenas demais). Os aspres dos turcos, que são moedas de prata muito miúdas, com um teor de 11,25 onças por libra, pesam 12 grãos cada uma, e muitos, com efeito, as acham incômodas em razão do tamanho muito pequeno; e, certamente, introduzir moedas semelhantes na cristandade não seria muito bem aceito pelos pobres, pela facilidade de perdê-las e de se enganar ao contá-las. Entre nós, podemos observar quão pequenos são os quartos de paulo dos Estados Papais e da Toscana, embora atualmente não circule senão um pequeno número, e ainda que pesem mais de dois aspres cada um são também considerados incômodos pela excessiva pequenez, não menos que os pequenos soldos de prata dos venezianos. Os *pfennige* da Áustria e de outras partes da Alemanha, conquanto não sejam de prata tão fina, mas de liga muito

inferior, ainda assim são de um tamanho um pouco menor do que os aspres, e, portanto, pela facilidade com que se pode perder, também são mal aceitos pelo povo.

Ora, o aspre turco, em relação às nossas moedas, já valia tanto quanto um baioco de Roma e dois soldos venezianos, aproximadamente, já que 80 aspres valiam uma peça de oito da Espanha; mas depois que os paxás das províncias distantes de Constantinopla começaram a fabricar tais moedas com uma liga inferior, entrando em acordo com banqueiros¹⁹ judeus para tirar proveito particular para si, começaram a ser trocados até 120 aspres por uma peça de oito, que são 4 quatrins de Bolonha, ou seja, um soldo e meio de Veneza cada aspre. Mesmo assim, essas moedas de prata tão pequenas não são de um valor tão pequeno que atenda à camada mais pobre da população e às suas despesas miúdas, e, com efeito, vemos quão freqüente é o uso dos *bezzi*, 4 dos quais mal chegam a valer um aspre de boa prata. Com efeito, um homem pobre, se com um aspre dividido em quatro partes pode comprar quatro coisas diferentes para seu uso, se tiver tão-somente aspres inteiros pode comprar apenas uma, ou gastar 4 aspres para ter quatro coisas diferentes. Os sesinos de Milão e dos duques, na Lombardia, o quattrim em Roma, Bolonha e na Toscana, enfim, a moeda de pouco valor em toda a cristandade (que, talvez por ser de metal vil, de pouco valor, é chamada pelos franceses, pelos espanhóis e por outras nações de bilhão, e se divide em peças de valor muito inferior aos aspres de prata), é tão necessária que, conquanto na Turquia, onde não se faz uso dela, os pobres vão levando a vida com paciência,

19 *Partitante/i*, em italiano. Termo antigo que designava um banqueiro que emprestava seu próprio dinheiro ao Estado ou a um soberano.

não gastando menos de um aspre para qualquer coisa; aqui não seria tão fácil privar estes outros povos de tal uso com o qual estão acostumados desde sempre, e os indigentes que vivem de esmola freqüentemente poderiam ficar sem ela, porque aquela pessoa que doa de bom grado um *bezzo*, um soldo, não podendo doar menos do que uma moeda de prata de 4 *bezzi*, deixaria de dá-la. A rainha Elisabeth da Inglaterra uma vez quis tirar de seus súditos o bilhão, reduzindo o comércio a moedas de ouro e prata, mas seu povo ressentiu-se tão duramente do incômodo de não ter moedas daquele valor mínimo de que precisava que, forçada pelas revoltas populares, ela precisou reintroduzi-lo.

Ora, se no caso das moedas de maior valor quase não há nação que não tenha observado ou não observe uma proporção exata relativamente ao valor intrínseco, a ponto de se poder dizer que elas contêm aquele tanto de valor do metal quanto é o valor que o príncipe estabeleceu para elas, é uma questão muito importante e ao mesmo tempo ainda não decidida se no caso das moedas de tão baixo valor seja necessária ou não uma proporção exata. Toda moeda tem, como veremos melhor mais adiante, dois tipos de valor, o intrínseco e o extrínseco. O intrínseco baseia-se na quantidade de metal fino que contém; o extrínseco, na autoridade do príncipe, que determina que ela seja posta em circulação e não seja recusada.

Se um estado não tivesse nenhum comércio com os outros e vivesse apenas dos bens que nele são produzidos, como fez durante muito tempo a China e alguns outros povos, o príncipe poderia avaliar suas moedas a seu bel-prazer, e seria indiferente o material com o qual fossem feitas. Com efeito, aqueles tártaros do Catai, que, como conta Marco Polo e depois dele muitos

outros mais modernos, se serviam de moedas de papel seladas pelo rei e outros ministros, não tiveram com isso nenhum inconveniente, uma vez que entre eles eram aceitas normalmente. E se bem que naqueles poucos contratos que fazem com gente de fora sejam obrigados a fazer uso de moedas de ouro e de prata, que não lhes faltam em tais ocorrências, entre eles, no entanto, as de papel são avaliadas, exatamente como as de metal, em conformidade com o valor estabelecido pelo rei. E quase não há diferença entre o uso destas e o uso das apólices dos mercadores, com as quais eles endossam os pagamentos entre si sem ter de usar, no mais das vezes, grande quantidade de moedas, servindo no lugar delas o crédito daquele mercador que se tem tornado devedor subscrevendo as apólices, ou, então, as transferências de valores entre contas do mesmo banco de giro²⁰ nas cidades onde há tais instituições.

Assim sendo, aquele príncipe cujos súditos não comerciavam com outros países poderia atribuir às suas moedas o valor que quisesse sem prejudicá-los minimamente; e poderia afirmar possuir a verdadeira alquimia e a verdadeira pedra filosofal, uma vez que sua subscrição teria o valor que ele próprio julgasse que devesse ter. Os espartanos, quando Licurgo proibiu o uso de qualquer moeda exceto a de ferro, agüentaram umas centenas de anos com esta, ainda que pesada e incômoda e que, para comprar um gorro, para pagá-lo, precisassem levar junto um carregador para transportar tal moeda. Mas as guerras externas exigiam ouro e prata, porque em terras alheias, onde

20 *Banco di giro* em italiano. Na Idade Média e nos séculos XVI e XVII, chamou-se assim àquele banco particular que efetuava a transferência de dinheiro entre as contas de seus próprios depositantes.

outros povos não aceitavam viver à espartana, os espartanos até podiam exhibir sua moeda de ferro, mas, se não possuíssem outra, não podiam suprir suas necessidades.

Se, então, um príncipe quiser que suas moedas de prata e de ouro sejam aceitas por povos estrangeiros, de maneira que os súditos possam comerciar com eles, só pode avaliá-las segundo sua composição e seu real valor intrínseco, pois, de outro modo, os outros príncipes não aceitarão receber pelo mesmo preço prata fina e a de liga de baixo valor; e tampouco os mercadores estrangeiros aceitarão receber uma moeda que, ao gastá-la depois em outros lugares, lhes causará prejuízo. Esta é a razão que impõe peremptoriamente a todos os príncipes que avaliem suas moedas em estrita conformidade com sua composição e seu valor intrínseco, sem nenhuma outra vantagem para seus bolsos afora aquela pequena senhoriagem que, além da despesa de fabricação, eles retiram. Em relação a isso, costuma haver entre eles um certo consenso, e os povos aceitam aquele pequeno prejuízo que lhes advém do transporte daquelas moedas para outros países, pois, como as moedas estrangeiras normalmente adquirem o valor não do metal não amoedado, mas o das outras moedas cunhadas, aquela pequena diferença acaba ficando insignificante.

Entretanto, o príncipe pode obter um lucro maior sobre as moedas de baixo valor do que sobre as de prata e de ouro por duas razões. Uma, é que elas normalmente são usadas nos comércios de pequeno valor e nas despesas miúdas de seus próprios súditos, que entre si as receberão sempre por aquele valor que ele terá estabelecido em seus editos. A outra, é que, seja qual for sua composição, essas moedas de baixa liga são banidas e recusadas pelos príncipes vizinhos, não só porque talvez elas não

contenham o valor pelo qual são gastas, mas porque estes príncipes também querem auferir a mesma vantagem em seus próprios estados com a fabricação de seu próprio bilhão, ou seja, moeda miúda para uso de seu povo, e, portanto, proíbem o bilhão de outros países. Assim, quer o bilhão seja bom ou ruim, os contratos de seus súditos com os estrangeiros normalmente têm por base apenas a moeda de ouro e de prata.

Em tal ganho, contudo, o príncipe precisa medir rigorosamente as necessidades de seu povo e não fabricar moedas de baixo valor em quantidade maior do que aquele tanto que deve circular entre o povo para suas pequenas necessidades, caso contrário qualquer excesso em que ele incorra se reverte em prejuízo tanto para o povo quanto para si próprio. Com efeito, da mesma forma que a escassez de moedas de baixo valor cria inconvenientes a todo o comércio, pela dificuldade de trocar moedas de ouro e de prata em certas despesas miúdas ou em ajustes de outros pagamentos maiores em que entram quebrados, assim a quantidade excessiva de moedas de pouco valor cria escassez de moedas de ouro e de prata, e os mercadores menores que vendem mercadorias a varejo, não recebendo dos compradores senão tais moedas de pouco valor, para efetuar em seguida pagamentos aos atacadistas e, muito mais, para enviar dinheiro para fora do estado, precisam de moedas de maior valor, e para obtê-las em troca das miúdas, as pagam acima do seu valor. Desse modo, o preço de tais moedas aumenta e seguem os inconvenientes que causam a elevação de valor das moedas, a respeito da qual falaremos largamente mais adiante.

Por tais razões, fica bem evidente não ser necessário que o príncipe fabrique a moeda de pouco valor com uma qualidade correspondente ao seu valor intrínseco,

contanto que não fabrique mais do que aquele tanto que baste para o uso do seu povo, e de preferência para menos do que para mais. Assim, a autoridade desse príncipe – que em todas as outras moedas deve ater-se aos limites fixados pela proporção entre o ouro e a prata, sem a qual, ao invés de obter vantagem para si causa prejuízos para si e para seus súditos –, neste tipo de moedas de pouco valor parece ter campo para ir além de tais limites, atribuindo um valor às moedas miúdas, ainda que apenas de simples cobre, como se contivessem alguma parcela de prata, e tirando um proveito não desprezível em conformidade com o número de súditos que ele governa e de negócios que faz. Mas ele não pode, sem prejuízo próprio e dos súditos, fazer circular uma quantidade maior do que comportam suas necessidades usuais.

O banco de giro, que foi instituído em muitas cidades mercantis e que presta um serviço aos mercadores – os quais, no lugar de dar dinheiro vivo a seus credores, lhes destinam, mediante uma escrituração naqueles livros, um tanto do crédito que eles possuem (de modo que se faz circular repetidamente aquelas partidas sem o uso direto de dinheiro, que foi depositado por eles mesmos com tal finalidade) –, tem também uma certa quantidade fixa de dinheiro vivo que, ficando aí depositado, se pode dizer morto, uma vez que circula apenas pelas pontas das canetas dos escriturários do banco que registram as transferências. O próprio príncipe, então, pode entrar como depositário daquela determinada soma e usá-la de acordo com suas necessidades.

Sei de uma cidade da Itália cujo príncipe, depois de ter retirado cerca de 800 mil escudos sem que o banco tivesse algum transtorno, quando, para outra necessidade, retirou mais 400 mil, fez com que o banco começasse a

ficar desacreditado, uma vez que não podia fornecer dinheiro vivo a quem o pedia, e os mercadores que tinham crédito em tal banco, em razão da dificuldade de retirar dinheiro, só podiam fechar os negócios concedendo um tanto por cento a mais. Diante dos evidentes prejuízos que tal situação criou para o comércio, o príncipe foi obrigado a depositar de novo o a mais que tinha retirado da primeira quantia, visto que naquela cidade não circulavam nas negociações dos mercadores mais do que 800 mil escudos.

O mesmo ocorre com a moeda de baixo valor. Se o príncipe se limitar a fabricar apenas a quantidade que é suficiente para o uso de seu povo, pode fabricá-la com o valor intrínseco que quiser, uma vez que tais moedas só servem dentro de seu estado, fora do qual não se aceita senão ouro e prata; mas se fabricar mais do que é necessário, à maneira de um vaso cheio que deixa transbordar o excesso com prejuízo de quem o enche, acaba causando para si e seus estados um prejuízo maior do que o ganho que quer auferir. Mas mesmo no que se refere a atribuir valor a tais moedas a liberdade do príncipe não é tão ampla, pois a malícia dos homens restringiu tanto seu poder que nem mesmo com as moedas mais vis pode obter um ganho considerável, sob pena de vê-lo convertido numa perda muito maior, tanto própria quanto de seus súditos. Tal coisa deve-se aos falsários, a pior espécie de homens que vive prejudicando o bem público, porque os próprios sicários e assassinos são nocivos a um número pequeno de pessoas e é fácil descobri-los e castigá-los, mas os falsários assassinam todo um povo ou uma nação de repente, com meios tão ocultos que, no mais das vezes, andam e freqüentam diariamente as praças sem ser reconhecidos como tais e, portanto, sem ser

punidos. Ocorre, assim, que, apesar do perigo de vida e de honra, de que são irremissivelmente privados se forem descobertos, sempre há e sempre haverá tais indivíduos enquanto existir interesse no mundo, e muito mais porque não faltarão pessoas que, abusando de suas próprias fortunas e autoridade, lhes prestarão favores secretos e lhes darão proteção.

Toda vez, então, que um príncipe fabrica moeda de baixo valor, de cobre puro ou de liga de baixo valor, e lhe atribui um valor maior do que o intrínseco, de tal maneira que o ganho que pode obter é grande, ele se expõe ao perigo de que os falsários fabriquem moeda do mesmo tipo, sem mesmo alterar sua qualidade, e abasteçam, aos poucos, o estado, causando, dessa forma, a escassez e, portanto, a elevação do valor das outras moedas de prata e de ouro, com todos aqueles danos que se seguem. E não é tão fácil descobrir quais são as moedas falsas quando têm a mesma composição das do príncipe, pois, relativamente aos cunhos, da mesma forma que na casa da moeda se trocam várias vezes porque se consomem, e o mestre faz outro imitando em tudo e por tudo o primeiro, sem que haja alguma diferença perceptível, também nas casas da moeda clandestinas há gente que, infelizmente, sabe imitá-los igualmente bem, e o povo não consegue distinguir as moedas verdadeiras das falsas. Se, então, aqueles que, há dez ou doze anos, disseminaram grande quantidade de soldões falsos pelo Estado Vêneto não tivessem querido obter vantagem também no peso e na composição, teria sido muito difícil remediar os danos que causaram. Mas justamente por causa da diferença da cor e da espessura mais fina bem cedo o povo aprendeu a distingui-los e recusá-los, e grande quantidade dessas moedas acabou indo para Ferrara e Bolonha, onde vi que

ficaram circulando por muito tempo com o valor de um quattrim cada um, que não equivalia sequer a um terço do soldo que haviam tentado falsificar no Estado Vêneto.

Da mesma forma, certas moedas de Bolonha chamadas de mouraiolas, que valiam dois bolonhinos cada uma, há mais ou menos dezesseis anos foram imitadas de tal maneira que as letras pareciam as mesmas a quem não soubesse ler, mas pelas letras em volta se podia perceber que eram diferentes e compunham o nome de outra legítima casa da moeda. Antes que se descobrisse a fraude, muitas dessas moedas falsas acabaram circulando misturadas com as boas, mas bem cedo a espessura reduzida e a cor que adquiriram especialmente com o desgaste fizeram com que fossem reconhecidas, e foram banidas e recusadas pelo povo antes que os danos aumentassem. Não há dúvida, então, que mesmo em se tratando de moedas de menor valor os príncipes não podem afastar-se muito do valor intrínseco para auferir vantagem sem perigo de atrair para si e seus súditos um notável prejuízo.

A favor dessa afirmação há uma outra consideração a ser feita, e é que o interesse dos falsários não coincide com as normas das casas da moeda reais, e, assim, quando o falsário não obtém um ganho grande, não ganha nada, pois suas despesas são muito maiores. Aquele cunho que a um príncipe não chega a custar um quarto de uma peça de oito, a um falsário muitas vezes custa 4 ou 6 dobras, pois quem presta serviço numa casa da moeda pública não arrisca a vida, e recebe apenas aquela importância que é proporcional ao trabalho, mas se um artífice tem de fabricar cunhos às escondidas, expondo-se a um risco de vida, não se deixa persuadir senão em troca de muito ouro. Eu mesmo vi alguns punções mestres encontrados na casa de um falsário, pelos quais num processo se

constatou terem sido pagos 10 dobras cada um, e todos eles não valiam uma dobra se tivessem sido feitos na casa da moeda do príncipe.

Da mesma forma, os operários, quer sejam mantidos pelo falsário, quer este trabalhe por conta própria – muito embora não possa fazer tudo sozinho –, custam muito mais que ao príncipe; conseqüentemente, o falsário não se aventura de bom grado a fabricar moedas de pouco valor, porquanto a despesa para fazer um soldo ou um cequim é a mesma.

Quando, então, o príncipe sabe que não há grande ganho em falsificar seu bilhão, pode se sentir garantido de tais malefícios e gozar aquele lucro moderado que lhe pode advir de uma pequena margem de vantagem, sem peso na consciência, uma vez que, com tal moderação, não causa nenhum prejuízo para seus súditos. É assim que a moeda de baixo valor de Bolonha tem tido sempre ótimos resultados e não cause nenhum prejuízo, pois, embora seja toda de cobre, é grossa e pesada, e os falsários não têm vantagem nenhuma em fabricá-la. Além disso, ainda que por sua espessura considerável tenha sido aceita na Romanha e outras partes, não sai senão raramente e só por acidente, e uma pequena quantidade dessas peças serve aos usos do povo por um longo período de tempo. Dessa forma, se não deixasse entrar abusivamente, às vezes, algum bilhão de fora que se assemelha ao deles, ali nunca nasceria alguma desordem. Vemos, pelo contrário, que a quantidade excessiva dessas moedas que fabricam os príncipes da Lombardia, e o ganho exorbitante sobre o peso e a liga que têm proporcionado especialmente aos banqueiros judeus, os quais com projetos especiosos têm arrendado suas casas da moeda, manteve e mantém as desordens que se manifestam nas moedas boas,

podendo-se ver a alteração de seu valor a cada mês. Mas a respeito disso falaremos devidamente mais adiante.

Caso, então, o príncipe renuncie a ter qualquer ganho com as moedas de baixo valor, e as fabrique de uma liga e valor intrínseco correspondente ao valor extrínseco que quer atribuir-lhes, descontadas as despesas de fabricação, não queria que a alguém parecesse um paradoxo se disser que de tal coisa pode nascer um dia certo transtorno nas moedas de maior valor. Mas a prova disso é tão fácil que não quero deixar de expô-la.

Acontece freqüentemente que as moedas de menor valor, quando sua qualidade é proporcional ao preço, sejam introduzidas também em outros países, e, nesse caso, o príncipe que as tem fabricado é obrigado a fabricar mais moedas para suprir as necessidades de seu estado e vai emitindo grande quantidade delas por um longo período de tempo. Mas se os outros príncipes, em cujos estados foram introduzidas, por alguma razão as proibirem, voltam todas para o estado em que foram fabricadas. Dessa forma, tendo-se tornado excessivas, os mercadores, especialmente os que vendem a varejo, começam a receber apenas bilhão e não encontram uma soma suficiente de moedas de ouro e de prata de que precisam para enviar ao exterior, quer porque os estrangeiros, ao mandar de volta as moedas de baixo valor, mesmo pagando algum ágio, têm retirado as moedas melhores, quer porque muitos entre os mais ricos, vendo a desordem criada pela abundância do bilhão, criam de propósito escassez de moedas de ouro e de prata para tirar proveito, pois quem delas precisa lhes dá em troca uma quantidade maior de bilhão. Cria-se, assim, a elevação de valor das moedas melhores. Nesse caso, não há outro remédio senão que o príncipe que fabrica tal moeda volte a recolhê-la, dando

em troca moedas de maior valor, e volte a recolhê-la para distribuí-la depois de novo, aos poucos, segundo exija a conveniência, para manter sempre entre seus súditos apenas a quantidade de que precisam.

Fica claro, então, tanto pelos capítulos anteriores quanto por este, que, em se tratando de moedas de ouro e de prata, ou seja, de moedas que circulam no comércio geral de um estado ou reino a outro, o príncipe não pode afastar-se daquelas proporções que são usadas universalmente também pelos outros; e que, em se tratando de bilhão ou moedas de baixo valor, não pode ultrapassar a quantidade de que precisa seu estado para o comércio miúdo, mas dentro desta medida pode tirar proveito honesto, sem prejuízo para os súditos. Parece, portanto, que se possa dizer que quem confere valor ao ouro e à prata é o jus das gentes, ou seja, o consenso comum das nações sobre o qual um príncipe particular não tem poder; mas à moeda de pouco valor o preço é dado pelo príncipe, que pode, a seu arbítrio, impor a lei a seus súditos, mas tal que não cause prejuízo a eles e, tampouco, a si próprio.

CAPÍTULO VIII

DO VALOR DAS MOEDAS EM COMPARAÇÃO COM AS LIRAS E OS ESCUDOS DE CADA PAÍS, QUE, NO MAIS DAS VEZES, SÃO IMAGINÁRIOS

Os dois metais mais ricos são, então, a verdadeira medida e preço das coisas passíveis de ser vendidas; e se o cobre, ou a moeda de baixo valor e de liga inferior, tem curso no comércio, tem a mesma serventia que têm as onças, as dracmas e os grãos quando se pesam as mercadorias mais pesadas, uma vez que antes se indicam as quantidades em pesos maiores, libras, pesos, arráteis etc., e só as sobras miúdas são especificadas em onças e dracmas. Mas o verdadeiro preço ou valor de uma coisa não consiste senão, conforme a doutrina exposta anteriormente, na igualdade de apreço que os homens têm por tal coisa e uma determinada quantidade de ouro, ou, em seu lugar, uma quantidade proporcional de prata; e diz-se preço justo, então, aquele tanto de ouro e prata que os homens, num determinado país, dariam normalmente por tal coisa se dela tivessem necessidade. E fica claro também o que quer dizer valor, preço caro e barato etc., já que essas palavras não significam outra coisa senão a medida da estima que por tais coisas, sejam elas moedas ou mercadorias, têm normalmente os homens naquele país.

E como a medida dessa estima dissemos ser a moeda, e, entre as moedas, o ouro e a prata são os metais mais valorizados pelos homens e os mais aceitos no mundo inteiro, podendo-se marcá-los por meio de impressão como se quiser, quando, então, se fala em mercadorias, o valor, preço etc. destas não pode ser expresso melhor do que em determinada quantidade de ouro e de

prata. Mas ao falar em moedas, se forem de ouro, se exprime seu valor em prata; se de prata, em ouro, porque um metal é medida própria do outro. Desse modo, se eu perguntar quanto vale na Espanha a dobra, e me for respondido, por exemplo, 750 maravedis, que é uma pequena moeda de cobre usada naquele país, não chego a saber quanto vale, porque o metal daqueles maravedis não possui um verdadeiro valor intrínseco, ou seja, uma medida universal do apreço que os homens têm por eles, e fora da Espanha seriam aceitos apenas por peso, como cobre velho, com grande prejuízo. Mas se me disserem que a dobra vale 30 reais de prata, aí sim venho a saber quanto vale, já que estes são moeda de prata e circulam no mundo inteiro, e sua composição, peso e valor são conhecidos por todos.

Muito pior do que esta equiparação com as moedas inferiores é a que se pode fazer com uma outra moeda, que, no mais das vezes, é imaginária e se chama lira ou escudo de um determinado país, porque, neste caso, encontraremos dificuldades enormes e incertezas que criam uma grande confusão para os que têm de lidar com tais matérias. Em razão disso, será preciso tratar também de tais moedas e, para maior clareza, fazer uma exposição mais detalhada.

Este nome *lira* não é senão a figura ou vestígio que ficou da antiga libra ou asse romano, que foi cunhada por Sêrvio Túlio inicialmente de cobre com o peso de uma libra, e, embora tenha sido subdividida em moedas menores chamadas sembelas, trientes, quadrantes, sextantes, onças, sêxtulos etc., em conformidade com o peso, houve também umas maiores que pesavam duas libras cada uma, chamadas dupôndios.

Havia naqueles tempos este belo costume de fabricar moedas incômodas de carregar, talvez a exemplo de Licurgo, de quem já falamos; e não faltam os que dizem que Sêrvio Túlio também tenha fabricado moedas de ferro, além das de cobre. Pólux diz o mesmo dos bizantinos. Não é de admirar, então, que a moeda tenha ganho também o nome de *stips*, do verbo *stipare*, que quer dizer amontoar ou acumular, porque quem possuía grande quantidade delas não as guardava em cofres, mas as juntava aos montes em quartos a isso destinados, e é assim que a paga dos soldados veio a ser chamada posteriormente de *stipendium*, termo que, passado para a nossa língua, serviu depois para designar qualquer tipo de remuneração anual ou mensal que se dá por qualquer serviço. E como o antigo tesouro romano derivou o nome *erário* do cobre, da mesma forma as penas que as leis determinavam para certos crimes eram expressas em libras de cobre, ou asses de uma libra,²¹ como conta Lívio no livro V da 1.^a Década, quando diz a respeito de Aulo Virgínio e Quinto Pompônio, tribunos do povo, que “ainda que inocentes foram condenados a pagar 10 mil asses de cobre, criando assim perigoso precedente”. E o mesmo autor conta que, no ano 549 da edificação de Roma, os senadores, tendo estabelecido pela primeira vez a paga aos soldados e, portanto, tendo imposto um tributo ao povo contra o parecer e o consentimento dos tribunos, para incitar os outros com o próprio exemplo, foram os primeiros a mandar sua parte ao erário, “e como”, continua, “naquele tempo ainda não tinham sido cunhadas moedas de prata, alguns, que levavam ao erário asses de uma libra em carretas, tornavam a contribuição ainda mais vistosa”.

21 *Aes grave*, em latim, ou seja, o asse quando correspondia ao peso de uma libra.

Mas na Primeira Guerra Púnica, estando o erário já quase vazio, foi decretado que os asses fossem daí em diante de apenas duas onças, de modo que, ganhando 5 em cada 6, pagaram as dívidas e satisfizeram suas despesas, o que lhes foi fácil pelo pouco comércio que tinham com nações estrangeiras e por se contentarem, sendo os romanos tão sóbrios em sua maneira de viver, com o que oferecia a fertilidade de suas terras. Quem possuía asses com o peso de uma libra foi obrigado a levá-los à casa da moeda para ter de volta asses de duas onças cada um, e, desse modo, não sofreu nenhum prejuízo, já que os despendia pelo mesmo valor com o aval da autoridade pública e nem havia de efetuar nenhum pagamento a quem lhes trouxesse telas da Holanda, tecidos da França, estofos da Itália e outras mercadorias de outros países. Não aconteceria o mesmo nos dias de hoje, porquanto são tão poucos, e, ainda, segregados em claustros, os que se satisfazem de viver espartanamente, por fins mais altos e santos. Se, pelo contrário, o povo romano tivesse tido de negociar com outros países, não podia não sofrer prejuízo. Com efeito, aquela resolução, que representou naquela época a salvação da República Romana, não pôde ser tomada em tempos muito posteriores, quando, num momento de apuros urgentíssimos, o tribuno do povo Lívio Druso propôs misturar à prata para fabricar moedas uma oitava parte de cobre e tal proposta foi rejeitada, não sem descrédito do seu autor junto à plebe. E nos nossos tempos a Polônia, que depois das guerras com os suecos, no ano de 1658, tinha muitíssimas dívidas com as milícias, sofreu perdas gravíssimas por ter usado este expediente; mas a respeito disso falaremos em outro momento.

O mesmo expediente foi praticado de novo pelos romanos durante a ditadura de Fábio Máximo, que reduziu

os asses ao peso de uma onça, dobrando-lhes, assim, o valor legal mais uma vez; e não muito tempo depois, pela lei papíria, foram fabricados asses de meia onça, e posteriormente se deve presumir que tenham mudado de peso aos poucos, segundo o alvitre de quem os mandava fabricar, já que não se encontram mais, que eu saiba, aqueles asses de uma ou duas libras que se usavam nos tempos mais antigos, mas muitos, maximamente da época dos primeiros imperadores, que mal pesam um quarto de onça, ou até um sexto. Entretanto, não se lê que dessas últimas reduções a república obtivesse algum benefício, mas, pelo contrário, deve-se pensar que deva ter sofrido um prejuízo não menor do que aquele que resultaria nos dias de hoje, pois, como vimos, o povo recusou tal expediente no tempo de Lívio Druso, quando, tendo iniciado o comércio com outros países e tendo sido introduzidas as moedas de prata, os particulares não podiam tolerar que o príncipe lhes desse uma moeda com um valor que depois, levada a outro país, diminuísse muito, causando-lhes graves perdas.

Coisa certa é que a prata, desde a primeira vez que foi amoedada em Roma, começou, não sei se devo dizer por bem, a dar ou receber o valor do cobre, havendo-se tornado um metal medida do outro. Inicialmente foram fabricados os denários, que foram assim denominados por valerem 10 asses em libras de cobre, depois os quinários, de 5 libras, e os sestércios, de duas libras e meia, significando o S, na abreviatura LLS, *semis*; houve também a libra de prata que, por ser a décima parte de um denário e, portanto, muito pequena, foi denominada de libela, e valia uma libra ou asse de cobre.

A partir de então se introduziu o costume de falar em sestércios, como hoje falamos em liras, reais, florins

etc. Mas qual seria o ano em que foi amoedada pela primeira vez a prata? Plínio diz 585; Lívio, 484; e eu não quero rever esse cálculo, ainda que, talvez, estivesse mais inclinado a aceitar a indicação de Lívio, podendo ser a incorreção de Plínio, de 5 no lugar de 4, um erro no ato de escrever ou um erro tipográfico.

Inicialmente, no denário de prata gravavam as bigas ou quadrigas, isto é, carros puxados por dois ou quatro cavalos, com o sinal de X ou S, conforme se tratasse de denários ou quinários, de modo que passaram a ser chamados de *bigati* e *quadrigati*; e os quinários, depois que à imitação de outros da Dalmácia, foram gravados com a efígie da deusa Vitória e chamados de *victoriati*, nomes dos quais Tito Lívio fez grande uso. Mais tarde, porém, foram fabricados com várias outras impressões, ao arbítrio dos provedores da casa da moeda, ou, como diziam, *triumviri monetali*, triúnviros das moedas; e, finalmente, consolidou-se o costume de gravar em todos a efígie do imperador, decorrendo disso que quando Cristo perguntou aos fariseus maldosos de quem era a efígie impressa na moeda do tributo, estes responderam que era de César. Desses denários, 84 equivaliam em peso a uma libra romana, isto é, 7 equivaliam a uma onça, e desse mesmo tipo foram fabricados também durante o consulado de Cícero e até os tempos de Augusto e de Tibério, mas em seguida foram diminuídos aos poucos, assim que, num primeiro momento, 8 equivaliam a uma onça, conforme o uso dos gregos, que os fabricavam de uma dracma cada um, e posteriormente continuaram a diminuir à proporção que aumentava a avareza e se iam perdendo as boas leis do governo durante a decadência do império.

Ora, para limitar-me às coisas que me propus apresentar, o denário de prata, que no princípio foi avaliado

em 10 asses de cobre, ou seja, em 10 libras, nos tempos do ditador Fábio Máximo foi avaliado em 16 asses, conservando o nome de denário; o quinário, porém, não valia 5, mas 8 libras; e o sestércio não tinha mais o valor de duas libras e meia, mas de 4 libras, ou seja, 4 asses de cobre. Eis, então, como o sestércio e os outros, aliás, as próprias libras, se tornaram imaginários, pois, embora mantivessem o mesmo nome, não continham, contudo, mais aquele valor nem aquele peso que seu nome indicava. O asse de cobre, que no princípio pesava uma libra, já se reduzira a apenas meia onça, e não obstante se chamava libra, e o denário de prata, que devia valer 10, passou a 16 libras. Reduzida, então, a libra a esta denominação imaginária, quem possuía uma das antigas libras de cobre, que quanto ao peso correspondia a 24 das modernas, evidentemente só podia avaliá-la em 24 libras imaginárias, isto é, 24 das correntes, que não eram mais verdadeiras libras, mas meias onças. Aliás, quando mais tarde foram fabricados os asses quadrantais, isto é, de um quarto de onça cada um, um asse antigo, do peso real de uma libra, podia valer 48 dos novos; e se os rumos do comércio tivessem feito com que muita prata saísse do Império Romano, visto que os estrangeiros não teriam avaliado seu cobre amoedado na mesma proporção, os mercadores romanos teriam pago o denário de prata não só 16, mas 20 e mais libras de cobre, estimadas porém em um quarto de onça cada uma e, portanto, imaginárias.

Da mesma forma, poderia examinar as moedas de ouro em comparação com as de cobre e de prata, e mostrar como o sólido, hoje denominado soldo, foi também moeda de ouro, 72 dos quais perfaziam uma libra romana, ou seja, cada um pesava cerca de 106 grãos, peso romano, no tempo dos imperadores Valente e Valentiniano, mas,

aos poucos, passando por mil vicissitudes de leis, nações e domínios, tornou-se moeda imaginária, ou melhor, puro nome aplicado a várias moedas de pouco valor que circulavam por quase toda a Itália e na França com tal denominação, com valores entre si e relativamente à qualidade intrínseca completamente desproporcionais, sendo diferente o soldo de Veneza do de Milão, de Florença, do Piemonte, de Gênova, Reggio, Parma, Mântua e de tantos outros estados. Esses soldos variam todos entre si e valem, nos dias de hoje, o escudo de ouro da Espanha, ou seja, a sua meia-dobra; em Veneza, 300 soldos; em Milão, 240; em Gênova, 188; em Florença, 207; em Reggio, 510; no Piemonte, 150; na França, 110: variações tão grandes que não permitem que se considere o soldo moeda real, ainda que em cada um desses lugares circulem moedas de baixo valor com o nome de soldos, e tanto mais que num mesmo lugar, por um escudo de ouro, se dão ora mais, ora menos soldos da mesma espécie, sendo infelizmente verdade que meia-dobra espanhola valia, em 1678, 460 soldos efetivos, e agora, em 1683, vale 80 soldos a mais. Os soldos de Mântua, então, têm mudado de valor de aproximadamente 22 a 23, e por isso os considero imaginários, assim como o são as liras e certos escudos daquela cidade.

Mas como, muitas vezes, são imaginárias mesmo aquelas moedas que têm existência real, dependendo seu valor mais da imaginação e da opinião do povo do que da sua qualidade intrínseca, ao se elevar o valor das moedas de prata e de ouro, os soldos e as liras, em si, se mantêm constantes, fundando-se tal propriedade na imaginação do povo e na autoridade das leis do príncipe, enquanto que as moedas que circulavam com tal nome adquiriam novos valores. Em Veneza, já havia tempo, fabricavam-se

moedas de prata de baixo valor que, do nome do doge então vivo, foram chamadas de mocenigos, e valiam normalmente 20 soldos cada um. Foi-se elevando o valor das moedas aos poucos, e estas liras passaram a valer de 21 a 22, e chegaram até 24, de modo que, para distingui-las das liras, que o povo sempre pensava serem de 20 soldos, foram apelidadas de *liras*,²² e com tal denominação circulam no comércio ainda em grande número, avaliadas conforme o valor antigo, embora sejam de peso menor. E foi assim que, nos dias de hoje, elevando-se o valor das outras moedas, o valor delas não aumenta mais.

Ocorreu o mesmo com o ducado vêneto, que, no começo, era equivalente ao escudo de ouro dito cequim, e valia 3 liras. Tendo passado a valer aos poucos até 6 liras e 4 soldos,²³ foi estabelecido que de então em diante permanecesse com aquele mesmo valor, e tanto fazia dizer 6 liras e 4 soldos quanto um ducado vêneto. Mas, pelas costumeiras perturbações advindas da elevação de valor das moedas, não foi possível contê-lo naquele valor, e, no entanto, ficou o costume de pagar 6 liras e 4 soldos no lugar de um ducado, das dívidas antigas; e como os contratos e as escrituras eram todos concebidos em ducados de 6 liras e 4 soldos, continuou-se a falar e a fazer contratos em ducados de 6 liras e 4 soldos, de modo que tal ducado se tornou imaginário, enquanto o cequim passava a outros valores, valendo, atualmente, mais de 3 ducados.

Da mesma forma, o ducado de Santa Justina, que foi fabricado outrora em memória da grande vitória contra os

22 Depreciativo de *liras*.

23 Talvez seja oportuno lembrar que as subdivisões da lira eram os soldos e os denários, e que 20 soldos, assim como 12 denários, equivaliam a uma lira.

turcos em Lepanto, e era de prata, avaliado em 6 libras e 4 soldos, hoje em dia, ainda que tenha mantido o mesmo valor como ducado imaginário, atingiu um valor tão alto que não é mais chamado de ducado, mas de ducatão, e atualmente circula no comércio com um valor de até 9 libras. E os novos ducados vênetsos – que, fabricados a partir de 1665 para cá, juntamente com as libras também de prata, com um valor, aqueles, de 6 libras e 4 soldos, e estas, de uma libra –, para que tais nomes de libra e ducado não se tornassem imaginários, mas se mantivessem em seu valor primitivo, têm quebrado as amarras das leis públicas juntamente com as outras moedas. E assim, ainda que até agora sem aprovação pública, se tem elevado os ducados, a 6 libras e 10 soldos, e as libras, quase a 21 soldos.

Do mesmo modo, circula em Pádua um escudo imaginário nas compras de cavalos, bois e outros animais, avaliado em 7 libras de moeda vêneta (embora os forasteiros, para sua maior facilidade, prefiram falar em dobras de ouro), e a avaliação desse escudo imaginário nunca se afasta daquelas 7 libras, elevem-se quanto quiser os valores das moedas de ouro e prata reais. Assim em Módena o escudo de 5 libras e 3 soldos, em Bolonha o escudo de 4 libras, em Mântua o de 6 libras, e em muitos outros lugares outros escudos, são totalmente imaginários; donde nasce que quando os verdadeiros valores das moedas de ouro e de prata sofrem alterações, passando geralmente a valer mais do que esta moeda imaginária, ficam confusos os valores das mercadorias e dos contratos velhos e novos, com incômodo permanente, prejuízo público e dos particulares.

CAPÍTULO IX

AO SE DIZER QUE AS MOEDAS AUMENTAM DE VALOR,
JÁ QUE VALEM MAIS LIRAS OU SOLDOS IMAGINÁRIOS,
DEVE-SE ENTENDER MAIS PROPRIAMENTE QUE AS LIRAS,
SOLDOS E ESCUDOS IMAGINÁRIOS DIMINUEM DE VALOR

A muitos tal proposição parece um paradoxo, mas espero não só provar que é realmente verdadeira, mas também servir-me dela proficuamente para esclarecer as verdadeiras razões da alteração das moedas.

Nos capítulos anteriores mostramos que o ouro e a prata são medida e valor um do outro, de modo que tomando o ouro como mercadoria se diz que vale tanto de prata por onça, e tomando da mesma forma a prata como mercadoria se diz que vale tanto de ouro por libra; e no caso de as moedas de um e do outro metal serem estimadas no justo valor, em conformidade com a proporção mais comum vigente no comércio, trocam-se umas pelas outras de acordo com sua avaliação; e já demonstramos que se deve inferir o verdadeiro preço e valor das coisas apenas destas moedas e não daquelas de cobre ou de liga de baixo valor, que não contêm em si, intrinsecamente, o valor que lhes atribuiu a autoridade do príncipe.

Se, então, supusermos que seis anos atrás a dracma de ouro fino, ou, se preferirmos, o cequim de Veneza, valia 360 soldos e hoje vale 400, quais entre estes dois mudou realmente de valor, o cequim ou o soldo? Se o verdadeiro valor das coisas está no ouro ou na prata, e o cequim não valer mais quantidade de prata do que valia antes, mas apenas estiver sendo avaliado em mais soldos ou mais liras imaginárias, conservando em si a mesma qualidade e peso que possuía antes, ele não terá

mudado de valor, mas, sim, terão mudado os soldos e as liras imaginárias, das quais se precisa de um número bem maior do que antes para perfazer um cequim. Que tal coisa seja verdadeira percebe-se pelo fato de que, ao se elevar o valor de uma moeda, como foi o cequim, imediatamente se eleva o de todas as outras, tanto de ouro como de prata. Assim sendo, o escudo também passou de 192 a 200 soldos, e o ducado efetivo, de 124 soldos, que era também o valor do ducado imaginário, passou a 130; e a dobra da Espanha, que valia 28 liras, passou ao valor de 30, e assim todas as outras moedas, até a *liretta*²⁴ de prata, que valia 20 soldos e hoje vale quase 21 soldos, havendo 4% e até 4,5% de ágio, de modo que por 100 liras efetivas se encontra quem dá 104, ou até 104,5 liras.

Mas para maior clareza façamos um cálculo entre o escudo e o ducado. Seis anos atrás, o escudo de prata em Veneza valia 192 soldos e o ducado efetivo, 124; hoje que o escudo vale 200 soldos, o ducado efetivo também passou a valer 130 soldos, de maneira que com 100 escudos, que são 20 mil soldos, terei 153 ducados efetivos, com mais 110 soldos. Ou seja, não há senão uma diferença de 128 soldos a cada 100 escudos de 200 soldos cada um, que é pouco mais de 0,5%. Mas se levarmos em conta a diferença que ficou entre o escudo e a moeda de baixo valor, tendo o escudo passado de 192 a 200 soldos, a diferença é de 4%; e tão mais barata ficou a moeda de baixo valor, ou, para melhor dizer, diminuiu tanto de preço que, para ter escudos efetivos em troca de soldos efetivos, é preciso desembolsar uma quantidade de soldos 4% maior que antes.

24 Diminutivo de *lira*.

A dobra da Espanha, com justo peso, valia 28 libras e 10 soldos e com 100 dobras, que eram 2.850 libras, conseguia-se 296,83 escudos de prata, com justo peso, com um valor de 9 libras e 12 soldos cada um; agora que a dobra passou a 30 e o escudo a 10 libras, com 100 dobras terei 300 escudos justos, que é aproximadamente a diferença de 1%. Mas comparando a dobra com as libras imaginárias, com os soldos e as outras moedas de baixo valor, se cada 28 libras e 10 soldos se torna 30 libras, cada 100 libras se torna aproximadamente 105,25 libras, vendo-se, então, que as libras imaginárias, os soldos e outras moedas de baixo valor têm se aviltado mais, visto que precisam até 4% e 5% a mais do que de costume para perfazer o valor das mesmas peças de ouro e de prata.

Aqui, no entanto, devemos observar que as moedas de ouro e de prata não têm entre si seu valor elevado na mesma proporção, havendo, como vimos, numas 0,5%, em outras, 1% de diferença entre elas; mas tal coisa depende da mesma causa que fez com que todas fossem elevadas de valor, que é a desproporção com que tinham sido avaliadas nas últimas regulamentações, segundo as quais a proporção entre o ouro e a prata ficou apenas de uma onça de ouro para 14,35 onças de prata, enquanto segundo as praças de Gênova e de Milão e outras devia ser, pelo menos, de 1 para 14,67. Mas como tal coisa acontece será amplamente demonstrado no próximo capítulo.

O que, então, chamamos de elevação de valor das moedas não é, propriamente falando, senão um rebaixamento do valor das moedas de pouco valor e da lira imaginária, e, da mesma forma, dos escudos e ducados imaginários dos países, que, se bem que mantenham a

mesma denominação de liras de 20 soldos cada uma, de escudos de 7 ou de 6 liras, de ducados de 6 liras e 4 soldos e tais, no entanto, diminuem de valor relativamente ao verdadeiro valor e preço das coisas, que é o ouro e a prata. E podemos entender isso muito claramente se considerarmos que em 1605 o cequim em Veneza valia 10 liras, de modo que, para dar um exemplo, se a um professor da Universidade de Pádua se dava um ordenado de 1.200 florins por ano (como, de fato, naqueles tempos se dava, entre outros, a Marcantonio Ottelio, jurisconsulto eminente e, de manhã, professor titular de Direito Romano), sendo o florim moeda imaginária de 6 liras venezianas, 1.200 florins montavam, então, a 7.200 liras, que eram 720 cequins por ano. Considere-se agora que se dêem 1.200 florins por ano a um professor nos dias de hoje; estes florins, avaliados em 6 liras cada um e valendo o cequim 20 liras, montam apenas a 360 cequins por ano.

Um florim imaginário, portanto, não vale agora senão a metade do que valia oitenta anos atrás. Aliás, quem considerar atentamente o que é que, de fato, perde valor, e em razão de que se diz serem o ouro e a prata a se elevar de valor, verá não ser outra coisa senão o valor que o príncipe atribui às suas moedas de baixo valor, no qual consiste o ganho que ele pode auferir na fabricação das moedas. Com efeito, não havendo nos soldos, nos sesinos ou nas outras moedas de baixa liga dos príncipes aquela quantidade de metal que vale, relativamente às moedas de ouro e de prata, o tanto que aquele príncipe estabelece, e criando o comércio com sua circulação o mesmo efeito que se cria nos corpos fluidos comunicantes entre si, os quais, como já dissemos, no fim se nivelam num mesmo plano, sempre que o príncipe não mantiver

entre os limites de seu estado suas moedas de baixo valor, fabricando apenas a quantidade conveniente, e continuar mantendo o ouro e a prata num nível justo em relação às outras praças, elas mesmas, por si sós, depois de muitas oscilações, encontram seu próprio nível. Mas não sem prejuízo do príncipe.

Quantas vezes, só para dar um exemplo, alguns estados da Lombardia por pouco não ficaram completamente esvaziados de prata e de ouro por causa da abundância excessiva de moedas de baixo valor fabricadas pelos príncipes daqueles estados, já que, não tendo curso tais moedas senão em seus estados, os cidadãos e os mercadores eram obrigados, quando precisavam enviar dinheiro para o exterior, mandar o ouro e a prata? Daí que quem não tinha ouro e prata pagava a dobra, como outras vezes temos observado, com algum soldo ou lira a mais daquela moeda de baixo valor, e se, para perfazer o valor de uma dobra, era preciso muito mais de tal moeda de baixo valor, é claro que é ela que tem diminuído de valor.

A esse respeito não vejo o que mais se pode opor a esta afirmação senão o argumento de alguém que dissesse que o verdadeiro valor das moedas de ouro e de prata deve ser relacionado antes com as coisas que estão à venda e não com as moedas de baixo valor e com os escudos e as liras imaginárias, de modo que, por exemplo, se com um cequim que valia 18 liras se podiam comprar 18 coisas de uma lira cada uma, agora, com o mesmo que vale 20 liras, podem-se comprar duas a mais.

A tal objeção respondo que tal coisa, infelizmente, se verifica nas despesas miúdas com prejuízo para o príncipe, como mostrarei no capítulo seguinte, mas que nem por isso se deve dizer que o cequim vale mais do que antes, uma vez que, mantendo ele a mesma boa qualidade

de ouro de antes, e não valendo mais do que antes nos outros países, não há como dizer que seu valor tenha aumentado. Com efeito, ainda que pareça num primeiro momento que, no tocante às coisas corriqueiras e, em particular, aos alimentos, se possam comprar mais coisas quando o cequim vale mais liras imaginárias, nas mais valiosas, no entanto, os mercadores sobem os preços das mercadorias estrangeiras na mesma proporção, cientes de que, muito embora tenha aumentado o valor das moedas em seu próprio estado em comparação com as moedas de baixo valor e imaginárias, um mercador veneziano deverá pagar em Milão uma dívida contraída para mercadorias exatamente com a mesma quantidade das mesmas moedas de ouro e de prata que se exigiam antes. E o prejuízo fica apenas para o povo e o erário do príncipe, que cobra suas taxas e outras receitas em determinada quantidade de soldos etc., como veremos adiante.

CAPÍTULO X

O EFEITO QUE A MÁ OBSERVAÇÃO DA PROPORÇÃO ENTRE O OURO E A PRATA PRODUZ NA AVALIAÇÃO DAS MOEDAS

Ainda que, a meu ver, no capítulo anterior se tenha mostrado suficientemente que o que chamamos de elevação de valor das moedas de ouro e de prata não é propriamente senão uma diminuição de valor das moedas de baixo valor e imaginárias, mesmo assim, para não criar confusão, continuaremos a dizer elevação ou aumento de valor daquelas mesmas moedas. Assim, conquanto as causas que fazem elevar de valor as moedas de ouro e de prata sejam muitas, como se irá mostrando especificamente, se deve dizer contudo que a proporção com a qual, às vezes, por inadvertência ou por outros fins, elas são avaliadas em algumas casas da moeda é, entre tais causas, uma das maiores e a que produz o efeito mais evidente.

As moedas, tanto de um como do outro metal, têm duas qualidades essenciais que dão a medida de seu justo valor. Uma é a boa qualidade e a pureza do metal de que são compostas, que alguns chamam de valor ou boa qualidade “intrínseca”; a outra é o peso, que também é chamado de valor intrínseco por alguns, ainda que outros, com maior razão, chamem de valor o que se pode auferir vendendo-as não como moeda, mas como determinado peso de prata de determinada pureza. É “extrínseco”, então, o valor que lhes atribui a autoridade do príncipe ao fixar o preço pelo qual devem ser gastas, e neste sentido o tomaremos nós também.

No tocante ao valor intrínseco, será bom saber que se diz ouro de 24 quilates o que não tem nenhuma impureza ou mistura com outro metal, mas que é totalmente

verdadeiro ouro; e quando contém outra mistura, diz-se ouro de 23 quilates o que em cada 24 partes da sua massa tem uma parte de outro metal de menor valor misturada, seja ele prata ou cobre (pois ele só se mistura com estes dois metais); da mesma forma, será de 22 quilates aquele ouro que em cada 24 partes tem duas de outra mistura e de 18 quilates o que em cada 24 tem seis e em cada 4, uma de impureza, e assim por diante, segundo todas as proporções; aliás, para maior precisão, cada quilate é dividido em 24 grãos, de modo que se uma moeda ou uma quantidade de ouro fosse tal que nas 24 partes do todo houvesse uma parte e um quarto de impureza, diz-se ouro de 22 quilates e 18 grãos, e assim por diante, segundo cada proporção; e aquele material que se mistura com o ouro chama-se liga, e fazer liga do ouro com cobre ou prata quer dizer misturá-los numa determinada proporção, de modo que se diz ouro de liga inferior o que tem grande porção de outro metal.

O mesmo ocorre com a prata, só que, relativamente à sua pureza, se divide em apenas 12 partes chamadas onças, e as vigésimas quartas partes destas denominam-se denários, donde se diz prata de 12 onças a que é totalmente pura, e é denominada também de prata de copela, sendo a copela um pequeno cadinho feito de certas cinzas que, posto no fogo com prata e chumbo, e mantido aí por um certo tempo, absorve apenas o chumbo e junto com este toda outra impureza contida na prata, deixando-a pura de 12 onças, isto é, totalmente pura. Mas se à prata for misturado cobre ou outro metal, diz-se de uma qualidade de tantas onças quantas há de prata fina em uma libra; assim que se diz prata de liga inferior a que contém muita liga de outro metal, como se diz do ouro. Deve-se observar, no entanto, que ao ouro costuma misturar-se

normalmente uma liga de metade de prata e metade de cobre, porque apenas com prata fica branco demais e simplesmente com cobre, por demais vermelho, mas com metade de cada um o composto fica melhor, mais semelhante ao verdadeiro ouro; e, por outro lado, à prata mistura-se apenas o cobre, que contém não sei qual propriedade afim que dá um bom composto, enquanto que o estanho e o chumbo a endurecem, tornando-a mais suscetível de quebrar do que de receber uma impressão.

Em Veneza, porém, em sua casa da moeda determina-se de outro modo a boa qualidade das moedas, partindo do pressuposto de que uma marca de 8 onças, de ouro ou de prata, contém 1.152 quilates, já que cada onça é 144 quilates, cada um dos quais se divide em 24 grãos. Assim, definem a pureza desses metais qualificando o ouro e prata de *pezzo*²⁵ 60, ou seja, pior 60, que quer dizer que cada marca contém 60 quilates de outro metal pior; *pezzo* 150 quer dizer que de cada 1.152 quilates 150 são de liga; e *pezzo nulla* quer dizer ouro de 24 quilates ou prata fina etc. e assim por diante, de acordo com cada proporção. Entretanto, quando há ouro ou prata numa quantidade menor do que a metade da massa, neste caso, não tomam como base de cálculo o *pezzo*, o pior, mas o “fino”, e assim dirão que os táleres ou grossos da Alemanha contém 492 de fino quando em cada marca que contém 1.152 quilates apenas 492 são de prata fina etc.

Por pureza do metal das moedas entende-se, então, a quantidade de metal fino que elas contém em proporção ao todo, e o valor intrínseco das moedas depende desta e do justo peso; diz-se, portanto, que uma moeda

25 Em dialeto vêneto.

não é de boa qualidade quando tem menos metal fino ou menos peso do que o estabelecido pela lei do príncipe. A partir disso, há duas espécies de falsários, isto é, os que, subtraindo metal das moedas, cortando-as em volta ou de outro modo, as diminuem de peso, e são ditos cerceadores de moedas; e os que, fabricando moedas falsas às escondidas e imitando o cunho público, as fazem de material inferior ou liga inferior, e são chamados falsificadores de moedas.

A liga justa e a justa qualidade das moedas devem, então, ser reguladas pelos príncipes de tal forma que, ao estimar seu valor intrínseco, isto é, ao fixar a quantas liras ou soldos das moedas de baixo valor as moedas correspondem, que tal é seu valor intrínseco, não se afastem da proporção geral que vige comumente entre os mercados nos preços do ouro e da prata. Com efeito, se, por exemplo, um príncipe tem seus escudos de ouro, que costumavam valer 15 liras cada um, e com uma marca desses escudos se compram 14,5 marcas de prata em escudos de 8 liras cada um, se, digo, ele elevar o valor do escudo de ouro a 18 liras e estabelecer que também os escudos de prata cheguem a 9 liras e 12 soldos, volta a mesma proporção de antes, pois também com esse preço por uma marca de ouro terei 14,5 marcas de prata; e isso significa manter a proporção, não manter o valor extrínseco, já que se pode mudar o valor e manter a proporção.

Mas se o príncipe mudar tal proporção sem que todas as outras praças estejam de acordo em mudá-la também, nascem grandes desordens nos estados daqueles príncipes que se afastam da medida comum. Pois, por exemplo, se em Gênova e nas outras praças vige o preço mais comum do ouro, de 14,75 onças de prata para uma

onça de ouro, e uma outra casa da moeda da Itália, Veneza por exemplo, avaliasse as moedas de ouro e de prata de modo que uma onça de ouro valesse tanto quanto 14,25 onças de prata, todos os mercadores das outras praças enviariam as moedas de prata a Veneza para ter igual valor em ouro em troca; enquanto se em Veneza por cada 14,25 onças de prata em moeda podem ter uma onça de ouro, que em seu estado vale 14,75 onças, há uma sobra de meia onça de prata em cada 14,25, que seriam duas onças em cada 57, e quase 4 em cada 100. Assim sendo, deduzindo as despesas e a remuneração do seu correspondente, um mercador consegue de qualquer forma cerca de 3% de ganho para si, auferidos não em um ano, mas naquelas poucas semanas que são necessárias para o transporte de uma e de outra moeda; e repetindo tais operações, ao cabo de um ano, obtém com isso um ganho não pequeno.

O mesmo é praticado pelos próprios mercadores do lugar, que, ao ver tais discrepâncias nas determinações do príncipe, logo se aproveitam disso enviando para fora do estado todo o ouro que podem juntar, para receber o mesmo valor em determinada quantidade de prata, pois, se com uma marca de ouro encontram nas outras praças 14,75 marcas de prata, que em suas mãos valem uma onça de ouro e sobra meia onça de prata, ganham igualmente 3% ou 4%. E como a eles basta até 1%, já que podem repetir tal câmbio pelo menos duas vezes por mês, chegam a comprar as dobras a um preço mais alto, e assim estas aumentam de valor; e isso tudo prejudica os súditos daquele príncipe que tão mal regulou as suas moedas. Com efeito, sendo transferido o ouro para outro estado e devendo, então, outros mercadores enviar dinheiro para fora do estado para efetuar pagamentos, ao saber que em

outros lugares o ouro tem mais valor, de maneira que há quase 4% de prejuízo a enviar prata, eles procuram as dobras e outras moedas de ouro, e quem já não as possui e não as encontra de outra maneira, compra tais moedas com um ágio de 1%, de 2% e até de 3%. Outros mercadores, sabendo da escassez de ouro que a praça tem, juntam a maior quantidade de ouro que podem, para vendê-lo mais caro do que o que é avaliado pelo príncipe, e, dessa forma, sobe o preço da dobra.

O mesmo, ao contrário, ocorre com a prata quando em algum estado é avaliada por um valor superior ao devido, e, infelizmente, há mercadores entre os mais ricos de toda a Itália que, se bem que aparentemente se ocupem de outros negócios, é de moedas que fazem todo o grosso do seu comércio, com o qual enriquecem mais rapidamente e com mais segurança.

Ora, não sei se alguma vez foi suficientemente ponderado o dano enorme que causa aos estados este comércio de moedas que fazem muitos dos mercadores mais ricos; sei, no entanto, que, não sendo proibido, eles têm razão em tirar a maior vantagem que puderem, visto que a moeda é uma mercadoria que, com exceção das mãos dos ladrões, não está submetida a nenhuma das desgraças a que estão sujeitas as outras. Ademais, ela não sofre com a umidade dos armazéns, não se corrompe ou estraga com o tempo, não está sujeita, senão em raríssimas vezes e temporariamente, a diminuir de valor, antes sempre aumenta de valor, não se consome entre as mãos dos intermediários, é sempre bela e vendida a dinheiro vivo, porque ela própria é dinheiro vivo, e ocupa pouco lugar. E quem porventura deixará de fazer comércio com esse tipo de moedas, ou melhor, de mercadorias, para empregar seus

capitais em sedas, especiarias, lã ou outros produtos, ou, o que é pior, na fabricação de manufaturas, sendo que o ganho com elas vai quase todo para os trabalhadores?

De minha parte, louvo a esperteza daqueles que, não tendo obrigação de pensar senão em seu próprio proveito, escolhem o tipo de mercadoria que o ocasiona mais prontamente e da maneira a menos perigosa; e afirmo que não fazem nada de errado em controlar de olhos bem abertos se em algum lugar se abrir uma brecha para mandar moedas em troca de outras com ganho, tampouco em ter contatos para serem informados imediatamente de algum decreto de algum príncipe ou qualquer outra resolução pública em matéria de moeda, e logo sondarem com cálculos aritméticos apuradíssimos qual vantagem poderiam tirar trocando este com aquele tipo de moeda. Aliás, não condeno sequer se para fazer tal coisa com muito maior solícitude e presteza tomarem dinheiro de outros a juros, nem mesmo se tiverem em mira especialmente as praças que se encontram nas fronteiras, onde, pela proximidade, muitas vezes se torna necessário que um país permita a circulação das moedas de pouco valor de outro país. Não condeno, digo, se ficarem atentos para ver se alguma moeda estrangeira gradativamente se introduz entre o povo com um valor ou preço maior do que o justo, e se, para dar-lhe crédito, se sujeitarem a perder um pouco, aceitando-a inicialmente, eles também, a um preço que ela não vale, para que o povo e os artesãos, vendo que os mercadores não a recusam, a aceitem mais facilmente. Pois, logo que tenha começado a circular normalmente, eles mandam vir grande número de caixas de tal moeda do país onde é fabricada, deixando certa margem de lucro ao despachante, e antes que os magistrados percebam o prejuízo e tomem providências, já terão lotado

todo o país da referida moeda, e, ao mesmo tempo, mandado a moeda melhor para fora do estado.

Acredito que até eu agiria da mesma maneira se exercesse aquela profissão. E se fosse um rico mercador de Verona ou de Brescia, e observasse que, em razão do trânsito freqüente dos alemães que vivem perto da fronteira, se tivesse consolidado o abuso de gastar os grossos e os carantanos alemães e os *fünffzern* a um preço maior do que seu valor intrínseco, para dar mais crédito a seu curso eu também aceitaria uns poucos deles por aquele preço, de modo que, graças ao meu exemplo, outros mercadores menores também se convencessem a aceitá-los. E assim, uma vez que tal abuso estivesse constituído, mandaria vir em seguida, da maneira mais oportuna, em caixas, a maior quantidade possível dessas moedas, pagando-as na Alemanha segundo seu justo valor, ou até algo a mais, contanto que me sobrasse ainda certo ganho, e enviaria para a Alemanha aquelas moedas italianas que ali fossem pagas com maior conveniência para mim. Desse modo, com estas voltas e transferências efetuadas várias vezes num ano, o capital empregado poderia dobrar no final de um ano, o que não é lucro pequeno. Eu também, então, para cuidar de um comércio tão lucrativo, não teria escrúpulos em deixar de fabricar meias de seda e tecidos, em que o ganho é tão menor e tão mais complicado.

Tais formas de comércio são engenhosas, e são lícitas e o serão sempre até que sejam proibidas, e serão exercidas mesmo depois da proibição se não forem impedidas com mão forte e providências oportunas, porquanto os contrabandos são fáceis e rendem lucros incriveis a quem sabe bem aproveitá-los. Nesse meio tempo, no entanto, as artes, que são o nervo verdadeiro e o sustento

das repúblicas, definham, não se encontrando mercadores que, podendo fazer comércio de moedas, queiram exercer outras atividades, preferindo ficar loucos com tecelões, tintureiros e outros artesãos, e ainda, em razão da mudança contínua das modas, juntar capitais mortos em armazéns e pôr o restante em escriturações como dívida de quem não quer pagar, e, assim, terminar o negócio todo com uma bancarrota vergonhosa.

As artes da seda ou da lã, e dos fios de ouro, que na Itália tornaram ricas tantas cidades, tantos povos, e floresceram, ou melhor, fizeram florescer, Florença, Siena, Milão, Bolonha, Nápoles e muitas outras, se não estiverem hoje em dia totalmente extintas, estarão definhando em todos os lugares, com exceção de Veneza, onde o olhar previdente e sempre atento daqueles sábios senadores não recusa tomar providências para sustentá-las. E tudo ocorreu principalmente porque a maior parte dos mercadores italianos mais ricos, ocupando-se do comércio das moedas, se tem desinteressado dos aperfeiçoamentos que engrandeceram seus antepassados, deixando tais habilidades passarem para a França, a Inglaterra, a Holanda e outras partes, com imenso prejuízo e vergonha para a Itália.

E quem observar bem a situação da Itália e seu comércio, verá que em todas as cidades diminuiu tanto em comparação com o que era nos tempos idos que bem pouco resta da antiga pujança, já que se tem abandonado aquele tipo de comércio que sustentava a metade do povo com trabalhos manuais e benefício geral para dar lugar ao comércio das moedas, útil tão-somente ao mercador que o exerce e aos carregadores que transportam da alfândega ou do porto para casa as caixas das pratas e os barris que, sob a declaração de pregos ou de outras mercadorias de metal de baixo valor, escondem as moedas, enquanto o

povo, em conseqüência dessas moedas com um valor inferior ao justo, é despojado de boa parte de seus haveres.

Sei que com estas afirmações descontentarei muitos mercadores, que irão objetar mil coisas ao meu discurso, e me dizer que se há alguns entre eles que se têm ocupado deste comércio de moedas, no entanto, não são todos, e que mesmo eles não têm deixado de comerciar também em manufaturas e outros negócios; e, ainda, alegar que as verdadeiras causas da transferência das artes da Itália para outros países foram, por um lado, a traição dos próprios artesãos, que, atraídos por ganhos maiores, têm levado as artes para fora de sua pátria; por outro lado, os impostos pesados que muitos príncipes têm criado sobre aquelas mercadorias, ao que podemos acrescentar os freqüentes monopólios sobre várias delas, pois muitas vezes os príncipes, mal-avisados, pensando em aumentar suas próprias receitas, não se dão conta de estar diminuindo-as ao cobrar impostos por demais pesados sobre as mercadorias, os quais são a causa de um mercador deixar de fabricar ou passar a fabricar mercadorias mais simples e com menor perfeição, com a conseqüência de que a fábrica fica desacreditada lá fora e o comércio arruinado, com dano irreparável das receitas públicas. E irão contar mil historinhas particulares sobre a maneira como várias mercadorias italianas decaíram e continuam a perder-se ainda hoje; acrescentarão, ainda, que o fato de os nobres terem largado, em muitas cidades, o comércio nas mãos de gente inferior, investindo os capitais em condados e marquesados para levar uma vida de senhores e príncipes, como se sentissem asco pelo exercício, apesar de nobre, do honrado comércio, deu, na maior parte das cidades, o empurrão definitivo para a ruína também das artes, que antes eram sustentadas pelos ricos.

De minha parte, mesmo não contestando tal coisa, nem incriminando os mercadores que não merecem tal acusação, continuo sustentando que, entre as causas do declínio do comércio na Itália, o comércio das moedas não é a menos importante, uma vez que os capitais investidos nele, mesmo sendo em grande escala, são, excepto para o próprio mercador que os maneja, mortos para todos.

CAPÍTULO XI

TAMBÉM O ABUSO DE DEIXAR CIRCULAR COMO BOAS MOEDAS
COM PESO MENOR CAUSA PREJUÍZO AO PRÍNCIPE E AOS
SÚDITOS, FAZENDO ELEVAR DE PREÇO AS BOAS

A causa da elevação de valor das moedas não é apenas o valor proporcional que se dá às moedas por seu valor intrínseco, mas a diminuição de peso também, pois o abuso de muitas cidades da Itália de tolerar moedas de ouro e prata com peso menor do que o devido, deixando que circulem com o mesmo valor que o daquelas que têm o peso justo, propiciou duas maneiras de cercear moedas, das quais apenas uma é infame e sujeita à punição; a outra, conquanto produza os mesmos efeitos, não comporta, no entanto, nem infâmia nem castigo.

Os cerceadores de moedas, que são cominados com um grande número de leis, todas as vezes que são descobertos e apanhados, pagam um vil lucro, ainda que não pequeno, com a vida e com a honra. Mas nem por isso deixam de praticar tal atividade ignóbil, subtraindo das moedas, tanto das de ouro quanto das de prata, aquela quantidade que acreditam poder surripiar sem que fique prejudicado o curso abusivo delas. Nos Estados Papais, anos atrás, este abuso tinha-se consolidado tão fortemente que só se decidiu tomar providências quando o prejuízo do tesouro público chegou a alguns milhões, porquanto os tostões, os paulos e os escudos de prata, se é verdade que respondiam ao mesmo número, no entanto, relativamente ao peso, apresentavam diminuições exorbitantes. São notórios os desconcertos e os perigos de sublevações populares que nasceram de tal situação; e ter fabricado tostões e paulos novos com um peso menor do que

o habitual, e proibido o curso dos cerceados, não foi senão um paliativo, uma vez que logo em seguida se viu a dobra da Itália, que naquele estado valia 30 paulos, passar a 32,5, pelas razões que serão expostas no momento oportuno. Quem, então, com 30 paulos antes possuía o valor de uma dobra, com os novos passará a ter dois paulos e meio a menos.

A outra maneira de cercear de maneira não indecorosa é a que praticam alguns indivíduos, que juntam assiduamente moedas, particularmente as de ouro com bom peso, e as enviam para aqueles países onde circulam por peso, para receber em troca igual quantidade de ouro em moedas com peso menor e, assim, uma vez que gastam as com peso menor em seu próprio país pelo preço das justas, embolsar a diferença. Ou, também, mandam mercadorias para aqueles países onde o ouro circula por peso, e combinam de serem pagas em moedas cujo peso foi diminuído, precisando uma quantidade maior delas para que seus pagamentos sejam solvidos, e, depois, tiram proveito no próprio país.

Lembro-me de ter recebido várias vezes, dos próprios cofres públicos de algumas cidades (culpa, no entanto, de algum secretário), certa quantidade de dobras, a nenhuma das quais faltava, às simples, menos de 8 grãos, e aos dobrões de justo peso, menos de 16 e 18. Apesar disso, podia perfeitamente gastá-las por um valor igual às de peso justo, porque o abuso era tão comum que a cidade já o tinha tolerado. Nesse meio tempo, porém, 7% ou 8% ficam nas mãos dos que fazem tal comércio, e se, por exemplo, na cidade se encontram 2 milhões de moedas cerceadas, os cidadãos têm 6% e 7%, ou melhor, 8% a menos do valor verdadeiro. Os mercadores, então, que comerciam em seda e outras mercadorias estrangeiras, e

que fora do país são obrigados a gastar as moedas de ouro pelo que pesam, perdem o tanto que tais moedas têm a menos de peso, e, assim, em suas lojas devem vender tais mercadorias mais caras na mesma medida, com prejuízo de todos os compradores. Além disso, como nos pagamentos que se fazem fora do país se tem menor prejuízo levando moedas de peso justo, ocorre que estas são procuradas e compradas com ágio sobre o preço corrente, de modo que, aos poucos, as moedas com peso justo aumentam de valor. E esta é a segunda das causas que geram efeito tão pernicioso.

Não faz muito tempo que, passando por Bolonha e Ferrara, pude ver, não sem surpresa, os novos tostões com menos peso de antes e os velhos proibidos caso não tivessem um peso pelo menos igual aos novos, e, ao contrário, os paulos e os meios-paulos permitidos, apesar de terem sido cerceados demasiadamente; e pude ver aqueles mercadores e lojistas ocupados, para qualquer pequena coisa que vendem, em pesar cuidadosamente os tostões de prata, mas, em se tratando de receber ouro, aceitar, sem nem mesmo olhá-las, dobras e meias-dobras que têm até 12 ou 15 grãos de peso a menos cada uma, e, às vezes, até 20 ou mais.

A esta altura, bem que gostaria de calcular qual é a proporção entre ouro e prata naquelas cidades, mas não sei o caminho, já que com tantas trapalhadas não encontro o fio da meada. Mesmo assim, vou tentar.

Os tostões contêm 11 onças de prata a libra, e pesam, pelo novo peso, 195 grãos, de acordo com o peso de Bolonha, enquanto antes pesavam 204; logo, cada tostão agora tem 178,75 grãos de prata fina. A libra de prata fina contém 7.680 grãos à razão de 640 grãos a onça; segundo

aquele peso, portanto, com uma libra de prata fina se chega a fabricar 42,96 tostões, que, valendo 30 baiocos cada um, valem 64,44 liras. Mas a dobra de Bolonha, de 21 quilates e 21 grãos, pesa 140 grãos e contém apenas 127,62 grãos de ouro fino; conseqüentemente, a uma libra de ouro fino corresponderão 60,17 dobras, que, valendo a dobra 15 liras, valem 902,55 liras. A libra de prata fina, portanto, vale, em tostões, 64,44 liras; a libra de ouro fino, em dobras, 902,55 liras, e a proporção entre o ouro e a prata destas moedas é de 14 para 1.

Vemos claramente, portanto, que fazem valer a prata muito mais do que o valor que corre nas outras praças, particularmente em Gênova, onde, ao cunhar o ouro e a prata, observam a proporção de 14,75 para 1. Decorre disso que naqueles estados nunca terão dobras com o peso certo, e caso fabriquem muitas, logo serão levadas para fora do território, pois, se fabricarem dobras em outros estados, terão uma quantidade de moeda de prata muito maior do que teriam em Bolonha, tanto a mais quanto importa a diferença entre 14 e 14,75. E, com efeito, embora tenha sido fabricado grande número de tostões, poucos, no entanto, são levados para outros estados, circulando em seu lugar dobras cujo peso foi bastante diminuído. Se supusermos, então, que tais dobras pesam apenas 8 grãos a menos cada uma, vejamos se este abuso é tolerável. Cada dobra com um peso tão menor terá apenas 120 grãos de ouro fino, e, portanto, a uma libra de ouro fino corresponderão 64 dobras, por um valor de 960 liras, de modo que a proporção entre o ouro fino e a prata seria de 14,89 para 1. Eis, portanto, que neste caso é vantagem levar para Bolonha dobras da Itália que tenham 8 e mais grãos a menos do que o justo peso cada uma, e até trocá-las com tostões novos, ainda que de menor peso

com relação aos antigos, porque, fora daquela cidade, sendo avaliados em conformidade com o valor intrínseco, valerão mais do que tais dobras cujo peso foi diminuído, e muito mais se estas tiverem sofrido uma diminuição maior do que os 8 grãos já mencionados.

Mas tal abuso de deixar circular moedas de ouro com um peso tão excessivamente menor, além de estimular os mercadores do lugar a mandá-las vir de fora e enviá-las a mercadores estrangeiros, já que em tal tráfico há vantagens para uns e para outros, ainda dá azo a outras pessoas com poucos escrúpulos de cercear as moedas de peso justo que caem em suas mãos, e guardar para si o ouro subtraído, uma vez que tais moedas, de qualquer maneira, circulam normalmente.

Quem, então, calcular atentamente, desde o tempo em que foram instaurados tais abusos para cá, as posses daqueles países, verá que, ao todo, elas têm diminuído 5% ou 6%, e até mais, porque quem recebe em dinheiro vivo recebe em moedas com um peso 5% ou 6% menor, enquanto que, caso precise comprar, as moedas circulam com o mesmo valor, pois as mercadorias estrangeiras são pagas em seus países por aquele tanto a mais. Assim, por exemplo, se chegarem telas de linho da Holanda e outras de outros países para além dos Alpes, ferramenta de Brescia, estofos de Veneza ou da França, tecidos da Inglaterra ou da Holanda, azeite da Toscana ou da Apúlia, especiarias de Livorno ou de Veneza, ou ainda, como ocorre às vezes, se precisarem até de cereais de outros estados, os mercadores que mandam vir tais mercadorias, e que para pagá-las remetem moedas de justo peso, revendem essas mercadorias em Bolonha por aquele tanto a mais, de modo que o prejuízo recai sobre quem tem de comprá-las. E, em se tratando de impostos, se forem pagos com moedas

de menor peso, o prejuízo vai para o erário público; se com moeda de peso justo, terá prejuízo quem paga, o qual, depois, ao vender por moedas com peso menor, para se ressarcir, aumentará os preços. Quando, então, cabe a cobradores de impostos efetuar pagamentos a pessoas que recebem dinheiro público, na forma de remuneração ou de crédito, sabem eles também aproveitar-se de tal diferença de valor pagando com moedas de menor peso. Coisa que, por outro lado, ouvi muitas vezes ser defendida por pessoas honestas não só como coisa tolerável, mas mesmo útil à cidade.

CAPÍTULO XII

PREJUÍZOS QUE A ELEVAÇÃO DE VALOR DAS MOEDAS CAUSA AO ERÁRIO DO PRÍNCIPE E AOS BOLSOS DOS PARTICULARES

Aqueles homens que, tendo sido acometidos por vezes por alguma indisposição de saúde, não podem tolerar as regras que lhes prescreve o prudente médico, e, pelo contrário, consideram saudável tudo de que eles gostam, e, como dizia Tácito, vêem “no próprio perigo o remédio para perigos iminentes”, de modo que se deixam morrer aos poucos, ou, pelo menos, prolongam a enfermidade indefinidamente, a meu ver, não são muito diferentes daqueles príncipes que, pensando em ganhar na fabricação das moedas, se deixam induzir pelas ofertas dos banqueiros ou pelas recomendações de conselheiros realmente pouco entendidos neste assunto a lançar mão daquele lucro de fácil alcance que se lhes apresenta como certo e palpável, e permitir os maiores desmandos nas próprias casas da moeda e nas moedas, os quais fazem elevar de imediato o valor das moedas de ouro e de prata. E não percebem que o prejuízo que advém disso a seus súditos e ao próprio erário é muito maior do que o ganho que incautamente obtiveram.

Para deixar bem clara esta asserção, que é a questão fundamental de toda esta obra, basta que apresente alguns dos exemplos mais recentes, dos quais ainda não se perdeu a memória.

Haviam terminado as guerras de 1658 dos suecos, brandemburgueses e transilvanos contra a Polônia, e Casimiro, tendo voltado ao trono que pouco antes quase perdera, applicava-se, em tempo de paz, a reparar das tempestades passadas o navio afundado daquele reino.

O erário régio estava dilapidado; os bolsos dos nobres, esvaziados; grande parte dos mercadores havia debandado ou falido; os campos, não cultivados durante vários anos, não rendiam nenhum tributo a seus senhores; o reino todo, enfim, entre os horrores das incursões passadas e as campanhas militares, estava imerso numa desolação espantosa. O pior dos males era a existência de um corpo numeroso de soldados, credores de muitas dívidas passadas e de não pouca, mas necessária, despesa do futuro, descontentes e inquietos.

Para fazer dinheiro a fim de satisfazê-los, pensou-se em recorrer à fabricação de novas moedas, e, nomeados para isso novos superintendentes da casa da moeda, estes e outros deram ao rei a má sugestão de fabricar moeda com os mesmos cunhos, mas de liga inferior, a fim de, com os ganhos da primeira fabricação, poder continuar a comprar prata, e assim, cunhando mais moedas, aumentar os lucros e fazer frente às necessidades do reino. A oportunidade de comprar prata estava pronta, pois os nobres, para voltar à corte e se apresentar com decoro, estando sem dinheiro, desenterravam suas pratarias, escondidas embaixo da terra antes da guerra para poupá-las da rapina dos inimigos, e supriam com elas o estado de penúria em que os havia lançado a falta de colheitas e de receitas, de maneira que as levavam em grande quantidade para a casa da moeda.

Muitos, no entanto, se opuseram a tal fabricação, e entre outros os habitantes de Dantzic, que, quer porque sua cidade era o maior empório da Polônia, quer porque estavam na fronteira e faziam negócios, portanto, de um lado, com os poloneses, e de outro, com os suecos, dinamarqueses, holandeses e outras nações estrangeiras, percebiam melhor que outros os prejuízos que podiam

advir de tais medidas, já que os experimentavam antes dos outros; e com relatórios muito sensatos (alguns dos quais estão comigo) mostraram ao rei constituir esta uma nova ruína para o reino. Mas Casimiro, ou porque não entendeu as razões, ou porque, forçado pela necessidade, tirana cruel também dos reis, acabou fabricando vários milhões dessas moedas, que inicialmente foram recebidas e gastas normalmente, como se sua má qualidade não importasse, já que circulavam com o valor determinado pela autoridade do rei. Tampouco se queixaram os soldados, pelo menos até que, depois de menos de um ano, as novas moedas, tendo ficado mais avermelhadas, começaram a revelar sua qualidade inferior, e de repente se viu o reino quase sem nenhuma outra moeda boa, uma vez que, não sendo aceita a nova moeda no exterior senão pelo seu valor real, que era exatamente a metade de quanto era estimado na Polônia, quem precisava levar dinheiro para fora da Polônia procurava húngaros, táleres e *ortje* velhos, que, portanto, acabaram sendo levados quase todos para fora do reino. Aliás, aqueles poucos que haviam ficado acabavam sendo pagos por quem precisasse muito mais que seu valor e, desta forma, as moedas boas aumentaram tanto de valor em tão pouco tempo que o húngaro, que antes valia 6 florins, chegou a valer 12. Foi então que perceberam que não havia mais em todo o reino senão a metade da riqueza em dinheiro vivo que havia antes, porque aqueles florins que antes tinham sido recebidos por um sexto de um ducado de ouro, ou seja, de um húngaro, se haviam tornado um duodécimo do mesmo, e, portanto, possuíam apenas a metade do valor de antes.

Para a ruína das moedas e, por conseqüência, de todo o reino, contribuía ainda a malícia de muitos, mesmo

estrangeiros, que, tendo visto o grande ganho que obtinha inicialmente o príncipe com aquelas moedas, fabricaram às escondidas grande quantidade de moedas com os mesmos cunhos e a mesma liga, de maneira que não era possível recusá-las como falsas, tampouco distingui-las das do próprio rei, já que eram da mesma qualidade. Por outro lado, os suecos continuaram a enviar seus *shillings*, que é moeda de baixíssimo valor, a qual, embora tivesse o cunho sueco, tendo sido introduzida aos poucos desde antes da guerra, já tinha tão grande circulação na Polônia que não era possível bani-la sem causar um prejuízo enorme à população mais pobre, que não teria suportado ficar sem ela.

Dessa forma, portanto, enviado para fora do reino quase todo o metal bom, a Polônia e seus habitantes ficaram com apenas a metade do valor em dinheiro, já que os florins, outras moedas régias e os *shillings* não valiam mais do que a metade de antes, e para obter um húngaro ou um táler de prata boa era preciso o dobro daquela moeda mais fraca.

Para se ter uma idéia de quão grande era o prejuízo e a confusão daqueles povos em tal circunstância anormal, basta apenas pensar no que aconteceria se de repente fosse tirada a metade dos bolsos e dos cofres de cada um de nós. Os mercadores, particularmente os de Lucca, de Florença e outros, que moravam naquele lugar, comerciando com tecidos italianos e outros artefatos, foram obrigados a subir os preços de suas mercadorias, mas antes de subi-los o próprio comércio sofreu um alvoroço incomum, uma vez que os nobres, acostumados a pagar 6 florins pelo tecido de seda para se vestir, não podiam aceitar ter de pagar 12, ainda que equivalessem sempre,

antes e depois, a um húngaro; e, por outro lado, os mercadores não podiam vendê-lo por menos, de maneira que muitos, sobretudo entre os mais pobres, deixavam de comprar. Os próprios nobres, que recebiam suas rendas em florins, encontravam-se com a metade do valor das receitas anteriores, já que, para perfazer 1.000 húngaros dos contratos de arrendamento, antes eram suficientes 6 mil florins, e agora precisavam não menos de 12 mil. Os impostos públicos, que também eram calculados em florins, não rendiam ao rei e ao estado senão a metade de antes, e querer aumentá-los, agravando mais aquelas populações já tão afligidas pelas guerras passadas, não se podia, temendo-se sublevações e tumultos. Os soldados, que viram sua paga, ainda que o número de florins ficasse o mesmo, reduzida pela metade do seu valor real, se revoltaram e deram margem às graves discórdias intestinas daquele reino, que tanto angustiaram o bom rei Casimiro. Aliás, nas propostas de ajustamentos entre eles e o soberano, entre as satisfações pretendidas, pediam em primeiro lugar as cabeças dos fabricantes de moeda italianos e de outros ministros considerados responsáveis por tal moeda ruim.

Do desdobramento daquelas turbulências não é preciso fazer um relato, uma vez que é já bastante conhecido pelas narrações de vários autores, havendo-se misturado ao descontentamento das milícias pelas moedas a ambição e os interesses das pessoas mais graúdas, com o perigo de uma subversão total do governo. No final, o estado de fraqueza a que se reduziu aquela importante e grande monarquia por causa dessas desordens, conquanto se tenha iniciado com as guerras suecas, não acabou sem a perda da Polônia e da Ucrânia, conquistadas pelos turcos (mais por sorte do que por valor), já que se encontraram

frente a um reino que, outrora sadio e unido, teria facilmente derrubado os cornos de sua lua, mas que naquele estado de enfermidade e desunião se viu obrigado a ceder uma parte para não perder tudo.

Mas é coisa tão geralmente verdadeira que a elevação de valor das moedas causa inumeráveis prejuízos aos príncipes e aos povos ao mesmo tempo, que, sem citar aqui mais exemplos (pois terei novas ocasiões para fazê-lo nos próximos capítulos), quero provar a minha proposição reduzindo-a apenas a um cálculo, ou, como se costuma dizer, mostrando os efeitos na ponta dos dedos.

Os encargos, tributos, dízimas, taxas e todo outro imposto que em todo lugar os príncipes cobram de seus súditos são fixados em moeda miúda ou moeda imaginária do país. Se os campos pagam tributos segundo suas estimativas, devem pagar um determinado número de soldos, ou liras ou baiocos por campo, por *stiolo*, *biolca* ou *tornatura* de terreno. Se o vinho e o trigo pagam impostos, este é calculado à razão de tantos soldos ou quatrins a libra. Todas as mercadorias, quer sejam locais quer estrangeiras, pagam certo número de soldos por libra ou tantas liras em cada centena. Se se paga um tanto por boca — taxa cobrada aos camponeses da região de Pádua que, denominada *boccatico*,²⁶ tal estado destina à universidade pública —, aqueles camponeses pagam 28 soldos cada um, por ano. Se, então, se pagavam aquelas determinadas quantias quando o cequim valia 100 soldos, é evidente que agora que ele vale 400 soldos se obtém apenas um quarto do ouro que costumava ser conseguido antes, pois, afinal, as receitas do príncipe são calculadas sempre no mesmo número de moedas miúdas ou imaginárias.

26 Termo derivado de *boca* (*bocca* em italiano).

Se, então, as moedas reais de prata e de ouro são valorizadas, tal coisa não é, como demonstramos no capítulo anterior, senão diminuir de valor as moedas imaginárias e inferiores, e, por conseqüência, diminuir as receitas públicas? Não é verdade, por acaso, que se muitos anos atrás, com um escudo de prata de 10 paulos paguei em Módena, minha cidade natal, a taxa de moedura de 4 sacos de trigo à razão, por exemplo, de 45 bolonhinos por saco, numa época em que o escudo valia 9 liras, agora, que ele vale 11 liras e 5 bolonhinos, com o mesmo escudo pagaria a taxa de 5 sacos? E se assim for, não perdeu o príncipe daquela cidade a quinta parte daquela receita por causa da elevação de valor que tiveram em seu próprio estado as moedas de ouro e de prata, daquele tempo para cá, que nem é muito, já que lembro que em 1648 tal escudo valia apenas 8 liras, e agora vale, como tenho dito, 11,25 liras? E os outros impostos e todas as outras receitas de tal príncipe, daquele tempo para cá, não têm diminuído na mesma proporção em que tem aumentado o valor das moedas?

Apresentem-se agora os ministros e aqueles, em particular, se estivessem ainda vivos, que já tantas vezes aconselharam ceder aos banqueiros judeus ou a outros a fabricação de uma certa quantidade de moedas de liga inferior à habitual, deixando-se o príncipe seduzir com a oferta que fazia algum banqueiro de alguns milhares de dobras para o erário; ou, então, aqueles que induziram o príncipe a fabricar por sua própria conta as moedas, mostrando-lhe o ganho que podia obter com a liga do metal; e inda-guem bem se o lucro (pode-se dizer momentâneo) que retiraram numa única vez os príncipes que viviam naquela época é comparável ao prejuízo que tiveram para sempre em suas receitas.

O duque Francisco II, que reina atualmente, já nos primeiros anos do seu feliz governo, soube que na passagem do rio Panaro, na fronteira entre Módena e Bolonha, que está sob a sua jurisdição, os barqueiros cobravam a cada carruagem de aluguel um tostão, que naquela época equivalia a 3 libras e 3 bolonhinos; mas tal taxa ou pedágio tinha sido fixado pelos príncipes anteriores em apenas 45 bolonhinos, e a mudança de 45 para 63 devia-se ao fato de o tostão, nos primeiros tempos, valer apenas 45 bolonhinos. Conquanto o tostão seja moeda de Bolonha e não de Módena, aqueles barqueiros continuavam cobrando um tostão e não 45 bolonhinos, assim, mesmo tendo cobrado sempre apenas um tostão e não mais, apesar disso, o pedágio, calculando-o em moeda miúda modenense, havia aumentado, passando de 45 a 63. Nenhuma advertência feita por algum ministro acerca da entrada que poderia advir-lhe teve força para influenciar aquele ótimo príncipe, que, mesmo sendo então um juvenzinho de apenas quinze anos, ordenou que não se mandasse pagar mais do que os 45 bolonhinos, seja qual fosse o dano do erário. Príncipe justo e ao mesmo tempo magnânimo! Entretanto, se se tivesse mantido o valor antigo dos tostões e das outras moedas de prata, ele obteria ainda hoje, a cada 10 carruagens que atravessam aquele rio, uma dobra de ouro, enquanto, pagando cada uma um pedágio de 45 bolonhinos, não bastam 14 carruagens. Em conclusão, perdeu pouco menos de um terço daquela receita.

Ora, o mesmo que mostrei daquele estado pode-se dizer de todos os outros, nos quais também as receitas públicas diminuem sempre na mesma proporção em que aumenta o valor das moedas de ouro e de prata. E tal aumento não constitui prejuízo apenas para o príncipe,

mas ainda para a maior parte dos súditos; aliás, não sei se há alguém entre todos que não sofra prejuízo fora aqueles mercadores que estão sempre prontos a açambarcar moedas e a tirar vantagem, da maneira que será dita mais adiante. Conseqüência disso é que todos aqueles que possuem censos, pensões e outras rendas anuais, que lhes são pagas em dinheiro vivo, vão perdendo continuamente de suas receitas efetivas tanto quanto é o aumento do valor das moedas.

Um antepassado meu comprou um censo de Módena de 3 mil escudos, com o valor de 5 libras e 3 soldos cada um, numa época em que a dobra valia 22,5 libras da mesma moeda, e foi estabelecido com o censuário que lhe pagaria um rendimento de 6% ao ano, o que correspondia a uma entrada de 180 escudos por ano, da moeda acima mencionada. Tal preço foi pago em dobras da Itália e montou a 15.450 libras, que eram 686 dobras e 15 libras, e os rendimentos montavam a 927 libras por ano, que correspondiam a 41 dobras mais 4,5 libras. Se tal censo estivesse em minhas mãos hoje, obteria as mesmas 927 libras por ano como antes, mas como as dobras atualmente valem 34 libras cada uma, seria pago com 27 dobras mais 9 libras, ou seja, daquele censo teria quase 14 dobras a menos por ano de entrada; e se os censuários quisessem aforá-lo, poderiam fazê-lo com apenas 454 dobras mais 14 libras, que perfariam, sim, a soma originária de 15.450 libras com que foi pago em moeda imaginária, mas que seriam, de fato, cerca de 232 dobras a menos do que o primeiro pagamento.

Eis, então, em que proporção diminuem as receitas que se recebem em pensões, arrendamentos, censos e outros pagamentos semelhantes, ao passo que um fidalgo,

que deve manter com tais receitas o decoro de sua origem, gasta em roupa e vestes de cerimônia a mesma quantidade de ouro que gastava antes, e, por consequência, tantas libras a mais quantas a mais vale o próprio ouro, pois o mercador que manda vir de fora as suas mercadorias não pode dá-las, em ouro, a um preço menor do que valiam antes.

Assim, a elevação de valor das moedas prejudica o príncipe, prejudica os súditos em suas receitas e em seus haveres; a nobreza empobrece e não pode gastar como de costume, e, portanto, de tal situação sofrem ainda todas as ordens inferiores. Sofre graves prejuízos não apenas o comércio, mas as artes também; em suma, todo o povo, a ponto de, às vezes, se ver a ruína de todas as artes que constituem o sustento de uma cidade, uma vez que, aumentado o valor das moedas, os mercadores não aumentam o preço das jornadas ou das manufaturas dos pobres artesãos que trabalham na fabricação de suas mercadorias. Aquele tecelão de seda, que para a feitura do veludo costumava ser pago 3 libras o braço quando o escudo de prata valia naquele país 9 libras, agora que vale, por exemplo, 12 libras, ele ainda recebe 3 libras o braço, e, assim, para ganhar um escudo deve tecer 4 braços, enquanto antes o ganhava com apenas 3 braços. Ao mesmo tempo, suas despesas para manter a família crescem cada dia, quer porque muitas mercadorias aumentam de preço, quer porque o príncipe, que vê suas receitas diminuir cada vez mais, não perde nenhuma oportunidade para aumentar os impostos, para poder suprir, ele também, as suas despesas. Consequência disso é que o tecelão, para se manter, deve descuidar da sua arte para fazer mais depressa, e o veludo passa a ser de uma qualidade inferior.

O mercador evita quanto pode aumentar o salário do tecelão, já que os compradores, muito acostumados a pagar sempre o mesmo preço, se recusam a pagar mais; assim, para poder vendê-lo ao mesmo preço sem ter prejuízo, fecha os olhos quanto pode diante da remuneração dos operários, contanto que eles também sobrevivam. Acontece porém que, por causa disso e pela luta que travam entre si os mercadores, o produto, oferecido ao melhor preço para que tenha saída, aos poucos se torna de qualidade inferior e fica desacreditado fora do país. Dessa forma as vendas diminuem, as artes são abandonadas, os mercadores e toda a cidade sofrem.

Pode-se observar o mesmo entre os tintureiros que, se continuam a tingir com a cochonilha-do-carmim aos preços de antes e não obtêm um lucro adequado, diminuem as doses nas tintas, piorando sua qualidade, o que nas cores vermelhas, infelizmente, é por demais evidente. Tampouco as outras mercadorias estão isentas desse mal. Quem lembrar o que eram os chapéus feitos todos de castor setenta anos atrás em Veneza, repare no que são nos dias de hoje, em que valem uns poucos ducados imaginários a menos do que antes, mas muito menos ouro, e perceberá que naqueles que agora são anunciados como de puro castor não há tanto pêlo de verdadeiro castor quanto havia naqueles que eram ditos de meio-castor.

Mas se quisesse enumerar uma por uma todas as coisas em que esse aumento de valor das moedas causa desordens e danos, não acabaria nunca, já que os causa em todas, ainda que não negue que outras causas, e às vezes até mais graves, concorram à ruína das artes. Mas de tal coisa não é este o momento de falar. Assim, prosseguindo, podemos ver que também as receitas provenientes dos próprios terrenos e das propriedades diminuem

ao se elevar o valor das moedas, com igual prejuízo para o patrão e para o cultivador, uma vez que a uva, os frutos, os frangos e outros gêneros alimentícios que chegam ao mercado não deixam de valer o mesmo número de soldos que valiam antes, mas precisam muito mais soldos para perfazer um escudo de ouro ou um escudo de prata. Os operários e os camponeses não sabem discernir tão sutilmente seus interesses como os mercadores, que, para avaliar as mercadorias e os trabalhos proporcionalmente ao ouro e não à moeda de baixo valor, fazem os cálculos unicamente em moedas imaginárias, e tais receitas, vertidas depois do valor imaginário ao do ouro e da prata, que é o verdadeiro e mais essencial valor das coisas, valem menos do que antes. O mesmo se deve dizer dos pagamentos por dia dos trabalhadores mais pobres.

Mas aqui alguém poderia dizer-me que o grosso das rendas agrícolas provém dos cereais e que estes não estão submetidos a tal mudança de preço, já que o comércio do trigo se estende até os países limítrofes, e assim, quando nos países vizinhos o trigo vale mais ouro do que no nosso país, parte do nosso trigo logo vai para lá, e tal fato faz com que suba o preço mesmo em nosso país, pois, da mesma maneira que as outras mercadorias estrangeiras aumentam de preço ao aumentar de valor as moedas, aumentará também o valor dos cereais; mas nem o patrão nem o camponês terão algum prejuízo causado pela elevação de valor das moedas no tocante a esta parte.

A tal objeção respondo que mesmo sendo verdade que o preço do trigo não cai sensivelmente pela elevação de valor das moedas, o camponês, no entanto, com o dinheiro que obtém dos frangos, dos frutos, do seu trabalho jornalheiro, deverá, como freqüentemente deve,

comprar pão, e como as moedas cujo valor foi elevado fizeram aumentar o trigo, tanto maior será seu prejuízo, uma vez que ganha menos e gasta mais.

Por fim, a maior objeção que encontro a este meu discurso é a que diz respeito ao prejuízo dos príncipes, já que, arrecadando eles seus impostos em escudos de ouro ou em conformidade com outras moedas, mesmo sendo imaginárias como os ducados em Veneza, no entanto, a caixa do príncipe recebe as moedas apenas por aquele valor que ele próprio estabeleceu em seus editais, seja qual for o valor abusivo que o povo tenha acrescentado a tais moedas. Daí parece não advir prejuízo algum à caixa do príncipe. E se se retrucar que o contratador, porém, recebe os pagamentos em moeda miúda, respondem que não, pois, pelo contrário, ele também cobra em conformidade com o valor estabelecido pelo príncipe e não de acordo com o valor abusivo do povo. E esta é a argumentação que, como a neblina, não deixa enxergar a verdade a muitos ministros, a magistrados e aos mesmos príncipes. Mas a verdade é que, além do fato de o empobrecimento dos súditos, os danos das artes e do comércio constituirão sempre um dano para o príncipe, enquanto durarem as conseqüências da elevação de valor das moedas, as caixas dos príncipes também terão prejuízo; aliás, digo ainda que, apesar das razões acima mencionadas, o têm imediatamente.

Para comprovar tal afirmação pergunto se não é verdade que o contratador, devendo receber somas pequenas, não pode recusar as moedas miúdas, pelo menos em parte, ao passo que deve pagar o príncipe em moedas de prata e de ouro. Ora, tais moedas de ouro e de prata ele deve procurá-las ou comprá-las de quem as

possui, pagando-as ao preço abusivo corrente, e não ao valor dos editais, tendo, portanto, prejuízo, já que deve desembolsá-las depois ao valor dos editais. Assim sendo, quem não sabe que na licitação dos impostos os empresários ou contratadores irão oferecer para a arrematação daquele imposto um tanto a menos quanto é o dano que advém da elevação do valor das moedas? O príncipe, então, acaba sofrendo um prejuízo ele também, já que arrecada seus impostos a um preço menor. Mas tem mais. Os príncipes, toda vez que em seus estados as moedas se elevam de valor, certamente procuram mantê-las no valor primitivo por meio de novas proibições e editais rigorosos, mas como, no mais das vezes, não enxergam o fundo das causas da desordem, não as atacam devidamente. A desordem continua e, às vezes, vai crescendo a despeito, pode-se dizer, das leis, e por fim, se não quiserem expor seus próprios estados a males maiores, lhes convém ceder e autorizar com novos editais aqueles aumentos abusivos.

Foi assim, por exemplo, que em Veneza, onde o cequim foi fabricado pela primeira vez em 1284 com um valor de 3 libras, as leis públicas autorizaram tantas vezes seu aumento que em 1605 foi taxado em um valor de 10 libras; sessenta anos depois, isto é, em 1665, passou para 16 e hoje circula com um valor de até 20 libras, valor que até agora é tacitamente tolerado pelos magistrados. Imaginemos agora que em Veneza o imposto sobre a carne fosse, em 1600, de dois soldos a libra, ou seja, cada 100 libras de carne levadas para o matadouro rendessem ao príncipe um cequim, e em 1665 precisassem 160 libras de carne para obter um cequim de imposto. Esse imposto, então, em apenas sessenta anos, sem que houvesse uma diminuição da população, sem ser taxado em menos de

dois soldos habituais por libra, unicamente pelo aumento de valor das moedas, diminuiu em quase 40%; e se for autorizado o abuso atual de deixar o cequim a 20 libras, em oitenta anos terá diminuído pela metade. Mas não se dá o mesmo com os outros impostos e as outras receitas? Quais são as rendas dos príncipes que não sejam cobradas em soldos ou libras, ou em outras moedas imaginárias do país? Todas, então, têm diminuído na mesma proporção.

Ora, esta consideração é uma roupa que cai bem a todos os príncipes; que a vista cada um deles e verá como simplesmente o aumento de valor das moedas tem diminuído suas receitas, prejudicados seus nobres, arruinado as artes, empobrecido os súditos e tornado mais infeliz, em toda a parte, a condição de seus estados. Entretanto, fica, senão impossível, certamente difícil e desagradável para ele remediar tal situação restabelecendo os justos valores, pois sei muito bem que os próprios príncipes e seus ministros chegarão a admitir que, no mais das vezes, é de todo impossível. É verdade que esta não é a única doença que faz desmoronar os estados, mas das outras falará quem pretende discorrer sobre a política de um modo geral, pois eu, tendo em mira nesta pequena obra apenas as moedas, não vou além do que depende delas e que com elas tenha uma forte conexão.

Nesta oportunidade, não se pode deixar de dizer que as desordens das moedas produzem, às vezes, segundo as circunstâncias dos tempos, conseqüências tão funestas que quase parecem incríveis. E foi bem lastimável o que escreve Charles Dumoulin²⁷ em seu *Tratado dos comércios*,

27 Charles Dumoulin (Paris, 1500-1566), famoso jurista, conhecido também pelo nome latinizado Molinaeus.

que saiu em 1537 na Bretanha francesa, por ocasião da elevação de valor das moedas e da inoportuna proibição de algumas delas em que consistia o pecúlio da população mais humilde. No dizer dele, por esta única razão, antes que as desordens fossem remediadas, mais de dez mil pobres morreram de fome. Muitas vezes, por esta única razão, seguiram-se guerras funestas entre os príncipes, como a do rei de Aragão contra o rei de Maiorca, da qual faz menção Jean Bodin em seu tratado *Da República*. Da mesma forma Cedrenos²⁸ conta que causou grandíssimo dano aos gregos o edito do imperador Nicéforo Focas, que quis que as moedas com o seu cunho valessem mais do que as de seus predecessores, conquanto não lhes fossem superiores em nada, nem na qualidade, nem no peso. E Procópio de Cesaréia, na *História da vida do imperador Justiniano*, reprova tal imperador (a seu ver muito cruel), além de tantas outras tiranias, por ter alterado o valor das moedas em detrimento dos súditos: “Mas acho” – diz ele – “que não se deva absolutamente esquecer o que estes príncipes aprontaram com os soldos” (refere-se a Justiniano e a sua mulher Teodora, uma vez que um pouco antes demonstrou que o Império era governado mais por Teodora do que pelo próprio Justiniano). “Antigamente os agentes do câmbio pagavam aos cobradores para cada estáter de ouro 210 óbolos, que eram denominados *folis*; os príncipes, entendendo que lhes seria vantajoso, decidem mudar o valor do estáter para 180, reduzindo assim em um sexto²⁹ a moeda de ouro, com

28 Jorge Cedrenos, historiador bizantino que, entre o fim do século XI e o início do século XII, compilou uma crônica universal desde a criação de tal império até o advento do imperador Isaac I Comênio, em 1057.

29 “Em um sétimo” dizem as edições atuais da *História secreta*, talvez corrigindo o texto original por ser lacunoso neste trecho.

prejuízo geral.” Parece haver uma certa dificuldade para entender este trecho de Procópio, quando diz que Justiniano, tendo reduzido os estáteres de ouro a 180 óbolos, enquanto antes eram trocados por 210, reduziu em um sexto cada moeda de ouro de seus súditos. Não é que me incomoda o fato de 30 óbolos serem um sétimo e não um sexto de 210, uma vez que, pelo menos, são um sexto dos 180 restantes; mas parece difícil entender como diminuir dessa maneira o valor das moedas fosse vantajoso para Justiniano.

Mas quem tiver acompanhado na exposição anterior como o fato de elevar de valor as moedas de ouro e de prata traz prejuízo aos príncipes nas receitas e nos impostos, facilmente poderá entender também que diminuí-las de valor lhes trará vantagem. Com efeito, se com um estáter de ouro que pesava meia onça, isto é, duas didracmas, possuíam 210 óbolos, com os quais, por exemplo, pagavam o tributo sobre 21 jugadas de terra; havendo-se tornado o estáter equivalente a apenas 180 óbolos, só servia para pagar 18 jugadas e, por conseqüência, eles deveriam acrescentar um sexto de um estáter para poder pagar aquele tributo que antes pagavam com apenas um. Pelo que é mesmo coisa certa que de cada estáter de ouro o súdito perdia a sexta parte.

CAPÍTULO XIII

À INTRODUÇÃO DE MOEDAS DE OURO E DE PRATA ESTRANGEIRAS COM UM VALOR MAIOR DO QUE SEU VALOR INTRÍNSECO PRODUZ A ELEVAÇÃO DO VALOR DAS MOEDAS LOCAIS

Permutar mercadorias dando a que vale mais em troca da que vale menos é a maneira de negociar que mais facilmente e pelo caminho mais breve e direto leva à falência. Mas não faz o mesmo um príncipe ou um governo de um estado qualquer quando autoriza a circulação de moedas estrangeiras, ainda que de ouro ou de prata de boa liga, com um valor maior do que aquele que seria justo se se tornasse proporcional seu valor intrínseco e seu peso aos das outras do país? Não faz outra coisa, pergunto, senão permutar suas moedas boas com as daqueles príncipes estrangeiros que são menos boas? Se falarmos de modo geral da qualidade do metal, umas e outras são boas, mas se, em comparação com o valor com que se fazem circular as próprias, tanto de ouro como de prata, relativamente ao metal fino que contêm, as estrangeiras forem estimadas mais, quem não vê que os mercadores estrangeiros, aliás, os próprios príncipes que as fabricaram, enviarão a maior quantidade possível em troca das do país que, por preço igual, contêm maior quantidade de metal fino?

Os tesouros de Atahualpa e de Montezuma, e as contínuas e riquíssimas cargas do Peru, do México e de outros vastos reinos da América que foram transportados posteriormente para a Espanha, não foram suficientes para suprir as despesas generosas de Carlos V, o qual, nas muitas e variadas guerras que empreendeu e enfrentou na sua vida, perdeu mais tesouros do que aqueles que lhe

soube proporcionar a sorte, superando, ousaria dizer, as despesas de qualquer outro imperador, uma vez que deixou o erário pouco menos que vazio quando cedeu a outros as rédeas dos seus reinos. Eram tão grandes as suas despesas e tão vastos seus desígnios que, não lhe bastando as rendas antigas e novas de tantos lugares que possuía no mundo, pensou obter novos ganhos com as moedas. E reduziu o escudo de ouro de 1540 de Castela, Valência e Aragão, que antes ele fabricava igual aos ducados de ouro venezianos, florentinos, senenses, húngaros e outros, todos de 24 quilates ou pouco menos, a uma qualidade de 21 quilates e 18 soldos, que no cálculo vênето se diria *pezzo* 108 por marca; e diminuiu também seu peso de 3 grãos, da maneira que vemos ainda hoje as meias-dobras da Espanha, não designando outra coisa uma dobra senão uma moeda de dois escudos de ouro, ou seja, um duplo escudo de ouro.

Mas os outros príncipes, tendo observado a diferença dessas novas moedas, e sabendo muito bem que se aceitassem as meias-dobras de Carlos V ao mesmo valor dos cequins venezianos e florentinos iriam arranjar um dano irreparável, uma vez que os escudos de ouro bons seriam levados para fora de seus estados, enquanto entrariam os de menor peso e de pior qualidade, resolveram fabricar moedas semelhantes. E foi assim que o papa e os outros soberanos de quase toda a Itália começaram a fabricar seus próprios escudos de ouro, dobras e dobrões de uma qualidade inferior não só aos anteriores, mas até àqueles de Carlos V, e a corte romana, para evitar a perda que a diminuição do escudo de ouro causava em suas receitas, adquiriu depois o costume de avaliar o escudo de ouro de Câmara um paulo a mais do que o escudo de ouro corrente, ou seja, do que a meia-dobra.

Tudo isso é relatado por Jean Bodin em seu tratado, várias vezes mencionado, embora eu veja ainda circular dobras e meias-dobras de Fernando e Isabel, reis de Castela, que são de liga pior e de menor peso que as comuns na Espanha, pelo que nutro a maior suspeita de que o mal não tenha começado com Carlos V, mas que este tenha continuado a repetir uma prática anterior. Em tal história vale a pena ressaltar que, como os outros príncipes, ao fabricar escudos de ouro eles também de uma qualidade inferior, se defenderam em grande parte do dano que podia advir-lhes se aceitassem os escudos de ouro de Castela a um valor igual aos seus escudos anteriores – pois neste caso os ministros do imperador podiam procurar adquirir em todo lugar os escudos de ouro dos outros e voltar a fabricá-los como escudos de ouro de Castela, com o ganho que proporciona a diferença entre a meia-dobra e o húngaro, ou seja, acima de 10% –, não restou um lugar onde não se elevasse o valor das moedas. Ao passo que, aceito nos estados do imperador e em mais uns outros pelo número de liras imaginárias que em cada país valia antes, o escudo de ouro veneziano, dito cequim, que foi sempre religiosamente preservado pela sabedoria dos venezianos e mantido com a mesma boa qualidade e o mesmo peso, acabou sendo avaliado depois sempre em até 3 paulos a mais do que o escudo de ouro, ou seja a meia-dobra, de Castela, e o cequim de Florença manteve honradamente por muito tempo depois um valor igualmente vantajoso com respeito ao escudo de ouro da Espanha, ainda que, aviltado pelas fabricações sucessivas, aos poucos tenha sido abolido. Mas o húngaro e o ducado da Alemanha e da Hungria, que em comparação com a qualidade primitiva foram bastante reduzidos

de valor, têm ficado também abaixo do cequim, relativamente a seu valor intrínseco.

Assim o imperador teve de uma só vez um ganho de cerca de 10% com toda a moeda de ouro que circulava em seus reinos; mas se tivesse feito melhor suas contas teria percebido que aquele lucro tinha por contrapeso uma perda de 10% para sempre em todas as suas receitas, pois com as mesmas moedas que ele gastou numa única vez lhe eram pagas, cada ano, as contribuições de seus súditos.

Mas passemos a outros exemplos mais evidentes e mais modernos. Não se pode descrever com palavras os enormes prejuízos que causou aos turcos o fato de ter aceitado em seus países as moedas francesas de 5 soldos, denominadas na Turquia timins, por um preço superior em 50% ao seu valor intrínseco, porque a esperteza dos mercadores franceses e italianos soube valer-se tão bem da ocasião que levaram da cristandade para a Turquia uma quantidade incrível de milhões de tais moedas, em detrimento de todo o Levante.

Tavernier,³⁰ no relato de suas viagens, conta esta história relativa aos turcos e aos franceses. Vou referi-la eu também, acrescentando, no entanto, algumas notícias concernentes a outras casas da moeda italianas.

Tinha sido já introduzida na França a prática de fabricar moedas com a prensa com balança, que é um instrumento com o qual o cunho é impresso mediante um parafuso um pouco diferente do das prensas para livros,

30 Jean-Baptiste Tavernier, mercador e viajante francês (Paris, 1605 – Moscou, 1689). De suas viagens, deixou a relação *Viagens à Turquia, Pérsia e às Índias* (1679).

e que sustenta um ferro grande, colocado transversalmente, empinado no meio e mantido em equilíbrio à maneira de uma balança, o qual, por 7 ou 8 pés ao longo de suas extremidades, é carregado por duas grandes bolas de chumbo do peso de mais de 150 libras cada uma, enfiadas e fixadas no mesmo ferro. O cunhador fica sentado abaixo da linha de rotação desta balança, pondo uma por uma as moedas debaixo do cunho, enquanto um homem robusto está ao lado, fazendo rodar energicamente aquela balança, de modo que, puxada com força, virando o parafuso puxão após puxão, ela aperta vigorosamente a moeda entre dois cunhos. O resultado é uma impressão tão bela e nítida que, deixando polidos os fundos em volta das figuras em relevo, faz com que pareçam mais medalhas bem trabalhadas que moedas comuns, o que se observa muito bem nas dobras da França, sobretudo quando são novas.

Com tal instrumento fabricavam-se na França, em 1657, não apenas as moedas de ouro, mas também as de prata, e, entre outras, algumas moedas pequenas de 5 soldos cada uma, de uma qualidade um pouco inferior à peça de oito da Espanha, mas com um peso tal que eram necessárias 12 para perfazer uma peça de oito. Foi idéia de um mercador de Marselha tentar mandar para a Turquia esse tipo de moedas, e enviou, como prova, 200 ou 300 escudos a um administrador seu em Smirna, o qual soube valer-se tão bem da curiosidade dos turcos, logo fascinados por tão belas moedas, que os fez acreditar tratar-se de reais de oito cada peça, ainda que, quanto ao peso, de fato precisassem de 12. E era bastante divertido ver como, por serem tão redondos e tão bem feitos em comparação com os pequenos reais da Espanha, mal cortados e pior impressos, os turcos recebiam de mais bom

grado aqueles escudos do que estes, dizendo que não eram tão cerceados como aqueles da Espanha. Faltavam balanças! E ainda, tendo as mulheres do Levante, especialmente da Ásia, o costume de enfeitar a cabeça fixando às suas toucas cequins novos pendentos em volta de seus rostos, as menos ricas começaram a enfeitar-se com estas moedas de prata, e tal moda se difundiu de tal maneira que já estava parecendo que em todo o Levante toda outra moeda, salvo esta, fosse completamente desacreditada e pouco menos que banida. Pelo que Tavernier, antes citado, conta que, voltando a passar da Pérsia para a Turquia, não sei em qual lugar, certas mulheres lhe pediram estes timins com tamanha insistência que não podia arranjar o que comer com nenhuma outra espécie de moeda.

Os mercadores franceses tinham um ganho, então, de 50% com estas moedas, e por isso enviavam para lá somas incríveis, tendo em troca não mais seda ou outras mercadorias, mas peças de oito que, convertidas de novo em timins, mandavam de volta para aquele país. Mas como um comércio tão grande não podia ficar oculto, imediatamente foram imitados pelos ingleses, holandeses e italianos. Na Itália, um dos primeiros foi um príncipe da Lombardia, do qual deixou testemunho um mercador judeu. Muitas caixas dessas moedas passaram por Livorno no nome dele, e uma, enfim, ali retida por não sei qual razão de contrabando, deu talvez ensejo ao grão-duque daquele lugar de fabricar tais moedas ele também. Naquela ocasião, eu estava fazendo várias consultas ao fabricante de moedas para encontrar a maneira de construir a prensa com balança que usavam na França, da qual, naquele momento, se tinha apenas umas notícias vagas e confusas em Florença, e não era fácil conseguir

desenhos ou modelos, já que mesmo na França se mantinha segredo a esse respeito.

Assim, depois de muitas tentativas e superadas muitas dificuldades, chegou-se a fabricar os timins de uma beleza nada inferior aos da França; foi então que, fabricando a todo vapor tal tipo de moedas, se enviavam a Livorno de 50 mil a 60 mil, e, às vezes, até 100 mil peças de oito por semana, e nada detinha aquele curso a não ser, uma vez ou outra, a falta de prata, que, no entanto, logo se procurava obter de todas as maneiras. Muitas outras casas da moeda chegaram a imitar totalmente o cunho da França, para que a diversidade não criasse nenhuma dificuldade para usar tais moedas na Turquia, mas a casa da moeda de Florença quis cunhá-las com a impressão própria de seu príncipe e se assemelhavam às da França apenas pelo fato de, as francesas, de um lado, terem impressa a cabeça de seu rei cingida com a coroa francesa, e estas, a cabeça do grão-duque com a coroa da Toscana; de outro lado, aquelas, o escudo da França com três lírios, e estas, um escudete parecido, com a bola dos Médici na parte superior, ornada de três lírios, e em volta a inscrição com o nome, verdadeiro, do príncipe.

Mas saturado por fim o Levante de tal moeda, de modo que não se encontravam mais peças de oito e sim apenas timins, os outros mercadores da Europa, que não podiam receber como pagamento de suas mercadorias moedas com tamanho prejuízo, começaram a queixar-se. Em razão disso, ainda que, diante de alguma advertência que fez o paxá do Cairo, se conseguiu seu silêncio dando-lhe boas gratificações, não podendo tal coisa ficar encoberta mais tempo, as queixas acabaram chegando ao grão-vizir, o qual ordenou imediatamente, mas já tarde, que tais moedas fossem recebidas e dadas tão-somente

ao preço de 12 cada peça de oito, e, caso contrário, fossem proibidas. Com tal providência, as casas da moeda mais importantes pararam de fabricá-las. Os franceses, no entanto, para continuar ganhando, encontraram logo um novo expediente, e passaram a fabricá-las com uma liga de menor valor, no que tiveram a sorte de os turcos não perceberem a fraude, bastando-lhes ver cunho tão belo. Como, porém, os mercadores franceses não podiam fabricar moedas tão alteradas na casa da moeda de seu rei, resolveram mandá-las fabricar em outras casas da moeda de pequenos príncipes, os quais consentiram que fosse feito tal uso em troca de uma certa parte do lucro. Tavernier faz menção da moeda da princesa de Dombes, da de Orange e da de Avignon, ainda que a cruz impressa sobre a moeda de Avignon não agradasse aos turcos; e na Itália ele diz que tais moedas foram fabricadas em Mônaco, Massa e em outros lugares, pertencentes aos feudos imperiais que estão em volta da república de Gênova.

Mas a avidez pelo ganho fez com que a liga fosse, aos poucos, tão reduzida de valor que logo logo as moedas, tornando-se vermelhas, revelaram a fraude aos turcos, e, uma vez que foi mostrada ao grão-vizir, sobretudo por mercadores italianos, com novas e justas queixas, tais moedas foram totalmente proibidas. Mesmo o grão-vizir, no entanto, teve um grande trabalho depois para contentar os soldados que combatiam em Candia, para os quais não servia nenhuma demonstração, embora verdadeira, do prejuízo que causavam aquelas moedas, de modo que foi preciso açambarcá-las em Smirna e em outros lugares apenas para efetuar os pagamentos que aqueles soldados não queriam que fossem em outra moeda.

Ora, a quantidade dessa moeda que da Cristandade foi para a Turquia naqueles tempos, se for verdade, como

creio, o que conta Tavernier, também é extraordinária, pois ele afirma que só dos registros das alfândegas dos turcos consta que foram trazidos não menos de 180 milhões de escudos, sem contar a grande quantidade, que talvez não seja menor, que passou ilegalmente, sabendo-se muito bem quão fácil é o contrabando das moedas, quão hábeis e astutos para fazê-lo são os mercadores de mar e os próprios marinheiros, cada um dos quais, ao sair dos portos da França, para ter ganhos, carregava a quantidade que sua condição lhe permitia. Desse modo, tendo sido transferido inicialmente da Turquia para a Cristandade um terço de suas riquezas em dinheiro vivo, já que por 8 timins recebiam uma peça de oito que pesava 12, e permutadas estas, que também eram boas, por outras tantas falsas e de liga de pouquíssimo valor, pode-se dizer que tal guerra surda dos mercadores tem custado mais àqueles países do que a estrepitosa e mesmo grandíssima guerra de Candia.

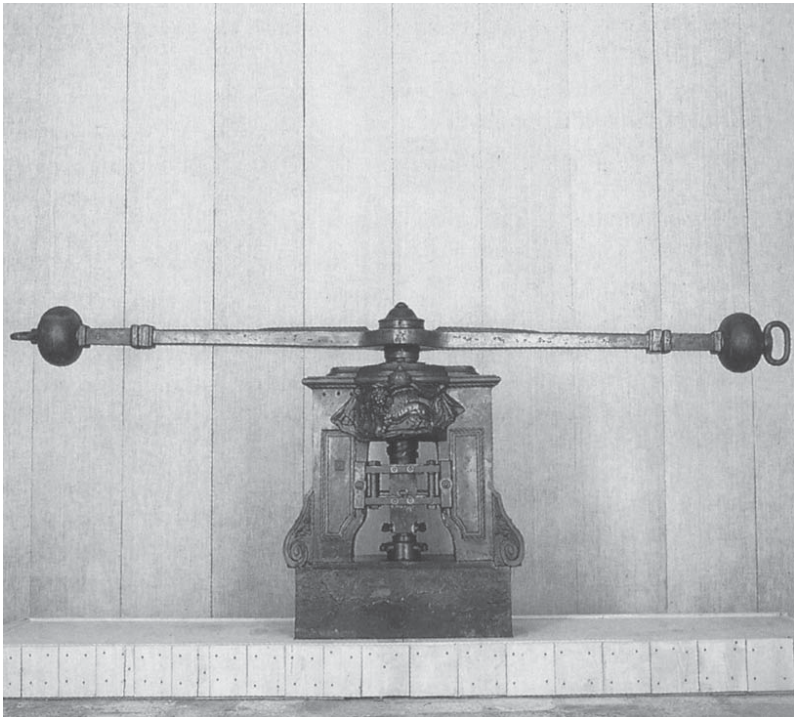
Por fim, vamos aos cálculos e vejamos a raiz do mal em sua origem se quisermos ficar totalmente persuadidos dos danos que engendra o erro político de permitir que moedas estrangeiras de prata ou de ouro, ainda que boas, circulem em seus países com um valor maior do que lhes seria próprio em comparação com as outras moedas. Anos atrás, em uma cidade da Itália, a dobra da Itália, de acordo com as resoluções públicas, circulava com um valor de 15 liras, o escudo vêneta e o florim, de 5 liras e 3 soldos, e o escudo de Milão, de 5 liras. Aos poucos, os mercadores introduziram o ducado vêneta com um valor de 3 liras e 8 soldos, e para conferir-lhe crédito os mesmos mercadores o aceitavam nos pagamentos de particulares pelo mesmo valor. Ora, imaginemos que os mercadores que açambarcam moedas enviassem para Veneza escudos

de Milão, que naquela cidade custavam 5 libras cada um e em Veneza valiam 9 libras e 12 soldos; que trocassem esses escudos por ducados a um valor de 6 libras e 4 soldos; e que, por exemplo, o primeiro capital empregado por um desses açambarcadores fosse de 5 mil escudos. Em tal cidade, 5 mil escudos de Milão valiam, então, 25 mil libras, enquanto em Veneza valiam 48 mil libras, com as quais se podiam ter em troca 7.741,94 ducados efetivos, que, uma vez transferidos para aquela cidade e gastos a 68 soldos cada um, totalizavam 26.322 libras, 11 soldos e 7 denários. Eis, então, que o capital de 25 mil libras rendeu 1.322 libras, que é quase 5,29%, em apenas poucas semanas, e que no fim de um ano perfaz muito mais.

Um tal mercador, portanto, pode muito bem, além das porcentagens e do ágio que pagará em Veneza para efetuar a troca, que devem importar no máximo 1%, comprar o escudo de Milão por uns baiocos a mais; e esta é a causa da escassez de tais escudos naquela cidade e da elevação de seu valor.

Ora, suponhamos que em tal cidade todas as outras moedas, tanto de ouro quanto de prata, fossem antes bem regulamentadas, proporcionais a seu valor intrínseco e qualidade (o que, porém, não ocorria), e que assim acontecesse, também, com todas as moedas em Veneza; aquela diferença, então, que existe em tal cidade entre o valor do ducado e o do escudo de Milão haverá também com todas as outras moedas, pois tão-somente o ducado foi mal avaliado e, conseqüentemente, pode obter a mesma vantagem com todas as outras moedas. E por esse motivo daí saíam em grande abundância para Veneza todas as moedas de prata e de ouro de peso justo que havia antes, e de Veneza iam para lá outros tantos ducados, meios-ducados e quartos de ducados.

Esta é a razão também pela qual em grande parte dos Estados Papais, de uns anos para cá, não se viam senão ducados vênéticos e tostões reduzidos de peso, pois ali também se instaurou o abuso de deixar circular os tostões e outras moedas, aliás, as próprias dobras, diminuídas de muitos grãos em relação ao peso justo, que não foram aceitas em troca de ducados no Estado Vêneto. Assim, quem nesses lugares quiser um escudo florentino, veneziano e milanês com um peso justo, precisa pagá-lo aos que praticam o câmbio até 5 libras e 5 baiocos, e agora que foram introduzidos os novos tostões com peso menor, o tostão será igualado ao ducado, mas as outras moedas terão elevado o seu valor.



Prensa com balança de 1734. Veneza, Palácio Ducal.

CAPÍTULO XIV

A INTRODUÇÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS DE POUCO VALOR COM UM VALOR MAIOR DO QUE SEU VALOR INTRÍNSECO PREJUDICA E FAZ ELEVAR O VALOR DAS MOEDAS

Toda vez, então, que um príncipe permite que em seus estados circulem moedas estrangeiras de ouro e de prata com um valor maior do que o intrínseco, segue necessariamente, dadas as razões e experiências apresentadas no capítulo anterior, a elevação de valor das moedas locais, da qual resultam os danos explicados no Capítulo XII. Mas se faz a desordem crescer muito mais e com razões mais fortes quando se consente que moedas estrangeiras de pouco valor entrem em grande abundância no próprio estado, pois, se é fácil corrigir o erro em se tratando de moedas de ouro e de prata, podendo-se corrigi-lo posteriormente mediante uma lei que restabeleça para elas um valor adequado, em se tratando de moedas de pouco valor, no entanto, não há outra possibilidade de emenda a não ser que a lei tenha caráter geral. Pois, se fossem introduzidos, por exemplo, no Estado Vêneto os grossos ou táleres alemães com um valor de 5 soldos cada um, e valessem efetivamente apenas 4 mais um terço, o povo teria dificuldade em levar em conta aquele terço e logo voltaria a 5 soldos, e dois terços de prejuízo a cada 5 montam a até 13%.

Muito pior, então, se a moeda fosse de baixíssimo valor, pois, como estas se espalham entre o povo mais humilde e, de modo geral, constituem o pecúlio particular dos pobres, se se deixar entrar uma quantia muito grande, torna-se perigoso e difícil proibi-las; se não se proibirem, dá-se a oportunidade aos que deste comércio

tiram vantagem de enviar uma quantidade maior, e, entre tais moedas, de levar para fora do estado as melhores, empobrecendo-o irremediavelmente. Com efeito, quando os mercadores e outros artesãos começam a não receber nenhuma outra moeda pela venda de suas mercadorias e de seus trabalhos a não ser esta de liga de pouco valor, ao ter que se munir de moedas de ouro e de prata para efetuar pagamentos de grande vulto e principalmente fora do país, são obrigados a pagar mais por elas, fazendo com que subam de valor e se sigam as tristes conseqüências que examinamos nos capítulos anteriores.

Quando a Polônia sofreu os danos já descritos causados pelas moedas de 1658, fabricadas pelo seu rei e por outros com a mesma impressão, já havia sido introduzida grande quantidade de certas moedas da Suécia de pouco valor, ditas *shillings*, quase de cobre puro, que se espalharam aos poucos desde os tempos da rainha Cristina, mas que foram trazidas em grande quantidade em 1656, quando os suecos conquistaram toda a Polônia, de maneira que já era impossível proibi-las sem correr o risco de turbulências populares. Foi então que os suecos, mesmo depois da paz, passaram tanto dos limites a ponto de dar *shillings* aos mercadores de Riga na Livônia à razão de 108 táleres por 100 moedas boas, isto é, de *ortje* velhos, que eram moedas de boa liga e tinham um valor intrínseco correspondente ao valor com que circulavam. Assim, os mercadores poloneses, atraídos pelo ganho apreciável de 8%, açambarcavam os *ortje* e, depois de tê-los convertidos em *shillings*, espalharam-nos pelo reino, até que, entre estes e a nova moeda régia, a Polônia ficou sem nenhum metal bom. E é bem provável que, além das casas da moeda régias da Suécia, outros ainda falsificassem *shillings*

por sua própria conta, uma vez que, mesmo sendo de qualidade superior como os outros, davam um lucro tão grande que seus fabricantes podiam dá-los à razão de 108 por cem moedas de qualidade superior.

Os holandeses, nas guerras dos três Filípes, reis da Espanha, falsificaram o bilhão da Espanha, ou seja, a moeda de pouco valor com a efígie daquela coroa, e encheram de tal forma Flandres e a própria Espanha de tais moedas, subtraindo-lhe as dobras e as peças de oito, que se pode dizer que mantivessem viva a guerra contra aqueles monarcas com o ouro deles próprios. E talvez tenha sido pior a guerra que lhes faziam com as moedas do que aquela que faziam com as armas. No tempo em que a França possuiu a Catalunha por algum tempo, uns quarenta anos atrás, quer pagasse ali seus soldados apenas com moedas de pouco valor, quer tivessem sido introduzidas pelos mercadores e toleradas pelos governantes, sabe-se que tais moedas eram praticamente de cobre puro, já que possuíam apenas 26 quilates de metal puro por marca, que não chega a ser 6,5 quilates por libra, e tinham uma impressão diferente daquelas que estavam na França, onde não eram aceitas. Por tal fato, só voltavam para a França moedas de ouro e de prata, e, assim, ela saqueou de tal forma aquele estado que quando a Catalunha voltou a ser submetida ao rei da Espanha era quase como um corpo sem vida, tão enfraquecido que ainda hoje se pode dizer não se ter feito de tal prejuízo.

Mas procuremos algum exemplo mais próximo, se bem que de um efeito não tão estrondoso.

Lembro-me que em 1653 foram introduzidas em Florença, onde eu morava, entre os quatrins de pouco valor que ali se chamam de “pretos”, outras moedas de fora,

particularmente os sesinos de Lucca e de Módena, pouco diferentes dos pretos em tamanho e cor. Parece que, nem sei como, os ministros responsáveis por tal comércio, aliás, sempre muito vigilantes, em tal ocasião cochilaram, de modo que, tendo-se já tornado comum a circulação daquelas moedas, aos pouco elas entraram em tão grande quantidade que, quando os ministros acordaram e aboliram seu curso, não cessou a grande gritaria, especialmente dos pobres, que não tinham quase outra coisa com que comprar o pão. Não é de admirar, no entanto, que tais moedas tivessem chegado em tão grande quantidade em pouco tempo, pois naquela época, em Módena, a dobra valia 25 libras, as quais, valendo a lira 60 sesinos, perfaziam 1.500 sesinos, e estes, levados para Florença e gastos como quatrins, como aqueles daquela cidade, também perfaziam 25 libras de Florença. Assim, valendo a dobra apenas 20 libras florentinas, resultava um ganho de 5 libras florentinas a cada dobra, ou seja, se obtinha um lucro de 25%, que bem podia ser compartilhado com os mercadores que tinham cooperado em tal operação. Mas como, desta maneira, em Módena, começou a faltar a moeda de pouco valor, a casa da moeda do príncipe supriu tal falta com a fabricação de mais moedas; quando, então, foram banidas de Florença, voltaram para o lugar de origem, onde se tornaram tão abundantes que elevaram o valor das dobras e das outras moedas de maior valor, com prejuízo geral e ganho apenas daqueles comerciantes de moedas que antes as haviam enviado para Florença com um lucro de 25% e agora as traziam de volta para casa. E como na Toscana já não tinham nenhum valor, tais comerciantes procuraram açambarcá-las nesta região também por dois terços do valor primitivo, e tiveram mais uma vantagem em tornar a trazê-las para casa.

Toda a Alemanha sofreu desagradáveis convulsões no comércio por causa dos táleres, dos *tymfen* e de outras moedas do tipo dos grossos e florins, fabricados em algumas casas da moeda daqueles príncipes com uma liga de menor valor do que tinha sido estabelecido nas Dietas Imperiais. Com efeito, esses táleres, introduzidos em grande quantidade em estados estrangeiros e misturados entre os táleres de maior valor, depois nas feiras encontraram tais dificuldades que, sendo recusados da mesma forma os ruins e os bons, os húngaros passaram a valer até 4 florins, os de 1656 e 1657, como costumavam valer quando eu me encontrava ali; e foi necessário baixar o valor dos melhores, em troca da moeda imperial corrente, a 3,5 florins: sinal de que mesmo na moeda do próprio imperador fora feita alguma alteração na qualidade da prata ou no peso. E visto que as moedas de muitos outros príncipes menores são de uma liga de menor valor ainda, algumas foram abolidas totalmente, outras reduzidas a um preço menor, e um táler, que valia 3 *kreuzern*, caso tivesse sido fabricado numa daquelas casas da moeda menores, não chega a valer mais do que 2,5 e assim as outras moedas. Mas como nas moedas imperiais o húngaro, nesse ínterim, passou de 3 florins a 3,5, ou seja, de 6 a 7, as receitas dos príncipes e os haveres dos cidadãos em moedas de prata diminuiram eles também de 7 para 6.

Logo, porém, que na Alemanha foram banidas as moedas piores e as outras taxadas em um valor menor, se viu aparecer grande quantidade dessas moedas na Itália e, de modo particular, nos estados vênéticos, em Brescia, Verona, no Friul e ainda em outros estados confinantes com a Alemanha, de onde, aos poucos, foram se espalhando por outros territórios; e embora tenham sido proibidas até

agora duas vezes pelo sábio poder público, no entanto, a autoridade do príncipe não prevaleceu senão por breve tempo à malícia de quem leva vantagem própria enviando para a Alemanha ducados e outras moedas em troca das de menor valor.

Mas, para conhecer um pouco o tamanho do prejuízo que acarretariam se se deixassem circular por mais um tempo, um único cálculo será suficiente para torná-lo evidente.

Grande parte dos táleres que, de poucos anos para cá, da Alemanha apareceram na Itália, pesam 7,5 quilates cada um ao peso de Veneza, de maneira que em uma marca se contam 153,6 táleres, e se tem 500 quilates de metal fino em cada marca, um pelo outro. Como se trocam a 5 soldos cada um, montam a 768 soldos. Assim, se 500 quilates de prata fina valem tanto, uma marca de prata fina, que é 1.152 quilates, é avaliada em tal moeda por cerca de 1.769,47 soldos vênetsos.

Se receberem em troca ducados vênetsos, estes pesam pela balança vêneta 110 quilates com uma redução de 200 por marca, pelo que cada um tem 90,9 quilates de metal fino, e trocados pelo preço de 6 libras e 4 soldos em conformidade com a avaliação do príncipe, a marca de prata fina valeria 1.571,47 soldos vênetsos. No entanto, vimos antes que a prata fina em táleres é avaliada em 1.769,47 soldos a marca, ou seja, há uma diferença de 198 soldos, que são quase 10 libras por marca. Dessa forma, se em cada 1.571,47 se tem uma redução de 198 soldos, negociando em táleres se chega a reduzir de 12,6% toda a prata em ducados vênetsos que vai para a Alemanha em troca de táleres, pois, considerando a troca de prata fina por prata fina, Veneza dá a sua prata fina contida nos

ducados por 1.571,47 soldos e a recebe contida em táleres por 1769,47 soldos, além do prejuízo que teria na refinação. Não é de admirar, no entanto, que os açambarcadores paguem o ducado mais de 6 libras e 4 soldos, tampouco se ele é elevado de valor até 6 libras e 8 soldos de Veneza sob os olhos do próprio príncipe, e até 6 libras e 16 soldos em Brescia. Com efeito, quem quisesse avaliar a prata fina do ducado no preço em que é avaliada a prata dos táleres, o ducado valeria pouco menos de 7 libras venezianas, e assim sendo, mesmo a um preço de 6 libras e 16 soldos, os mercadores têm quase 3% de lucro ao açambarcá-lo, e os alemães podem logo convertê-los em grande número de seus táleres para enviá-los para a Itália.

Mas se se derem a eles húngaros em troca, estes valem atualmente em Veneza 17 libras (e o preço é abusivo, já que segundo os editos deveriam valer apenas 15 libras e 10 soldos); pesam 64,5 grãos vênets e são de 23 quilates, ou seja, segundo o uso vênets, com uma redução de 48 por marca, um pelo outro, uma vez que há uns melhores e outros cujo valor foi bastante reduzido. Se, então, uma marca de 1.152 quilates tem uma redução de 48, os 64,5 grãos de um húngaro terão uma redução de 2,69 grãos aproximadamente, e, porém, terá de ouro fino 61,81 grãos; e como em uma marca há 1.152 menos 48 quilates, isto é, 1.104, que são 4.416 grãos, se 61,81 grãos valem 17 libras, uma marca de ouro fino valerá 1.214,56 libras. Mas, como já dissemos, uma marca de prata fina em táleres vale 1.769,47 soldos, que são 88,47 libras; assim, uma marca de ouro fino sai do Estado Vênets em troca de 13,72 marcas de prata, ao passo que, como também já dissemos, a proporção mais comum entre o ouro e a prata, nas praças da Itália, é de uma marca de ouro fino para aproximadamente 14,75 marcas de prata.

O que, no entanto, não é de admirar, uma vez que os húngaros são procurados e açambarcados por 17,5 libras e até por 18 libras cada um, porque, mesmo querendo avaliá-los em 14,75 marcas de prata em táleres para uma de ouro, o húngaro deveria valer 365,28 soldos, que são 18,26 libras. E assim se torna evidente que a introdução de moedas estrangeiras de baixo valor eleva o valor das moedas de ouro e de prata locais.

CAPÍTULO XV

ALGUMAS RAZÕES QUE PRODUZEM A ELEVAÇÃO DE VALOR DAS MOEDAS E OS DANOS JÁ DESCRITOS

Neste capítulo talvez não escreva coisa, entre aquelas que ocasionam a elevação de valor das moedas, que não possa ser facilmente referida a algumas das causas que foram expostas nos capítulos anteriores, mas não será inútil ir procurando também nos detalhes várias circunstâncias que, às vezes, estimulam os humores daninhos desta enfermidade, para compreendê-la teoricamente com maior clareza e, assim, poder aplicar na prática os remédios oportunos.

A guerra, entre outras coisas, raramente não é acompanhada pela elevação, aliás, perturbação de valor das moedas. Ludovico XI, em 1475, encontrou enormes dificuldades para fazer voltar ao seu justo curso as moedas da França, que, pelas guerras anteriores, particularmente as civis, estavam reduzidas a tamanha confusão que não restava, como diz François Gerrault em seus *Paradoxos das moedas*, senão o nome e a imagem das moedas, sem substância nem valor. Da mesma forma, por causa das guerras civis sob Henrique II e os reis seguintes, as moedas daquele reino se encontravam em tal desordem que nos Estados Gerais de Blois foi preciso debater longamente tal assunto mais do que qualquer outra questão ali tratada. No entanto, desordens maiores ocorrem sempre naqueles países em cujo território a guerra é combatida, mais do que naqueles onde é conduzida, porque parece que o estrondo dos tambores e das trompas, e muito mais o dos tiros de canhão, ensurdeça tanto todos os magistrados, com exceção daqueles que presidem à própria guerra,

que mesmo os superintendentes das casas da moeda não podem agir com a liberdade necessária, nem ser ouvidos pelo príncipe com a devida atenção. Pelo contrário, é exatamente em tempo de guerra que os banqueiros conseguem persuadir facilmente os príncipes com o conselho funesto de fabricar moeda com ganhos para o erário, pois os príncipes, coagidos pelas despesas gravíssimas, se agarram a qualquer coisa na qual vêem alguma possibilidade de juntar dinheiro.

O romanos, em apuros pelas guerras dos cartaginezes, num primeiro momento fabricaram os asses de duas onças, enquanto antes eram de uma libra; depois Fábio Máximo os reduziu a uma onça e Papírio chegou a reduzi-los a meia onça, o que não foi outra coisa senão elevar seu valor até 24 vezes mais do que antes. Mas eles puderam fazê-lo uma vez que quase não tinham nenhum comércio com as outras nações, e isso não ocorre nos dias de hoje. Hoje, pelo contrário, em tempo de guerra, os próprios falsários sentem-se mais fortes para fabricar moedas falsas, pois encontram menos dificuldades em pô-las em circulação, já que nos exércitos, entre muitos homens honrados, não apenas se encontra sempre alguém com pouca consciência, que concerta com os falsários a parte do ganho para unir-se a este tráfico indigno e respaldá-lo com a autoridade militar, mas há quem chegue a exercer ele próprio tal profissão, e, visando o lucro, avilta o título honrado de soldado.

Em tempo de guerra os cerceadores também afiam suas tesouras e aparam as moedas até o osso; e se quem deve recebê-las pegar a balança para pesá-las, com um *Boto a Dios*,³¹ rangendo os dentes e com cara feia, fazem

31 Em espanhol, no original. Antiga exclamação de ameaça.

com que as moedas, ainda que mutiladas, cheguem a circular contra a vontade de todos. Assim sendo, não saberia qual prêmio mereceria quem achasse a maneira de eliminar do mundo esta raça de falsários e cerceadores, e fazer com que não fosse mais possível falsificar ou cercear as moedas, já que até agora não foi suficiente que as leis saxônicas, assim como as vênetas, destinassem aos falsários a pena de serem queimados vivos, e que no Egito aos cerceadores se cortassem ambas as mãos, e hoje, em toda a Europa, uns e outros sejam condenados à ignominiosa forca.

A República Florentina, já naqueles tempos, prescrevia a fogueira aos falsários, de modo que seu poeta Dante introduz um Mestre Adamo, falsário de moedas, que, a pedido dos condes de Romena, tinha falsificado o cunho dos cequins florentinos, que, de um lado, tinham a efigie do lírio, e, do outro, de São João Batista; e faz que ele diga a Virgílio:

*Vejo Romena, onde eu falsifiquei
a liga cancelada do Batista,
e, pois, ao fogo o corpo meu votei.*

E um pouco mais abaixo, falando dos condes de Romena, diz ainda Mestre Adamo:

*Por sua culpa vim a este bolsão,
o florim lbe cunhando, desejado,
mas com quilates três de redução.³²*

32 *Inferno*, Canto XXX, vv. 73-75 e 88-90. Tradução de Cristiano Martins.

Mas o pior é que os próprios soldados elevam o valor legal das moedas melhores trocando-as quase à força a um preço maior, e encontram-se príncipes que não só toleram tal desordem, mas a autorizam, ao pagar eles também os ordenados dos soldados aos preços abusivos que têm sido introduzidos, atraídos pela vantagem que num primeiro momento trazem para o erário – com a consequência, no entanto, de sofrerem posteriormente uma perda bem grande com a diminuição das receitas régias, que é um efeito necessário da própria elevação de valor, como foi demonstrado no Capítulo XII. Assim, em 1605, os ministros do pontífice atribuíram grande valor ao cequim, pois tinham que pagar os soldados.

Não é bom que quem administra os fundos de guerra procure tirar proveito por esse meio, que é tão usado também em tempos de paz. Eu, porém, não desaprovo aquele príncipe que, com seu exército guerreando num país inimigo e tendo a expectativa de mantê-lo por muito tempo, se acautele fazendo circular entre os soldados moedas com um valor maior, porque, desse modo, ele prejudica seus inimigos. É preciso, no entanto, que ele procure preservar seus estados deste mal, fazendo com que aquelas mesmas moedas ali voltem com o justo preço, pois, caso contrário, facilmente teria um dano maior do que foi o ganho.

A melhor cautela, a meu ver, seria a de enviar para o país inimigo aquela espécie de moeda que é banida em seus próprios estados, como fizeram os franceses na Catalunha, para onde (como já dissemos em outra ocasião) enviaram moedas menos boas, com uma impressão diferente daquela que usavam na França, e com um ganho incrível, sem que depois os espanhóis, reconquistada

aquela província, pudessem mandar de volta para a França aquela calamidade ao proscrever tais moedas, já que na França não eram aceitas, ou eram até banidas. Assim sendo, todo o prejuízo foi sentido pela própria nação catalã, que não tinha outra moeda; e ainda hoje, quando já se passaram quarenta anos, aparecem grandes somas dessas moedas na Itália para serem vendidas a peso de cobre, com o que não se pode fazer outra coisa senão fundi-las em várias casas da moeda para fabricar moedas de baixo valor, não valendo a pena separar com o fogo aquela pouca prata que há, que não chega a um quadragésimo do total. Se, pelo contrário, os franceses tivessem impingido à Catalunha aquele mesmo bilhão que circulava na França, onde não podia ser recusado, este reino teria ficado repleto daquela moeda de pouco valor, com um prejuízo igual ao que causou à própria Catalunha.

Caso, então, um príncipe possua alguma província pobre e isenta das contribuições, da qual não se recompensasse nem de longe das despesas, se permitir que em tal país suas moedas sejam elevadas de valor, terá a vantagem de manter seus exércitos com gasto menor, uma vez que os soldados que gastam ali o escudo em tantos soldos quanto é o valor que lhe é atribuído, não reparam se as 30 libras que ganham, por exemplo, por mês, não perfazem senão dois escudos e meio, quando na sua casa perfariam 3. A esse respeito, porém, é preciso ter bem em conta que, assim fazendo, o príncipe diminui também as receitas que se conseguiam daquele país; e se os soldados não acharem justo o pagamento ou virem que não podem se sustentar, ele corre outros perigos, como ocorreu com a Polônia nos acidentes, já mencionados, de 1658 e em outros sucessivos.

Da mesma forma, freqüentemente o valor das moedas se eleva sem culpa de quem governa, mas unicamente por culpa dos estados vizinhos. Não é de todo impossível, mas muito difícil, impedir que esta enfermidade não se espalhe de um estado para outro como a peste, particularmente quando as melhores regras estão corrompidas num estado mercantil grande. Às vezes, uma certa deferência diplomática põe um freio à autoridade de um príncipe, que não tem a coragem de proibir em seus estados a moeda de um outro príncipe mais poderoso. Tal coisa pode acontecer particularmente em se tratando daquelas moedas que são fabricadas em muitas casas da moeda com o mesmo nome e com peso e material quase iguais, como são as dobras e os escudos.

Certamente, nem todos os escudos de Milão, Módena, Parma, Mântua, Roma e de outras casas da moeda da Itália têm a mesma qualidade superior, mas a diferença é pouca coisa. Pode ocorrer que um príncipe grande fabrique moedas com peso e qualidade inferiores aos de costume, e os outros que são seus feudatários ou lhe estão sujeitos por devoção não ousem proibi-las, de maneira que é mister que tolerem em seus estados a elevação de valor das moedas que necessariamente costuma se dar com a introdução das moedas de menor valor. Já dissemos que Carlos V, em 1540, fabricou os escudos de ouro de Castela e outros com qualidade e peso inferiores aos de costume; muitos foram os príncipes que o imitaram, fabricando-os, aliás, piores do que os de Carlos, apoderando-se, assim, do ganho que, sem esse expediente, teriam tido os ministros imperiais. Mas uns e outros viram as outras moedas elevar-se de valor, com prejuízo permanente de suas receitas.

Os estados que mantêm entre si um comércio contínuo e quase necessário deveriam estar sempre unidos e de acordo acerca do valor das moedas e mantê-las na justa proporção, caso contrário toda desordem que nascer num lugar influi no outro, com prejuízo do comércio. Não é de admirar, então, se mais de uma vez se travaram guerras mortais entre príncipes por causa das moedas, como quando Pedro IV de Aragão travou guerra contra o rei de Maiorca, por este ter fabricado moedas de uma qualidade inferior ao valor com que circulavam e infectado seus reinos. Os próprios reis de Aragão foram proibidos por Inocêncio III, com excomunhão, de fabricar moedas mais leves do que de costume, com prejuízo dos súditos; aliás, na própria coroação, aqueles soberanos juraram, entre outras coisas, não alterar as leis antigas referentes às moedas.

Muitas vezes ocorre também que um estado não pode banir as moedas de um outro estado, não por deferência a príncipes mais poderosos, mas para não perder um comércio sem o qual se reduziria à miséria. A Apúlia costuma enviar grande parte de seu azeite para Veneza, e é paga com moedas boas, porque nunca a Sereníssima República resolveu fazer qualquer alteração, por pequena que fosse, na qualidade e no peso das suas moedas. Mas se esse comércio fosse com algum príncipe que tivesse alterado a liga de seus escudos ou de outras moedas de ouro ou de prata, e quisesse usá-las com o valor das outras, poderia dar-se o caso de a Apúlia, pela contingência dos tempos, não saber a quem mais vender seu azeite e aceitar aquelas moedas com prejuízo. Mas se seus soberanos depois não tomarem medidas para que circulem com seu justo valor, tais moedas farão elevar o valor

das melhores, e os súditos, que não entenderão que aceitar assim aquelas moedas seja o mesmo que vender o azeite a preço muito menor, farão todo o possível para gastá-las pelo valor abusivo com que as receberam, com prejuízo público. O mesmo pode acontecer na Romanha e em outras províncias, que, desprovidas de comércio mercantil, não obtêm outro dinheiro a não ser pela venda dos grãos e de outros produtos da terra.

Mas acima de tudo as moedas elevam-se de valor toda vez que, por algum acontecimento, se altera a proporção universal entre o ouro e a prata, porque se, por exemplo, este ano vigorar a proporção de 1 para 14,75, e de repente chegar à Itália uma grande quantidade de prata e, ao contrário, só chegar pouco ouro, ou, vice-versa, se der a condição de enviar o ouro para o Levante com um ganho maior do que de costume, logo as dobras e outras moedas de ouro começarão a ter um ágio grande e a ser trocadas pelos mercadores por mais prata do que de costume, e, assim, aumentarão de valor em proporção às de prata, e se darão 15 onças e talvez mais por uma onça de ouro. E se as casas da moeda não mudarem a proporção entre suas moedas, conformando-as com a nova medida corrente entre o ouro e a prata, as verãõ elevar-se de valor sozinhas; e logo que estas começarem a subir, os açambarcadores lhes darãõ tal empurrãõ que elas se elevarãõ além da medida.

Nos tempos de Francisco I, a proporção entre o ouro e a prata havia crescido de tal forma em poucos anos, em razão da grande quantidade de prata vinda das Índias, que se em 1519 havia sido fixada à porcentagem de cerca de 11,8 de prata para 1 de ouro, já em 1532 todas as moedas de ouro tinham sido levadas para fora da

França, ficando em vez delas outras de prata. Assim, as de ouro se elevaram de valor e foi necessário, para fazer frente a desordens maiores, avaliar o escudo de ouro em 45 escudos torneses, enquanto antes valia apenas 40, e deixar no preço de antes as moedas de prata. A proporção passou a ser, então, de 13,16 de prata para 1 de ouro. Mas nos anos seguintes, tendo voltado a ser rebaixada pela chegada repentina de muito ouro, que fez com que se trocasse uma marca de ouro por menos prata do que antes, tal proporção foi reduzida de novo, em 1540, a 11,81 de prata para 1 de ouro. E como parece ser uma indolência comum a todos os príncipes não tomar providências no tocante às desordens das moedas até que não tenham multiplicado enormemente seu valor, foi preciso tolerar que uma marca de ouro, que antes, em moedas francesas, valia 147 liras ou francos, chegasse ao valor de 165 liras, 7 soldos e 6 denários, enquanto a prata valia 14 a marca. Ou seja, de 1519 a 1540, que são 21 anos, na França o valor das moedas aumentou de 147 a 165, que corresponde a mais de 12,25%.

Além disso, continuando as guerras civis, em 1575, sob Henrique III, o valor de uma marca de ouro fino, em escudos do sol, havia chegado a 222 liras, que, em apenas dez anos, são mais de 34,5%; e comparando os valores a partir do tempo de Luís XI, que exatamente cem anos antes a avaliara em 118 liras, até o tempo do acima mencionado Henrique III, quando passaram a valer 222, a elevação do valor das moedas, ou seja, o rebaixamento das liras imaginárias, foi de 88%. Atualmente, quando já se passaram mais de cem anos, o aumento já chegou a 200%, que é o triplo do primeiro valor, e até mais.

E por fim, a peste, a fome e toda outra desgraça geral de um estado, pelas quais ficam abaladas as outras

coisas, abalam também as moedas, pois em tais perturbações os açambarcadores, os falsários, os cerceadores e outros que têm como profissão pescar em águas turvas não perdem a oportunidade, e se valem das calamidades comuns para seu próprio proveito, tão mais impunemente quanto quem deveria castigá-los não pode, entre aquelas misérias, dedicar-se a isso, senão pouco intensamente e, às vezes, nem um pouco, estando absorvido nos males comuns.

Além disso, em tempos tão calamitosos, qualquer um que tenha créditos procura recebê-los da melhor maneira para poder usar o dinheiro, e, pelo contrário, o devedor procura desfrutar a necessidade do seu credor, oferecendo-lhe moedas de menor peso, ou ruins ou com um preço muito alto, de modo que o credor, forçado pela necessidade, recebe o que pode obter e faz todo o possível para empregar tais moedas pelo preço pelo qual as tem recebido. E como ao vender e comprar costuma acontecer que o vendedor é sempre mais necessitado do que o comprador, ele recebe as moedas ao preço que pode conseguir e procura gastá-las mantendo igual valor. Os que precisam de dinheiro, então, e tomam dinheiro emprestado a juro, mediante censos, aforamentos e contratos semelhantes para suprir suas necessidades naqueles tempos calamitosos, recebem o que quiser dar quem lhes empresta dinheiro a juro.

E quem dera que, além de pagar com moedas com peso menor e com preços mais altos do que o justo, não houvesse certas consciências insensíveis que em lugar de dinheiro vivo dão até roupas velhas de seus tataravôs, avaliando-as como se tivessem saído naquele momento do armazém do comerciante e estivessem na última moda:

coisas todas essas que elevam o valor das moedas, com o que diminuem as rendas públicas e privadas, as artes se deterioram e nascem os outros males muitas vezes mencionados.

CAPÍTULO XVI

SOBRE ALGUNS BANQUEIROS QUE, NAS PROPOSTAS QUE FAZEM
AOS PRÍNCIPES DE FABRICAR MOEDA, PENSAM EM SEUS
PRÓPRIOS INTERESSES E FAZEM PARECER, FALSAMENTE,
QUE DE SUAS SUGESTÕES RESULTE UM GANHO
NÃO SÓ PARA O PRÍNCIPE COMO TAMBÉM PARA O POVO

É sentença de Platão, tão verdadeira quanto difícil de compreender sem uma atenta consideração, que não pode haver vantagem ou ganho entre os mortais que não seja ao mesmo tempo dano ou prejuízo para outros. Aquele mesmo grão que um tira da terra ao trabalhá-la, aliás, aqueles mesmos frutos que, nascidos espontaneamente, não se pode negar serem dom gratuito da natureza, ao passar para as mãos de quem quer que seja, já a primeira vez a este são úteis, mas a outro nocivos, porque se o primeiro não os possuísse, providenciaria seu sustento de outra maneira, útil a outra pessoa.

Ora, se o ganho de um é, então, perda de um outro, como os banqueiros poderão persuadir um príncipe de que suas propostas lhe facultam tirar proveito das moedas sem prejuízo, aliás com vantagem, para seus súditos? Não há dúvida de que os banqueiros se intrometem nesses negócios levados pelos próprios interesses, nem eles ousariam querer persuadir de que intervêm apenas por zelo ao bem público, sem ter em vista o proveito próprio. Ora, se além do seu próprio proveito querem que com seus planos ganhe também o príncipe, e se deve ganhar também todo o povo, sabem me dizer, por favor, quem há de sofrer o prejuízo oposto a este seu ganho? Os estrangeiros não, uma vez que o príncipe não pode obrigá-los a receber aquelas moedas a um preço

diferente daquele que eles querem, pois não são seus súditos. E aqui não estou falando de moedas para serem gastas tão-somente em países estrangeiros, como foram os timins espalhados pelos cristãos na Turquia, sobre os quais falamos antes, no Capítulo XIII, porque em tal caso é claro que o prejuízo recai sobre eles; mas estou me referindo às moedas que devem ser gastas no país do próprio príncipe e nos países limítrofes. Tal prejuízo o sofrerão os súditos, e se assim for, o próprio príncipe, pois todo o prejuízo do seu povo é sempre dele também.

Esse único argumento deveria bastar para fazer abrir bem os olhos aos príncipes e a seus ministros diante de propostas desse tipo, e tanto mais quanto mais “gordo” (como se costuma dizer) for o plano proposto. Grande coisa parecia, à primeira vista, a alguns de Milão, em 1674, o plano que propunha um fulano, de quem, embora tenha visto o nome em caracteres impressos, basta que conte o feito. Ele apresentava os desacertos das moedas daquele estado, no qual dobras com muito menos grãos tinham curso como boas, causando a elevação de valor das boas, não menos que das moedas de prata. Alegava, como causa preponderante dessas desordens, a grande quantidade de moedas de pouco valor, os sesinos, os quatrins e as parpalholas, entre as quais circulavam muitas falsas, e apresentava o cálculo da despesa da casa da moeda régia, que só para a fabricação dos sesinos e dos quatrins montava a 1.668.342 libras, que é, de fato, uma soma exorbitante, mesmo em se tratando do grande estado mercantil de Milão. Com efeito, em certos escritos sobre esse assunto, que li já faz tempo em Roma, encontra-se o relato de uma congregação de prelados e cardeais que, entre outras coisas, aventa serem suficientes 35 mil escudos

para os sesinos de Bolonha, Ferrara e Roma, e está dito que o fabricante de moedas de Roma naqueles tempos, em que era papa Inocência X, era obrigado a não fabricar mais do que 200 escudos por ano dessa moeda, como suplemento da moeda que fosse faltando. Seja como for, não há dúvida de que, no Estado de Milão, era grande a quantidade de sesinos, quatrins e parpalholas, multiplicada ainda pelos falsários.

O banqueiro propunha, então, abolir a moeda de pouco valor, deixando apenas uma pequena quantidade, oferecendo-se ele mesmo para retirá-las, assumindo todo o prejuízo, pagando as moedas boas daquela casa da moeda ao preço corrente, sem que quem as trouxesse tivesse de sofrer alguma perda, e dando-lhe em pagamento moedas boas de prata que iriam ser amoedadas, e ainda pagando as falsas ao preço do cobre. Eis um grande zelo pelo bem do povo, ao qual a moeda ruim era devolvida em moeda boa. E como circulavam as dobras com peso menor, esse banqueiro oferecia-se para retirá-las à sua custa até um prejuízo de 200 mil, para que não diminuíssem mais de 6 grãos cada uma, dando em troca metade dobras novas de peso justo e metade moedas de prata, também novas.

Podia-se querer mais? Ainda por cima, oferecia-se para pagar à Câmara Régia pela senhoriagem, ou ressarcimento, como dizem,³³ 200 mil libras, e fabricar 200 mil dobras com a qualidade e o peso habitual, e 500 mil filipes, também com a qualidade e o peso costumeiro. Merecia mais estátuas e incensos do que as que os romanos dedicaram a Mário Gratidiano por ter introduzido na casa

33 *Sarsigia*, em italiano antigo, que era uma concessão obtida para resgatar moedas de cunhos diferentes, ressarcindo-as pelo valor do metal que continham, a fim de unificar um sistema monetário.

da moeda os ensaiadores. Mas pedia em troca que lhe fosse permitido fabricar 2 milhões de escudos, que depois, com várias voltas e acréscimos, fazia chegar a 3 milhões, em moedas de prata de 20 soldos, de 10, 5 e 2,5, à razão de 4% menos que o peso e a qualidade do filipe.

A quem não considerasse com olhar arguto a relevância desta última condição – e pensasse apenas de modo geral que, ao querer fabricar moedas de prata tão miúdas, se gastava mais que fabricar filipes, e 4% não eram grande coisa, sobretudo em comparação com o prejuízo que ele assumia sobre a moeda de pouco valor e sobre as 200 mil dobras, nas quais tão-somente 6 grãos por dupla parecem importar mais que 4% – tal plano poderia parecer bom. E, com efeito, pouco faltou para que fosse aprovado, não fosse a prudência muito vigilante daqueles magistrados, e, de modo particular, do presidente das receitas régias, que encarregou o conde Lorenzo Taverna, então presidente da Magistratura das Provisões, de expor suas próprias reflexões.

De imediato, este cavalheiro, dotado de grande perspicácia, penetrou no cerne deste negócio e, descoberta a chaga, desvelou com seu relato muito sábio e, ao mesmo tempo muito enérgico, os mais sombrios recantos, mostrando como o prejuízo que o banqueiro alegava lhe advir ao retirar as moedas de pouco valor e as dobras com peso menor não era de maneira alguma tão grande como ele alegava, mas, pelo contrário, muito grande era o do povo na fabricação de 3 milhões de escudos naquela moeda com qualidade e peso 4% inferiores. E, ainda, embora pudesse se interpretar, sem uma melhor explicação, que a diminuição fosse de 8%, isto é, 4% no peso e 4% na qualidade, mesmo assim, posto que fossem 4% em

tudo, sobre o montante de 3 milhões eram 12 mil escudos. E, com efeito, não há nenhuma dúvida de que, com esses 3 milhões, se lotava de tal maneira o estado que não sobraria espaço no comércio para os filipes e as dobras; aliás, aqueles mesmos filipes que ele dizia querer fabricar teriam sido facilmente retirados por ele e amoedados de novo em moeda com 4% a menos, e, não sendo aceitas tais moedas fora do estado a não ser com seu justo valor, logo teria saído do estado o restante dos filipes e das dobras, com a necessária conseqüência de que no estado estas moedas teriam aumentado de valor na mesma proporção de 4%. E se tal coisa tivesse sido permitida, nunca mais se veria uma moeda dessas.

Outra conseqüência, então, seria a de que as receitas régias e as dos particulares diminuiriam para sempre 4%, e fariam o mesmo os capitais dos créditos anteriores a esta moeda, pois quem tinha um crédito de mil libras, recebendo-as nesta moeda, seria pago com 960 libras efetivas, ainda que nominalmente fossem mil, com as quais não depositava em sua caixa uma quantidade de prata que efetivamente valesse mil libras, mas 4% menos. Assim sendo, tanto cuidado para remediar as desordens das moedas iria acabar criando uma desordem pior ainda, porque, de fato, produziria a elevação de valor das moedas melhores, elevação que ele dizia querer impedir.

Quis dar este exemplo, uma vez que foi muito famoso na Itália e, ao mesmo tempo, porque aquela mesma pessoa chegou a propor um plano semelhante, de mais de 6 milhões, ao Reino de Nápoles; e ambos os planos foram derrubados pela inteligência sagaz e as reflexões sensatas do referido conde Taverna. Por outro lado, são muito poucas as casas da moeda na Itália, aliás, na Europa,

que não tenham recebido e, infelizmente, aceito, propostas dessa natureza, que abalam o comércio e arruinam os estados.

A casa da moeda de Roma, de muito tempo para cá, não havia mudado o valor de seus escudos e paulos, fazendo já 85 anos que o escudo valia 10 paulos e o paulo 10 baiocos; e a dupla da Itália, 30 paulos; a da Espanha, 31; e conquanto durante esse tempo, pelos baiocos e quatrins de cobre introduzidos por outras casas da moeda e falsificados, várias vezes teve de tomar providências e discutir os remédios, apesar disso sempre superou as dificuldades, porque tomou providências em tempo e porque nunca cuidou de ter ganhos, perdendo, aliás, todo ano, 900 escudos para pagar a fabricação, a manutenção das ferramentas e outras coisas às expensas do príncipe. O mesmo fez a casa da moeda de Florença. Não sei, no entanto, se nos Estados Papais poderão voltar à posição firme de antes, já que nestes últimos anos permitiram que circulasse todo tipo de moeda com peso menor ou cerceada, e deixaram gangrenar a ferida até o ponto em que está hoje, de modo que deve haver um prejuízo em torno de 3% ou 4%. Pelo contrário, as casas da moeda da Lombardia, e particularmente as dos Príncipes Sereníssimos, têm sofrido danos enormes por causa desses planos, que sob a máscara do bem público foram aceitos como sinceros, chegando ao ponto de, neste século, terem elevado o valor legal de suas moedas ao dobro de antes, e, conseqüentemente, reduzido suas receitas pela metade: prejuízo realmente enorme, que só poderia ser remediado dobrando-se os impostos. Mas o povo não iria querer nem poder suportar tal ônus, pois, tendo diminuído de muito o comércio em razão da própria elevação

de valor das moedas, não tem condição de pagar mais impostos.

Mas uma outra invenção tem sido praticada várias vezes pelos banqueiros, a qual tem produzido prejuízos gravíssimos. Nunca ou muito raramente eles propõem planos em que não estejam incluídas cláusulas de fabricarem, além das moedas boas, algum outro tipo, especialmente moedas de pouco valor, em que haja algum ganho para eles. Nas casas da moeda não se tem o costume de pesar com muita exatidão as moedas de pouco valor para que sejam todas iguais, pois seria muito trabalhoso ajustá-las como se faz com as de ouro e prata, mas é suficiente que, pesadas juntas diante do magistrado, que antes faz misturar bem o conjunto, numa libra haja aquele número que é fixado nos decretos públicos, de modo que as menores resultem compensadas pelas moedas maiores do que o normal. Uma vez aprovadas pelo magistrado, tais banqueiros apoderam-se das maiores para fundi-las às escondidas, e emitem apenas as pequenas voltando a fundir as outras; e ainda que o magistrado ordene que sejam levadas para o erário público, uma vez que estejam espalhadas entre o povo, o banqueiro vai juntando-as e escolhe para si as mais pesadas, para voltar a fundi-las ou para voltar a misturá-las com as pequenas caso precise voltar a exibi-las ao magistrado.

Perdoem-me os fabricantes de moedas honrados, pois não estou falando deles, mas relato o que muitas vezes foi praticado pelos indignos, que, com sua atividade pouco honesta, fazem com que a praça fique repleta de moedas com valor menor, que não alcançam o valor decretado, e oferecem, assim, uma ótima ocasião aos falsários de introduzir as falsas.

CAPÍTULO XVII

POR QUE RAZÃO EM TODOS OS ESTADOS SE VÊEM AS MOEDAS
AUMENTAREM E NUNCA DIMINUÍREM DE VALOR

Se o curso das moedas fosse como o dos rios ou das correntezas, não seria de admirar que, apesar de todos os diques ou barreiras que se construíssem para contê-lo, continuariam seguindo seu caminho. Mas por uns exemplos de 60 ou 80 anos atrás se vê que elas podem ser retidas desse curso e impedidas de aumentar de valor, como o foram na Toscana e nos Estados Papais de aproximadamente 1600 para cá, e de 1674 para cá pelos genoveses, que esperam, não sem razão, mantê-las no mesmo estado por muitíssimo tempo, vistas as ótimas regras que têm estabelecido e o cuidado com que as fazem observar. Aliás, aquela mesma força que as retém, que é a autoridade dos príncipes, às vezes chegou a fazê-las recuar uns passos, como fez tempos atrás em Veneza o cequim, que das 20 libras abusivas, em 1665, voltou a valer 16. Apesar disso, lê-se e observa-se que em todos os tempos e em todos os estados as moedas sempre têm aumentado de valor, e quando têm recuado um passo não demoram muito a avançar de novo.

Enquanto em Roma durou a tão louvada e tão odiada frugalidade antiga, pela qual, satisfeitos com o que lhes rendia a terra e os rebanhos, os romanos não procuravam mercadorias estrangeiras, e cônsules e ditadores eram afastados do arado para serem postos à frente dos exércitos, com poder supremo (decorrendo disso que muitas famílias romanas pertencentes à grande nobreza, como as dos Fábios, dos Lêntulos, Pisões, Cíceros e outros, derivaram o sobrenome do saber semear bem as

favas, as ervilhas, os grãos-de-bico e as lentilhas), as moedas não foram alteradas, e por 300 anos, a partir de Sêrvio Túlio, que as introduziu até a Primeira Guerra Púnica, a moeda manteve sempre a mesma qualidade e o mesmo peso, isto é, se mantiveram os asses originários de cobre, de uma libra cada um; mas depois, em razão das enormes despesas de tal guerra, foram reduzidos a duas onças, e, assim, numa só vez, a moeda foi elevada a um valor seis vezes maior do que antes.

Mal se passaram 60 anos e, como já dissemos em outro lugar, durante a ditadura de Fábio Máximo os asses foram reduzidos a apenas uma onça, e, em seguida, pela lei papíria, a meia onça; e posteriormente a um quarto de onça, segundo as diligentes observações que Willebrord Snell fez sobre várias moedas antigas, as melhor conservadas, e que ele relatou em seu opúsculo *De re nummaria*, várias vezes mencionado. O que não quer dizer outra coisa senão que, tendo sido elevadas de valor aquelas moedas, o último asse de meia onça valia tanto quanto valiam originariamente os asses de uma libra, ou, para melhor dizer, um asse antigo de uma libra já valia 24 asses dos novos, e foi assim que se começou a falar em moeda pesada ou originária, dizendo-se *gravis aeris* quando se referiam ao antigo valor, como nos dias de hoje, em Veneza, se diz “ao valor bom” ou “ao valor corrente”, valendo, o bom, um sexto a mais do que o corrente. Os denários romanos, então, que foram de prata e valiam 10 asses, e seus quinários de 5, e os sestércios de 2 asses e meio, conservaram este valor desde o ano de 484 de Roma, ano em que foram introduzidos, até 545, quando os denários foram elevados por Fábio Máximo também ao valor de 16 asses; o quinário, de 8; e o sestércio, de 4.

E conquanto mais tarde as moedas de ouro, denominadas soldos ou sólidos, a princípio fossem avaliadas em 25 denários de prata, depois, uma vez que no decorrer de vários séculos os denários foram se deteriorando e perdendo sua boa qualidade, passaram a valer mais; e, por fim, as coisas chegaram a tal ponto que, restando o nome imaginário de soldos, liras e denários, as moedas efetivas foram elevadas de valor, enquanto as imaginárias, conseqüentemente, se têm aviltado tanto que hoje não chegam a valer a milésima parte do que valiam antes. Com efeito, em muitos países, o denário não é senão um duodécimo de um soldo, e o soldo, atualmente, em vários países, não é mais de ouro ou de prata, mas de uma pequena quantidade de cobre, de modo que em Mântua e Parma a mesma quantidade de ouro que antes era contida num sólido dos antigos, que pesava um quarto de uma onça, vale mais de mil soldos, que são cerca de 12 mil denários.

Mas, se olharmos os séculos que conhecemos melhor, veremos que da mesma forma que em Veneza o cequim, de 1287 para cá, passou de 3 a 20 liras, em todos os outros países as diferentes moedas têm subido também notavelmente, e sinto não ter mais tempo nem meios suficientes para vir a saber quanto valia, ou quanta prata continha, um soldo francês por volta de 1318, nos tempos de Filipe, o Alto, porque com tal conhecimento talvez pudesse entender melhor a lei ou portaria, referida por Jean Bodin em seu pequeno tratado acima mencionado, com a qual aquele rei privava dos privilégios da cidadania a quem não possuísse na cidade uma casa de um valor de, pelo menos, 60 soldos. “Nós encontramos também”, diz tal autor, “umas portarias de Filipe, o Alto, acerca do direito de cidadania, com data de 1318, onde se diz que alguém que pretende obter o direito de cidadania

em outro lugar do Reino deverá adquirir uma casa no valor de 60 soldos de Paris.” Mesmo que naquele tempo as casas fossem de madeira ou de palha, é preciso de qualquer forma que um escudo de ouro valesse muito poucos soldos se com 60 soldos se podia comprar uma casa na cidade, ao passo que hoje um escudo de ouro vale 110 soldos. É verdade que, do descobrimento da América para cá, todas as coisas têm subido de preço de modo extraordinário, como demonstramos antes, mas, apesar disso, não resta dúvida alguma acerca desse relato isolado, nem mesmo se se dissesse que tal lei alude a 60 soldos de aluguel e não ao valor total, coisa que não está dita. Mas se assim fosse, seriam 5% de um capital de 1.200 soldos, que é ainda um valor pequeno para uma casa na cidade.

Para voltar, então, ao nosso assunto, é certo que as moedas têm sempre aumentado de valor e nunca têm diminuído, a não ser de pouco quando é um príncipe que as faz diminuir. E se tal fenômeno é efeito do comércio, como o é certamente, qual é a sua origem? De minha parte, considero que toda vez que a autoridade dos príncipes se contrapõe à força dos povos, ela não chega a prevalecer como se imagina. Os príncipes prescrevem o que lhes parece ser útil a seus estados, mas os povos cumprem as coisas em que não vêem um prejuízo para si com mais boa vontade do que aquelas em que cada um sofre prejuízo ou acredita passar a sofrê-lo; assim, em razão disso, os príncipes prudentes procuram evitar ordenar coisas que possam desagradar a todos ou provocar sublevações.

Toda alteração feita nas moedas acarreta um prejuízo pouco menos que geral, e já antes, no Capítulo XII, foram mostrados os danos que a elevação de valor das

moedas causa aos particulares e ao bem público. No entanto, o povo miúdo, que é a parte mais numerosa da população, se excetuarmos os mercadores, mais que enxergar a desvantagem, gosta, ainda que por falta de compreensão, de ver em suas mãos 25 escudos que, se antes valiam 9,5 libras cada um, ou seja, um total de 237,5 libras, agora, elevados a 10 libras cada um, vê que lhe valem 250 libras. Com o que é muito difícil persuadi-lo de que ele não ganhou aquelas 12,5 libras a mais, sendo comum entre os homens agarrar-se a coisas presentes e perceptíveis mais do que às distantes e difíceis de serem compreendidas sem um certo grau de especulação. Desagrada-lhe, portanto, ouvir um edito do príncipe que lhe reduza de novo a moeda ao menor valor de antes, pois vê diminuir o número de libras, ainda que imaginárias, que possuía antes, e, à maneira de um doente lamuriento, se deixa dominar mais pela repulsa ao amargor imediato do remédio do que se seduzir pela esperança da saúde.

Assim sendo, o descontentamento geral dos súditos muitas vezes põe um freio à autoridade dos príncipes, mesmo contra o bem público, e é a razão pela qual os príncipes, inclusive os mais absolutos, raramente puderam fazer as moedas voltar àqueles valores menores dos quais se tinham afastado abusivamente, como atesta Renerus Budelius,³⁴ o qual diz que, tendo sido tentada várias vezes tal redução na Alemanha e em outros países, sempre tem provocado ocorrências infelizes.

Mas nem mesmo o rebaixamento de valor das moedas é de todo vantajoso para os súditos, como pareceria

34 Nome latinizado de Reinier Budel, cuja obra *De monetis et re numeraria* é de 1574.

dever ser se pensarmos que de causas contrárias deveriam se produzir efeitos contrários. E para melhor entendermos tal coisa, examinemos rapidamente os prejuízos e as vantagens advindos da elevação de valor das moedas, deixando, porém, de lado, o proveito que disso tiram os açambarcadores que especulam, com dano público.

Da elevação de valor das moedas deriva um prejuízo para o príncipe porque suas receitas diminuem, o que constitui um benefício para os súditos, pois, muito embora não se dêem conta disso, seus impostos ficam aliviados. Por outro lado, deriva um prejuízo para o povo, pois quem recebe censos, foros ou arrendamentos em dinheiro vivo recebe menor quantidade de bom metal do que de costume; mas esse prejuízo fica dividido, já que os devedores ganham outro tanto pagando com menor quantidade de ouro. Deriva um prejuízo para o príncipe e para os súditos ao mesmo tempo, porque o comércio fica transtornado e as artes diminuem; e, nesse caso, o lucro que se perde vai para aqueles outros príncipes e estados que se beneficiam com a ruína do comércio dos primeiros. Assim, se as moedas voltarem ao valor anterior à elevação, o príncipe ressarce na mesma medida as receitas do seu erário, mas o povo fica prejudicado com os impostos; os credores recebem aquele tanto a mais de seus créditos, foros ou censos, mas os devedores levam novo prejuízo porque são obrigados a pagar mais metal pelo mesmo número de liras imaginárias, e o próprio comércio sofre novas perturbações, causando um novo prejuízo ao príncipe.

Com efeito, aquele comerciante que antes pagava o trabalho do tecelão de veludo 3 liras o braço, quando o escudo valia 12 liras, se o escudo voltar a valer 9 liras,

pagando o mesmo gasta um escudo por 3 braços de tecido, enquanto antes recebia 4 braços, com a consequência de que não pode enviar os tecidos para a França pelos preços de antes, tampouco persuadir o tecelão a receber menos como pagamento, já que este objeta não poder, também, gastar o escudo por um valor maior do que 9 liras. Deste modo os príncipes, para não criar descontentamento geral entre seus súditos e para não causar novos prejuízos, a eles e a si mesmo também, deixam de fazer voltar suas moedas aos valores anteriores, a não ser de pouco, e tal coisa faz com que as moedas, avançando sempre a largos passos a cada nova desordem e retrocedendo pouco por novas deliberações do príncipe, caminhem continuamente, se pode dizer, rumo à elevação de valor.

Muito mais claramente ainda enxergaremos a origem desse efeito se reconhecermos e examinarmos as causas principais da elevação de valor. Uma das causas principais dissemos ser a desproporção entre as moedas de ouro e de prata relativamente à proporção que comumente observam as principais casas da moeda. Suponhamos que num estado A se fabriquem moedas de ouro ou de prata de uma liga inferior ou mais leves do que de costume. Se forem estimadas como antes, de modo que, por exemplo, trocando tais moedas de ouro ao preço daquela estimativa, não entrem no valor de uma libra de ouro fino de tais moedas novas mais do que 14,25 libras de prata fina, as outras nações que, caso se regulem, como deveriam, pela praça de Gênova – que é, na Itália, o armazém de tais metais – fabricam suas moedas na proporção de uma onça de ouro para 14,75 de prata, aproximadamente, o que constitui uma diferença de cerca de 4% (e considere-se que nesta proporção de 14,75 está

incluída a despesa do transporte da prata e outras, que tornam mais caras as pastas dos metais em países mais distantes de Gênova), avaliarão a nova moeda daquele príncipe em conformidade com as suas. Assim sendo, os mercadores do país A não poderão enviar para fora tais moedas sem uma perda daqueles quase 4%, e, por isso, enviarão no lugar delas todo outro tipo de moedas velhas e estrangeiras, especialmente de ouro, já que todas estas outras moedas começarão a produzir um ágio e, posteriormente, a ser trocadas em seu país a um preço maior do que antes, aumentando de valor não apenas de 4%, mas mais ainda. E a razão de tal aumento maior advém da escassez do próprio ouro, por ter sido enviado para fora do país ou escondido pelos açambarcadores, que têm vantagem em pescar nas águas turvas daquelas desordens, pois, uma vez que o ouro tem um valor mais alto do que o devido, os estrangeiros o enviam de volta em troca de prata e, dessa forma, de uma desordem nascem cem, com o abalo de todo o comércio, prejuízo do príncipe e alarido do povo.

Que fará aquele príncipe em tal situação? Se quiser fazer voltar as moedas ao valor originário, se não for no começo da desordem, será muito difícil que consiga. Todos os ricos e, às vezes, seus próprios conselheiros e magistrados, que se vêem tendo em caixa 40 libras a mais a cada 1.000, são de opinião de que não se deva voltar a diminuir o valor das moedas, uma vez que têm em mente a perda de 4% do próprio dinheiro. Quem, por exemplo, tomou de alguém por empréstimo 6 mil libras daquele país e as recebeu num certo número de moedas quando valiam mais, ao restituiu-las deve acrescentar 4% destas mesmas moedas para perfazer o mesmo valor de 6 mil

liras, e lamenta aquelas 240 liras que perde. Quem paga arrendamentos, foros e aluguéis grita alto, porque deve pagar tantas moedas mais do que antes para cumprir suas dívidas. E quem quiser remir censos ou se desobrigar de aforamentos, não pode suportar sem pesar extremo ter de devolver mais do que recebe. E se, por ventura, o príncipe quisesse retomar para si aquela moeda de qualidade inferior e devolvê-la com a proporção e o valor originários, faria um ato de justiça devolvendo o ganho auferido com a primeira, sem dizer que, talvez, a despesa que agora precisasse fazer não lhe seria inútil, já que, desse modo, ele se livraria do prejuízo que suas receitas teriam para sempre.

Mas exemplos de tais resoluções são raros, e, nesse caso, não deixariam de se queixar os que tivessem guardado as outras moedas, particularmente as de ouro, que teriam aumentado de valor e que, agora, lhes pareceria terem baixado com prejuízo para eles. Em conclusão, a maneira mais fácil e mais prática que se encontra em tais conjunturas sempre foi fixar o valor das moedas ao curso corrente, ou diminuir apenas de pouco a elevação efetuada, e adequá-las com uma proporção melhor do que antes à praça matriz das outras casas da moeda, que é Gênova.

Eis, pois, que as moedas, por necessidade, aumentam sempre de valor, ou bem pouco podem diminuir, que era o assunto deste capítulo, em que julguei inútil enumerar, como poderia ter feito, as elevações de valor ocorridas de cem ou duzentos anos para cá em todos os estados da Europa, uma vez que, não servindo tal referência senão para demonstrar que assim acontece, cada um pode sozinho confirmar tal verdade em seu país e nos outros dos quais tem conhecimento.

CAPÍTULO XVIII

REGRAS GERAIS PARA AS CASAS DA MOEDA, A PRIMEIRA DAS QUAIS É QUE OBSERVEM A PROPORÇÃO MAIS COMUM ENTRE O OURO E A PRATA

Passemos, por fim, a expor as regras mais gerais, que são as mais necessárias para a condução das casas da moeda, a proteção do comércio e a conservação dos valores das moedas, examinando-as mais detalhadamente do que foi possível fazer nos capítulos anteriores, sendo tais regras como que a execução prática das teorias ensinadas.

A primeira regra, então, será que, ao estabelecer o valor das moedas de ouro e de prata, se deve observar a proporção que vige mais comumente num determinado lugar. O ouro e a prata são preços um do outro, como já foi demonstrado, e em conformidade com a diferente abundância de um e de outro se altera a proporção com a qual um se troca pelo outro; e tal coisa já foi demonstrada também. Assim sendo, toda casa da moeda deveria avaliar as suas moedas de ouro e de prata segundo a proporção que normalmente é observada nos preços da prata e do ouro não cunhados entre os mercadores daquele país, e que não costuma nunca ser muito diferente de um país para outro, se não forem muito distantes ou houver alguma circunstância particular que dê motivo para tanto.

A Espanha recebe seu ouro e sua prata da América, sendo muito pouco hoje em dia o provento desses metais das minas de seus reinos, que, no entanto, muitos séculos atrás eram tão ricas que rendiam à República Romana, só com a prata, 25 mil dracmas por dia, que equivalem a 142.578 marcas por ano, segundo contam Estrabão e Políbio citados por Budé, o qual iguala tal soma a pouco

menos de 1 milhão de escudos de ouro por ano em moeda moderna, e afirma terem sido ricas também de ouro, a ponto de, como conta Plínio, chegar a extrair de metal puro 20 mil libras por ano, quase todo das Astúrias, além da quantidade de ferro, cobre, chumbo e de todas as outras coisas que rendia aquela província, pelo que a Espanha naquele tempo foi para os romanos o que atualmente são as Índias Ocidentais para a Espanha. Ela deve, então, conformar as avaliações das suas casas da moeda com as proporções entre o ouro e a prata que se praticam em seus empórios e principalmente em Sevilha, que é a escala principal das Índias.

Também a Itália recebe, atualmente, a maior parte desses metais da Espanha, não obstante antigamente os possuísse em grande quantidade, segundo Plínio, que, ao falar das riquezas que os romanos traziam de outros países, afirma que “por uma antiga proibição do Senado a Itália foi poupada, de resto nenhuma terra era mais rica de metais”, e continua “ainda subsiste a lei censória dos Ictímulos referente às minas do território de Vercelli, das quais se extraía ouro, que proibia aos publicanos de empregar em tal trabalho mais de 5 mil homens.” Mas agora ela tem apenas uns resquícios desses metais e as esperanças, falaciosas mais que felizes, de encontrá-los em muitas partes em que aparece algum sinal. Assim, a Itália recebe tais metais especialmente da Espanha, conquanto não pouco ouro, ainda em húngaros, venha da Alemanha, pelo que deve conformar-se o mais possível com as principais proporções de Gênova, que se pode dizer ser o verdadeiro armazém dessas pastas de metais preciosos.

A Alemanha é ainda riquíssima de metais, e o imperador extraía de ordinário 2 mil táleres por dia, livres de

despesas, além do ouro, que era convertido numa quantidade considerável de húngaros, apenas das minas das cidades serranas da Hungria, em 1657, quando as visitei. Tanto uns quanto os outros, fabricados na casa da moeda de Kremnica, eram enviados uma ou duas vezes por mês para Viena. Além dessas, ele tem também outras minas na Boêmia e na Slezska, outras ainda na Steiermark superior e em outras regiões. E quanto aos outros estados da Alemanha, há minas muito ricas na Baviera, em quase toda a Saxônia e em outros estados. Assim sendo, a proporção entre o ouro e a prata talvez fosse diferente naqueles países, Deus sabe o quanto, da que vigorava em outras partes se a Alemanha não tivesse comércio com outros estados; mas, como o comércio com as outras províncias da Europa, como já dissemos, produz o mesmo efeito dos fluidos que se nivelam, segue que ela não pode deixar de acompanhar a proporção mais comum ou, pelo menos, afastar-se dela muito pouco, isto é, o tanto que é necessário para cobrir as despesas de transporte entre uma província e outra.

Com efeito, se, por exemplo, a prata valesse menos na Alemanha do que na Itália, de modo que por uma onça de ouro se obtivessem lá 16 onças de prata, os açambarcadores e os mercadores levariam ouro para lá para trocá-lo por prata com o propósito de trazê-la para a Itália, onde, já que por uma onça de ouro se obtêm apenas 14,75 onças de prata, eles vêm a ter um ganho de 1,25 onças de prata a cada onça de ouro, que corresponde a 8,5% ou mais. E ainda que, desses 8,5%, 3% ou 4% vão para o transporte, pagamentos de comissões ou porcentagens e outras despesas, mesmo assim sobra o bastante. Entretanto, se não houvesse um ganho maior do que aquele que comportam as despesas, não haveria tal comércio, e a

proporção entre o ouro e a prata na Alemanha seria pouco diferente da que vige na Itália.

Certamente, por causa de tal diferença, as moedas com as quais se efetuam pagamentos num e no outro país produzem um ágio, isto é, os mercadores chegam a pagá-las e vendê-las por uma certa porcentagem a mais. Se, por exemplo, na Alemanha o ouro é mais caro do que na Itália, trocando-se por mais prata do que aqui, e eu quiser que de Veneza seja pago para mim em Viena um valor de mil ducados em determinado número de húngaros, será necessário que pague os húngaros ao mercador de Veneza um tanto a mais do que seu valor originário, visto que em Viena os húngaros valem mais prata do que em Veneza; e, ao contrário, quem de Viena quisesse que lhe fosse feito um pagamento em Veneza de mil florins em determinado número de ducados, querendo pagá-los em Viena em húngaros, deverá pagar um ágio para os ducados, pois o húngaro vale menos prata em Veneza do que em Viena.

Pressupostas, então, todas essas coisas, torna-se evidente que a proporção entre ouro e prata não pode variar em toda a cristandade além de certa medida, mas, também, não pode manter-se de todo uniforme, pois pode variar a despesa do transporte das pastas dos metais ou das moedas entre um lugar e outro, porquanto a prata, com um valor igual a uma partida de ouro, tem um peso aproximadamente 14 vezes maior e um volume cerca de 25 vezes maior do que o ouro. De fato, o valor de 100 dobras, transportado em dobras efetivas, não chega a pesar 27 onças, e transportado em genovinas pesa 378 onças, e, por ser a prata mais leve do que o ouro na proporção de 4%, ocupa um lugar aproximadamente 25 vezes maior do que as 100 dobras referidas. Deve-se a

isso um custo de transporte maior, e, portanto, a proporção entre os metais pode variar em conformidade com a diferença dos transportes na Espanha, uma vez que, valendo a peça de prata um quarto de dobra e pesando 4 dobras, a proporção vem a ser de 16 para 1, aproximadamente; e a razão de a proporção ser em Gênova de 14,75, de forma que aqui a prata é mais cara do que na Espanha numa proporção de cerca de 8,5%, não é outra senão as despesas e os perigos maiores que há no transporte.

Vê-se, então, que, apesar de tamanha distância e do grande perigo dos piratas e outros infortúnios, o transporte não cria uma grande diferença na proporção entre esses metais, e menos haverá de criá-la entre as cidades italianas, e muito menos ainda porque, sem que os açambarcadores os tragam de propósito, o comércio de mercadorias por si só traz grande quantidade desses metais, particularmente para as cidades mais mercantis, que enviam para fora do país muito mais mercadorias do que aquelas que compram de outros países, como é o caso de Veneza, que compra muito pouco, especialmente da Lombardia, e vende muito, e, portanto, atrai para si grande quantidade de ambos os metais que os mercadores que mantêm comércio com ela lhe enviam sem custo a mais. Em razão disso tal cidade nunca deveria se afastar da proporção que vige na praça de Gênova, a não ser quando precisasse para a fabricação das suas moedas de um metal mais do que de outro. Mas a esse respeito peço ao leitor uma atenção mais aplicada do que de costume, por se tratar de matéria sutil, mas importante.

Se a proporção em Gênova estivesse a 14,75 e em Veneza se quisesse fabricar uma determinada quantidade de ducados ou de outras moedas de prata, e se quisesse, portanto, ter no país a prata suficiente para tal fabricação

sem ter de mandá-la vir às pressas de Gênova – pois nesse caso custaria demais –, poderiam fazer aparecer uma boa quantidade desse metal em não muito tempo avaliando as moedas de prata, quer as próprias, quer as de outros estados que aí circulam, algo a mais do que de costume em relação ao ouro. Ou então (o que seria a mesma coisa e com mais vantagem para o país), reduzindo um pouco o valor habitual das moedas de ouro, de modo que a proporção entre um e outro passasse a ser, por exemplo, de 14,50 para 1. Dessa forma, todos os mercadores das outras praças da Itália, todas as vezes que tivessem que enviar dinheiro vivo para Veneza, procurariam mandar prata e não ouro, como melhor demonstra o exemplo que segue.

Se em Veneza as dobras da Espanha valessem apenas 29 libras e 4 soldos e as genovinas 12 libras, a proporção entre os metais finos dessas moedas seria de 14,50 de prata para 1 de ouro; e se Milão fizesse a mesma coisa, obteria, fora o ganho que granjeia com os filipes (dos quais um dia haverá de pagar bem a vantagem conseguida), uma diferença de uma a cada 59 genovinas, o que não chega a ser 2%, e, assim, não poderiam, nem os milaneses nem os genoveses, mandar intencionalmente genovinas para Veneza para tirar o ouro e auferir um ganho de quase 2%, uma vez que todo o ágio iria para o transporte e pagamentos de porcentagens e outras despesas. Por outro lado, alguém, precisando enviar dinheiro como pagamento de mercadorias vênetas, ou querendo ir desses lugares ou de outros para Veneza por interesses particulares, enviaria mais prata do que ouro, porque 1.000 genovinas, que em Gênova valem 7 libras e 12 soldos cada uma, isto é, 7.600 libras, nas quais estão contidas 404,25 dobras, ou

pouco mais, em Veneza valem 12 mil libras, as quais, convertidas em dobras a 29 libras e 4 soldos cada uma, perfazem 411 dobras, ou pouco menos. Ou seja, esse tal obteria um ganho de um valor de quase 7 dobras, e mais prata do que ouro correria, como por força própria, em direção a Veneza.

Tal coisa foi conseguida com a resolução de 8 de julho de 1665, embora, a meu ver, com uma diferença excessiva, pois avaliaram tais moedas segundo uma proporção de quase 14,25 para 1, e se é verdade que chegou muita prata e durante alguns anos as moedas tiveram um curso regular, no final amadureceu com prejuízos evidentes o fruto de tão excessiva desproporção, que, juntamente com outras causas, tem ocasionado perturbações no valor de todas as moedas, como ainda se dá hoje. Com efeito, entre 14,25 e 14,75 há uma diferença que importa em cerca de 3,5%, de modo que, pelo grande do ganho, chegou tamanha quantidade de prata que, além dos muitos milhões de ducados fabricados com ela, se viam circular pelas cidades e pelo estado só quase genovinas, fato que tem provocado a elevação do valor das dobras de 28 para 30 libras; e como o povo, ao elevar de valor as moedas, nunca tem meias medidas, todos os outros valores têm ficado perturbados.

Tal expediente, porém, que consiste em alterar a justa proporção entre os dois metais ricos, atribuindo mais valor ao de que se tem mais necessidade para estimular sua afluência, conquanto seja o mais praticável e o menos caro para o príncipe, e, ainda por cima, constitua um prejuízo imperceptível, aliás, quase desconhecido, ao povo, não é, contudo, de todo inocente, pois, quem daquela cidade quiser mandar pagar a prata fora, paga um ágio ao banqueiro por tal diferença; e, a bem da verdade, não há

outra diferença entre as moedas que pagam ágio e aquelas que são avaliadas por mais do que é justo, a não ser que se possam considerar as moedas com ágio como moedas que tenham sofrido uma elevação de valor apenas aquela vez; as outras, sempre. O ágio das moedas, com efeito, é o verdadeiro prenunciador da elevação de valor geral das mesmas, aliás, ele próprio uma verdadeira elevação de valor particular, uma semente de desordens, que, deixada por muito tempo sepultada entre os livros dos mercadores, no fim prorrompe em abuso geral. E a esse respeito peço desculpa a quem lê se, para maior clareza, volto a repetir a exposição dos mesmos abusos, estendendo-me mais sobre os efeitos do ágio e da elevação de valor.

Ágio quer dizer, em língua toscana, comodidade ou vantagem que se obtém de outra coisa, do que provém *agiato*³⁵ e *star a suo agio*, que quer dizer “estar com toda a comodidade”. E daqui os mercadores tiraram o nome de *ágio*, e a expressão *pagar ágio* refere-se àquele tanto a mais que, ao trocar moedas, um deixa a um outro como preço da comodidade que lhe resulta ao possuir aquele tipo de moeda.

Quero transferir de Gênova para Bolonha 200 dobras que recebi de um crédito meu: se forem dobras de justo peso, que em Gênova valem 3.760 liras, em Bolonha passam a valer 3 mil liras; mas se eu as possuísse em genovinas, com um valor de 7 liras e 12 soldos de Gênova cada uma, seriam 494,7 genovinas, e pouco mais, que em Bolonha, na moeda desta cidade, por um valor de 6 liras e 4 soldos cada uma, perfazem 3.067 liras, de modo que, em genovinas, terei a vantagem de tais 67 liras.

35 Abastado.

Vou, então, a um mercador para trocá-las em genovinas, mas ele me pede um ágio de, por exemplo, 1%, que eu pago de boa vontade já que tais 30 libras serão em moedas de Bolonha e terei ainda 37 libras de lucro. Ora, quando num país começa a haver escassez de um metal em comparação com o outro, logo o metal que escasseia começa a criar ágio, isto é, a não ser dado pelos mercadores em troca do outro sem que quem o quer pague algo a mais por aquela comodidade que disso lhe advém.

O mesmo ocorre quando uma moeda for aceita com um valor maior relativamente às outras num determinado país. Por exemplo, se os ducados de Veneza forem avaliados de tal maneira em Bolonha e nos Estados Papais que se obtém um ganho dando-os a estes povos em troca de outras moedas, logo os ducados começam a criar ágio em Veneza, e os pagamentos são feitos com outras moedas vindas em troca dos ducados já enviados, e quem quiser enviar mais ou precisar para outros usos os procura e paga por eles algo a mais ao mercador. Enquanto tal pagamento se mantém entre mercador e mercador, tem o simples nome de ágio, mas, continuando por muito tempo, começa a ser trocado também nas despesas miúdas por aquele tanto a mais que o mercador exigia de ágio, e, assim, se torna elevação de valor da moeda, uma vez que ela já circula publicamente com aquele preço. Eis porque o ágio se pode considerar prenunciador da elevação de valor das moedas.

Das coisas até agora argüidas, vê-se claramente, então, que nem todas as casas da moeda podem observar dentro das devidas medidas, sem prejuízo, a não ser por uma quantidade pequena, a proporção geral entre ouro e prata. Com efeito, as cidades que não são mercantis e que podem obter dos outros estados pouco ouro e prata com

o comércio, não podem fabricar moedas com base nessas medidas senão com aquela pequena quantidade de ouro e de prata que chega à própria casa da moeda proveniente de objetos de prata ou outra coisa do país, ou, então, com aquele pouco que vai aparecendo nas mãos de mercadores. Que se tais mercadores tivessem em mãos alguma pequena quantidade de prata e ouro estrangeiros, e o príncipe quiser, para seu decoro ou outro fim, transformá-los em moedas próprias, ao pagar tais metais no valor e na proporção que vigem fora e dentro do seu estado, e querendo amoedá-los observando a mesma proporção, é mister que tire do próprio bolso todas as despesas de fabricação. Se quiser mandar vir as pastas dos metais e não possuir em seu estado mercadorias para dar em troca, convém-lhe mandar vir apenas um metal e pagá-lo com o outro, e fabricar moedas apenas com aquele. Mas se ele pagar o ouro com 14,75 de prata, e depois quiser usar suas moedas de prata com lucro, ou, pelo menos, cobrindo as despesas, precisa que faça valer uma moeda de ouro 14,25, ou, no máximo, 14,50 moedas de prata; e como fora do seu estado o ouro vale 14,75, necessariamente, apesar de qualquer seu decreto, todo o ouro sairá do seu estado, visto que seus súditos terão menos prejuízo pagando com moedas de ouro do que com essas suas moedas de prata, que, fora do estado, são avaliadas num preço menor. Assim, as moedas de ouro em seu estado, num primeiro momento, criarão um ágio entre os mercadores, e, posteriormente, terão uma elevação geral de valor; e o príncipe, com isso, ganha, inicialmente, de uma só vez, pouco ou nada, e agora terá para sempre um prejuízo em todas as suas receitas por um valor equivalente à elevação de valor. E junto com ele pioram todos os lucros e haveres de seus súditos.

A verdade é que fabricar moeda é a mais bela e a mais nobre prerrogativa do príncipe, porque mediante ela se difunde pelo mundo, durante sua vida e depois de sua morte, o nome, a efígie e a memória da sua grandeza e autoridade, de seus atos e seus pensamentos magnânicos, dos quais os reversos da moeda costumam dar testemunho; e por isso os que gozam de tal privilégio não devem privar-se de tal glória. Entretanto, não se pode pretender gozar de um tão belo reconhecimento de honra sem ter de pagá-lo, e, muito menos, se deve crer poder obter com isso uma vantagem em dinheiro, no que se enganam todos aqueles príncipes que, pensando diversamente, buscam ganhar na fabricação das moedas, e, por um pequeno lucro aparente, criam feridas ocultas, mas gravíssimas em suas receitas. Pois, caso não tenham minas próprias ou comércio tão grande que lhes traga de outros estados abundante metal amodável, nunca tirarão proveito da fabricação das moedas senão à custa da sua elevação de valor, a qual transforma, no final, o proveito em prejuízos maiores. Caso, então, algum príncipe se valesse de moedas estrangeiras para refundi-las e fabricar moedas novas, não poderia ter lucro senão quando as fabricasse com prejuízo próprio, ou outros príncipes as aceitassem por um preço maior do que seu valor e dessem em troca ouro ou prata de maior valor.

Além disso, a bem da verdade, os príncipes, mesmo que se valham das pastas de metais extraídos de minas próprias, não ganham outra coisa senão a vantagem de poder tornar comerciável aquele metal que, em pedaços, não teria comercialização tão pronta. Com efeito, se o imperador quisesse avaliar seus táleres, que ele fabrica na casa da moeda de Kremnica nas cidades serranas, em mais carantanos ou *kreuzern* do que de costume, nem por isso

teria um ganho efetivo, mas, pelo contrário, muito perderia em suas receitas e em seus impostos que são calculados em carantanos, como explicamos antes no Capítulo XII. E se o imperador Constantino permitiu, em sua *Lex prima de ponderatoribus*, registrada no livro X do Código de Justiniano, que seus povos pagassem seus impostos em ouro cunhado ou não cunhado pelo mesmo peso, não é por outra razão senão porque sua casa da moeda avaliava as moedas apenas por seu valor intrínseco, sem deduzir sequer as despesas de fabricação.

É mister, então, que os príncipes que não têm minas próprias, mais que ganhar, percam as despesas de fabricação, se não quiserem, por pequeno ganho, diminuir seriamente suas receitas para sempre.

O superintendente da casa da moeda de Roma é contratado e quase todas as despesas da casa da moeda são mantidas pela Câmara Apostólica, e é por isso que há mais de 60 anos o tostão vale 3 paulos; e o paulo, 10 baiocos; o escudo de prata, 10 paulos; e a dobra, 3 escudos. E não se tem mudado o preço porque o príncipe não queria ganhar com a fabricação, e, desta forma, acabou ganhando muito mais do que aqueles que, para tirar proveito, quiseram naqueles mesmos anos elevar o valor de suas moedas de 15 a 23 ou 24, e, assim, diminuíram suas receitas na mesma proporção. O mesmo tem feito a casa da moeda de Florença, que nunca ganhou com as suas moedas senão pouca coisa em determinadas ocasiões, com base mais em acontecimentos fortuitos do que no curso ordinário das moedas, como quando, em 1660, refundiu as dobras vindas da França a título de doação da grã-duquesa, porque, convertidas em dobras de Pisa, davam um lucro não me lembro se de 1% ou 0,5%, o que não lhe teria sido possível ganhar se tivesse que mandar vir

da França, para tal finalidade, aquele ouro, pagando-o com outra moeda, uma vez que aquele pequeno ganho, de 1% ou 0,5%, teria ido para o transporte, remunerações e outras coisas.

Mesmo a casa da moeda de Bolonha, com o pagamento do superintendente, do local, dos instrumentos, do cunhador e de outras despesas, é mantida pela caixa pública do Senado, que não procura outro ganho senão a honra que todo o mundo dispensa às casas da moeda bem administradas. Assim, se as casas da moeda de Roma, Florença e Bolonha não tivessem transigido com outros abusos, como os de deixar circular moedas estrangeiras com um valor maior do que o devido, ou de aceitar como boas moedas com peso menor ou cerceadas, teriam durado tranquilamente muitos anos e séculos a mais sem elevar o valor das moedas e sem as confusões que agora, infelizmente, ali se sofrem quase sem remédio.

A casa da moeda de Veneza tem obtido muitas vezes ganhos consideráveis com o cequim do Levante, não porque o avaliasse mais do que o devido em seus estados, mas porque outras nações pior administradas o estimavam mais do que o devido; e quando uma casa da moeda tem tais conhecimentos, pode se valer deles, mas precisariam muitas e avisadas cautelas, a respeito das quais falaremos logo adiante.

CAPÍTULO XIX

SEGUNDA REGRA: CUNHAR METAL O MAIS FINO POSSÍVEL

Que seja congênito e natural a todos os homens amar a perfeição em todas as coisas e apreciar mais, em cada espécie, as menos imperfeitas, é o que nos ensinou em vários momentos Platão, em suas obras divinas; mas com mais evidência ainda nos instrui sobre isso a que foi mestra do próprio Platão, a experiência. No tocante às moedas, sempre foi tão grande e geral entre os homens o apreço das mais perfeitas e puras em seu metal que nunca teve curso e boa reputação em muitas nações e por muito tempo continuamente uma moeda que não fosse perfeita quanto à qualidade do metal de que era composta.

Antigamente, os dárlicos de Dario, rei da Pérsia, e os filipes de Filipe, rei da Macedônia, foram moedas famosíssimas, recebidas por todas as nações já que eram compostas de ouro finíssimo. Os ariândicos do Egito, fabricados por Ariande, governador daquela província, para Cambises, rei da Pérsia, foram igualmente famosos por serem de prata finíssima, ainda que custassem a seu autor a perda do governo por tê-los fabricado sem a autorização ou permissão do seu soberano. Da mesma forma, os manuelados da Grécia, fabricados pelo imperador Manuel, por longo tempo tiveram renome e fama por todo o Império do Oriente e mesmo fora dele, já que também eram de ótima prata; e os soldos torneses, ou seja, os *tournois* franceses, cunhados pela primeira vez, segundo Bodin, pelo rei Luís, o Santo, não apenas tiveram semelhante acolhimento na França, mas, aos poucos, em toda a Europa, a ponto de se ter tornado comum falar em torneses em todas as nações deste reino, e de ter

ficado tal nome no reino de Nápoles, onde passou a denominar a moeda de um modo geral, assim como em outros países se diz ter soldos ou quatrins.

E deixo de falar dos contratos feitos por várias nações em grossos torneses, como a aliança dos suíços com os bernenses, pela qual estabeleceram dar para cada soldado um grosso tornês por dia, pois para saber mais bastará ver a Constituição do papa Bento XII (no Capítulo Primeiro, *Extra de censibus et exactionibus*), onde todas as contribuições eclesiásticas são fixadas em grossos torneses, estabelecendo no final sua qualidade e valor com estas palavras: “Daqui em diante, entendemos que tais torneses tenham tal valor que 12 deles valham um florim de ouro, de boa qualidade, puro, com um peso legal e de cunho florentino.”

É de se notar que, tendo-os chamados inicialmente de torneses de prata, tal Constituição expressa depois seu valor em ouro, nos florins de Florença, de ótima qualidade e peso justo, porque de fato, como vimos antes no Capítulo Quinto, o ouro é o preço da prata, assim como a prata, ao mesmo tempo, é preço e medida do ouro. Segundo Bodin, esses torneses eram de uma qualidade de 11,5 onças a libra e uma dracma de peso, e o florim de Florença era, ele também, de uma dracma de peso e da qualidade de 24 quilates, ou seja, naqueles tempos, uma onça de ouro fino valia 11,5 onças de prata fina. Mas mesmo o florim de ouro, assim denominado por ter sido fabricado em Florença, com, num lado, a effigie de um lírio, emblema daquela república, e do outro, São João Batista, protetor da cidade, foi, naquele tempo e ainda depois, tão geralmente apreciado e aceito, se pode dizer por todo o mundo, que se guardou seu nome em muitas nações, na Itália e fora dela, e ainda hoje se calculam os

valores em florins na Alemanha, Polônia e outros países, embora a qualidade deles, pela costumeira enfermidade das moedas, tenha degenerado, pouco menos do que o antigo soldo, que antigamente era de ouro e atualmente é uma moeda de cobre, entre as mais vis.

Mas mais do que em todos os outros exemplos, é no cequim de Veneza que se manifesta a estima em que o mundo tem as moedas de feitura finíssima. Este começou a ser fabricado em 1284, com um valor de 60 soldos venezianos, que, no entanto, naquela época eram soldos e meios-soldos de prata fina, e não de cobre como agora. E a respeito disso se pode observar quão verdadeira é a consideração que fiz no capítulo nono, de que quando se diz comumente elevar de valor as moedas deveria se dizer mais propriamente diminuir de valor a moeda de pouco valor ou a moeda imaginária. Se, com efeito, tivéssemos agora 60 soldos com o peso e a boa qualidade daquele tempo, não se afastariam do valor de um cequim senão aquele tanto que comporta a variação da proporção entre ouro e prata, a qual, então, era de 11,5 aproximadamente, e hoje é de cerca de 15 para 1, de modo que, ainda hoje, o cequim continuaria valendo aqueles mesmos 78 soldos. E, no entanto, ele vale muitos soldos a mais, já que equivale a 400 soldos, pois os soldos, aos poucos, têm diminuído tanto de valor que só podem ser fabricados de cobre.

Mas, para voltarmos ao nosso assunto, os cequins venezianos tiveram imediatamente, por serem de ouro fino de 24 quilates, tão grande crédito em todas as províncias e regiões que se espalharam não só por todos os lugares em que os venezianos comerciavam, que eram a Itália, a Grécia e todo o Império do Oriente até a foz do Don,

denominado antigamente La Tana,³⁶ e por toda a Anatólia, a Síria e o Egito, mas também passaram a ser apreciados e usados até aonde naquele tempo nem os cristãos chegaram, aliás mesmo em países que eram de todo desconhecidos pelos nossos geógrafos, como as Índias Orientais, que foram descobertas apenas uns cem anos depois. E tal coisa se sabe porque Vasco da Gama, o primeiro descobridor delas, ou seja, o que foi o primeiro a ousar circunavegar toda a África, tendo superado o Cabo da Boa Esperança, quando percorreu as ilhas famosas, mas a nós até então desconhecidas, das Especiarias, ditas Molucas, viu que entre as moedas de Calicute circulavam os cequins venezianos. E Niccolò Conti, vêneto, no relato de suas viagens, conta que cequins venezianos circulavam no seu tempo por toda a Índia, o que não é de admirar, uma vez que os venezianos pagavam com eles as especiarias que compravam em Alexandria do Egito, aqui trazidas pelo Mar Vermelho pelos árabes, que, por sua vez, as recebiam de mercadores indianos.

Tavernier, no relato de suas viagens, conta que ainda hoje circulam por toda a Índia não apenas os cequins vênetos, mas também os húngaros da Alemanha, e são usados por peso, como se faz em Veneza; e devem pesar 9,43 vals e equivalem a 9 mamoudis e 3 pechas (que são nomes de suas moedas). O cequim veneziano, por ser o mais perfeito de todos, valia duas pechas a mais, isto é, 9 mamoudis e 5 pechas, mas eis que, tendo sido introduzidos uns de qualidade inferior, fabricados sem dúvida em outras casas da moeda que, a fim de ganho, quiseram imitar o cunho – o que, infelizmente, está sendo

36 Na Itália. E no tempo de Montanari, Tanai.

praticado também nos dias de hoje –, foram desvalorizados, de forma que, agora, têm curso igual ao dos húngaros; e, no entanto, sabe-se que a República de Veneza não alterou minimamente as antigas leis acerca da pureza do seu cequim, mantido sempre com a ótima qualidade de 24 quilates.

Em nossa época, os húngaros são levados para aqueles países, em parte, via Polônia e Rússia, pelos mercadores que, atravessando o Mar Negro, vão a Trebizonda e, de lá, a Erzerum, de onde passam para a Pérsia, e, posteriormente, em razão do comércio, para as Índias; outros vão da própria Hungria para Constantinopla, e daqui, espalhados pela Turquia, são levados também para a Pérsia pelos mercadores, com as caravanas que para lá se deslocam de várias partes daquele império e que transportam também cequins, que continuamente chegam à Turquia vindos da Itália, e sultânis, provenientes do Cairo; outros, ainda, são levados pelas caravanas do Egito, que, atravessando os desertos da Arábia, vão comerciar em Basra, no Golfo Pérsico, onde entram navios persas e indianos com várias mercadorias. As dobras de qualquer nação, pelo contrário, só são aceitas nestes países como peças de ouro, de modo que quem as leva para lá e quer obter dinheiro deve entregá-las às casas da moeda, onde, depois de refundidas e se ter comprovado sua composição, lhe são pagas segundo o peso e a qualidade conferida, já que as dobras não possuem a pureza do cequim e dos húngaros, apreciada por todos.

Mas as razões pelas quais as moedas de maior pureza são tão bem aceitas no mundo inteiro tornarão mais evidente ainda a necessidade de assim fabricá-las, para maior vantagem da casa da moeda; e as principais são duas. A primeira é que, quanto mais puro é o metal, tão

mais difícil é falsificá-las, não só porque qualquer pequena quantidade que haja de prata ou de cobre muda sensivelmente a cor, mas também porque um cequim e um húngaro de ótima qualidade facilmente se dobram com as mãos, sendo todo metal puro muito mais dócil e fácil de ser dobrado, enquanto a mistura o torna duro e inflexível. Da mesma forma, o estanho e o chumbo, ambos flexíveis e moldáveis com o malho quando são puros e estão separados, ao serem misturados formam o peltre, mais duro de dobrar e mais fácil de rachar sob o malho. Ocorre o mesmo com o cobre, que quando é puro é tão fácil de ser trabalhado com o malho que se fazem com ele vasos lindíssimos, mas por menor que seja a quantidade de estanho que lhe for misturado torna-se rígido e inflexível, e é por isso que não é com outra mistura que se fazem os objetos de bronze e os espelhos, antigamente ditos de aço.

Em resumo, toda mistura de metais tira-lhes flexibilidade, efeito realmente admirável, para o qual aponte alguma causa física muito provável (se não estiver errado), relativamente aos vidros temperados, na carta que escrevi, já faz muitos anos, ao grão-duque Ferdinando II, de gloriosa memória. E é por causa de tal rigidez que os escudos de ouro, ditos meias-dobras, quebram antes de se deixar dobrar; assim, o povo e outras pessoas que não têm prática suficiente para distingui-los pela cor ou por comparação, pela facilidade de se dobrarem logo reconhecem os perfeitos e de boa qualidade. Advém disso que, embora o cequim tenha despertado em muitos a cobiça de falsificá-los, nunca, porém, puderam acrescentar mais liga do que aquela que contêm os húngaros, que são, uns poucos, de uma qualidade de 23 quilates, e a maior parte de uma qualidade melhor, pois se houvesse uma

mistura de mais de uma vigésima quarta parte não se poderia dobrá-los. Pelo contrário, as dobras de qualquer princípio foram falsificadas tantas vezes e de tal maneira que algumas não chegaram a conter sequer a metade do ouro devido, mas com uma cor semelhante obtida por artifícios detestáveis, pois, ainda que não se possa imitar a cor do ouro mais puro, pode-se chegar perto à das dobras comuns.

A segunda razão do maior crédito e valor das moedas de melhor qualidade é o uso que se pode fazer delas em muitos trabalhos para os quais não é adequado o metal que contém mistura. A grande quantidade de ouro que se estende em folhas para dourar ornamentos de estuque, madeiras e outros enfeites das igrejas, casas, carruagens e outras coisas é de metal finíssimo, pois, se assim não fosse, pela rigidez não poderia ser estendido em folhas necessariamente muito sutis, e o bate-folha, se não tiver cequins perfeitos para bater, é obrigado a refinar as outras moedas antes de se valer delas em seus trabalhos, elevando assim os custos de fabricação. O mesmo se deve dizer do ouro que é usado pelos ourives para dourar objetos de cobre e de prata, pois quando não é finíssimo não produz na laboração aquela cor especial que vemos particularmente nos belíssimos dourados de Augusta.

A mesma razão vale, porém, também em se tratando de moedas de prata. As genovinas, as antigas peças de oito, os escudos de prata de Florença e de Veneza são de uma prata tão bela e de brancura tão límpida que dificilmente a arte dos falsários consegue enganar os olhos pelo menos dos experientes e entendidos. A mistura com o cobre deixa transparecer em pouco tempo a cor avermelhada deste, a com o estanho diminui-lhes o peso, a sonoridade e a vivacidade da cor; e qualquer outra coisa que

se tenha misturado para encobrir a fraude em pouco tempo vem à tona, isto é, logo que a superfície fique desgastada pelo uso. Por tal razão, vemos mais freqüentemente falsificar as moedas de prata de menor valor dos príncipes da Lombardia do que os tostões e os paulos da Igreja e da Toscana, mais os ducados venezianos do que os escudos e os ducados da mesma casa da moeda, sendo verdade que é mais fácil falsificar o menos bom do que o que é perfeito.

Tampouco esta norma que eu proponho como muito útil às casas da moeda, de fabricar suas moedas com o maior teor de pureza possível, é uma regra ou observação nova, pois ela foi conhecida e observada, aliás estabelecida por lei, desde a Antiguidade. Foi estabelecida pelos próprios romanos em sua melhor época, e pelos próprios imperadores, pois se encontram moedas de ouro do tempo da República todas finíssimas, com exceção de umas poucas falsificadas, e lemos que o ditador Cornélio Sila, mediante a lei denominada “Cornélia”, e Augusto, mediante a lei “Júlia”, obrigaram os triúnviros das moedas a bater ouro fino. O ouro das moedas de Vespasiano foi avaliado em Paris no tempo de Bodin e era de tal pureza que, ao ser purificado com uma mistura de sais de alta qualidade, não chegou a perder, ao todo, mais do que $\frac{1}{780}$, o que é pouco mais de meio grão por onça; quantidade imperceptível e que é gasta na própria fundição.



Retrato de um negociante de moedas (1538).
Atribuído a Dosso Dossi. Budapeste, Szépmvészeti Múzeum.



Cinco dobras (1649). (anverso)
Emitida por Carlos II, duque de Mântua.



Cinco dobras (1649). (reverso)
Emitida por Carlos II, duque de Mântua.



Tostão (1553). Margarida e Guilherme, duque de Mântua.

TÁBUA DE MOEDAS, PESOS E MEDIDAS*

ANGEVINO – Minúscula moeda de prata cunhada antigamente pelos bispos de Metz.

ARIÂNDICO – Moeda de prata mandada cunhar por Ariande, governador do Egito, para Cambises, rei da Pérsia (529-522 a.C.).

ARRÁTEL – Antiga unidade de medida de peso de origem árabe, com um valor variável entre 0,78 e 0,89 kg, dependendo do lugar.

ASPRE – Antiga moeda de prata nos países muçulmanos. O nome foi usado em seguida para designar a menor moeda turca de prata (equivalente à vigésima parte da piastra) que, com a progressiva diminuição de valor da piastra, se tornou moeda de cobre, e, finalmente, moeda nominal. Foi imitada pelos estados que mantinham relações comerciais com o Império Otomano, como Veneza e Gênova.

ASSE – Unidade monetária da série brônzea romana. Originariamente correspondia à libra (327,45 g); também denominadas *ás*.

ASSE QUADRANTAL – Equivalente a um quarto de uma onça.

ÁUREO – Moeda de ouro romana cunhada a partir de 49 a.C.

BAIOCO – Nome que aparece a primeira vez no século XV para designar uma moeda de prata cunhada na Itália do Sul, com um valor de 12 denários ou de um soldo, à imitação do grosso bolonhino; sucessivamente, moeda de igual valor cunhada em Roma corrente nos Estados Papais. Com o aumento do valor da prata, foi progressivamente diminuindo de peso e qualidade, até chegar a ser moeda de cobre em 1602. Assim, na linguagem popular assumiu o significado de “moeda de pouco valor”.

* Como já muitos nomes estrangeiros de moedas, pesos e medidas passaram a fazer parte do vocabulário português, preferimos apontar os que não se encontram no dicionário, mas que são facilmente adaptáveis à nossa morfologia. Os poucos que julgamos ter de ficar no original estão em itálico. (N. T.)

BESANTE – Moeda de ouro ou prata usada em Bizâncio, que teve curso em diversos países e regiões da Europa no final da Idade Média; também denominada *bizâncio* ou *bizante*.

BEZZO (pl. *bezzi*) – Moeda veneziana de prata, que em 1497 valia 6 denários e meio, e sucessivamente menos, pela diminuição de peso. O nome deriva do termo alemão *Batz* ou *Betz*, que era uma moeda da cidade de Berna, com um urso por emblema.

BIOLCA – Antiga medida italiana de superfície equivalente ao trecho que o camponês podia arar num dia com um par de bois.

BILHÃO – Moeda de cobre para trocos; também designada *belhão*, do francês *billon*.

BOLONHINO – Moeda cunhada em Bolonha a partir de 1191, por concessão imperial, até 1612, antes com o nome do imperador gravado, depois dos vários senhores da cidade, e, finalmente, com a efígie do papa.

BRAÇO – Medida de comprimento correspondente a pouco mais de meio metro, com leves diferenças nas diferentes cidades, muito usada antes do uso do sistema métrico decimal.

CANA – Antiga medida italiana de comprimento, de valores diferentes nas diferentes cidades.

CARANTANO – Nome italiano do grosso tirolês; nome dado no reino Lombardo Vêneto ao *krenzer*, moeda austríaca de cobre do valor de 4 *pfennige*.

CARLINO – Originariamente, moeda de ouro ou de prata, emitida por Carlos I de Anjou em 1278, no Reino da Sicília, onde continuou a ser fabricado com modificações e variações de valor. Posteriormente, o nome passou a indicar moedas do reino de Sabóia e dos Estados Papais, com o valor de uns poucos centavos.

CAVALLOTTO – Moeda de prata ou de mistura, cunhada na Itália do Norte entre os séculos XV e XVI, assim chamada

porque levava impressa a efígie de um santo ou de um personagem a cavalo.

CEQUIM – Denominação usual do ducado veneziano depois do século XV. O cequim teve grande difusão na Europa e no Oriente, onde era considerado a melhor moeda de ouro. Chamaram-se cequins também outras moedas de ouro cunhadas em muito outros estados italianos e europeus.

DÁRICO – Antiga moeda persiana, de ouro ou de prata, cunhada por Dario I, com a efígie de um rei ajoelhado, com arco e dardo.

DENÁRIO – Antiga moeda romana de prata em sistema decimal. Originariamente, valia 10 asses, mas várias reformas monetárias, particularmente a de Nero e de Diocleciano, diminuíram progressivamente seu valor. Com este mesmo nome foram cunhadas moedas em vários países ocidentais, em tempos diferentes e com diferentes valores. Também antiga unidade de peso nas cidades italianas, equivalente à vigésima quarta parte de uma onça.

DIDRACMA – Dracma dupla.

DOBRA – Moeda de ouro espanhola emitida por Afonso XI de Castela (1312-1350), à imitação da dobra mourisca, moeda de ouro cunhada a Almería, no reino árabe de Granada. Também moeda italiana: o nome foi usado pela primeira vez provavelmente pelos ducados de peso duplo fabricados por Galeazzo Maria, duque de Milão (1466-1476). Continuou a ser emitida até o século XIX, especialmente em Parma e Roma.

DOBRÃO – Moeda de ouro espanhola que valia duas dobras, cunhada a partir do século XV. E tiveram o mesmo nome também moedas análogas de estados italianos no século XVII.

DRACMA – Originariamente peso, depois moeda de prata da antiga Grécia. O valor variava conforme a localidade, assim como eram diferentes as unidades de peso em cada centro. A dracma ática pesava 4,366 gramas.

DUCADO – Moeda cunhada sob a jurisdição de um duque. Originariamente, foi a denominação de uma moeda de prata cunhada na Apúlia em 1140 e 1156; depois, de uma moeda cunhada em Veneza, em 1202, pelo doge Enrico Dandolo (chamada também de *grosso*). Em 1284 foi cunhado o ducado de ouro (chamado depois de *cequim*) pelo doge Giovanni Dandolo. Em seguida muitos outros estados italianos e europeus cunharam ducados, à imitação dos venezianos.

DUCATÃO – Moeda grande, de prata, cunhada por Carlos V em Milão, em 1551. Esse tipo de moeda difundiu-se em seguida na Holanda, no Brabante, na Sabóia e na Suécia.

DUPÔNDO – Antiga moeda romana cujo valor era de dois asses.

ESCRÓPULO – Unidade de medida de peso, equivalente à vigésima quarta parte da onça, já usado pelos antigos povos italianos e romanos para o ouro e a prata.

ESCUDO – Esse nome foi dado pela primeira vez a uma moeda de ouro francesa cunhada por Luís IX, o Santo, por ter o escudo como efígie; depois, em 1346, a uma moeda cunhada por Filipe VI de Valois. Cunhada por outros soberanos franceses, em ouro ou em prata, difundiu-se em toda a Europa e em muitos estados italianos, com valores variáveis.

ESCUDO DE CÂMARA – Escudo de curso legal. No mundo latino tardio, *câmara* era o termo que designava o tesouro ou fisco do imperador, do rei ou da província. Na Idade Média também, o lugar onde se guardava o dinheiro público. Curso ou valor de câmara designava, então, o preço com o qual as câmaras recebiam o dinheiro que se devia ao erário, correspondendo ao atual curso legal.

ESCUDO DO SOL – Moeda de ouro que tinha gravado um pequeno sol radioso no começo da legenda. Cunhado pela primeira vez em 1337 pelo rei da França Filipe VI, teve grande difusão em toda a Itália no século XVI.

ESTÁTER – Na Grécia antiga, moeda que, de ouro, valia 20 dracmas, de prata, 4 dracmas.

FILIPPE – Moeda de ouro do valor de 20 dracmas, mandada cunhar por Filipe II da Macedônia, que circulou sucessivamente no mundo helenístico e romano até os tempos de Valeriano. Também escudo de prata do valor de 5 libras, mandado cunhar por Filipe II, rei da Espanha em Milão.

FLORIM – Moeda de Florença, cunhada em prata no século XI, lavrada em ouro a partir de 1252. Levava impressa a flor do lírio, emblema de Florença, e a imagem de São João Batista, protetor da cidade. O florim de ouro florentino teve grande difusão em toda a Europa e foi adotado especialmente na Inglaterra e na Holanda.

FOLLIS – Unidade monetária cunhada na Roma antiga no final do século III d.C. e ainda em curso em época bizantina. Foi, conforme o período, moeda de cobre, de prata, com um valor muito variável.

FRANCO – Originariamente moeda de ouro, depois de prata, cunhada na França por João II, o Bom, em 1360. Com valores diferentes, teve curso como moeda efetiva até 1641, e tornou-se unidade monetária com a Revolução Francesa.

FÜNFZER (pl. *fünfzern*) – Antiga moeda alemã que tinha o valor de 5 grossos e correspondia, aproximadamente, a 20 soldos.

GENOVINA – Escudo de prata cunhado em Gênova.

GRÃO – Antiga unidade de medida de peso, teoricamente igual ao peso de um grão de trigo. Usado para fârmacos e para o ouro, a prata, as pérolas e as pedras preciosas. Também nome dado à moeda de prata que Fernando II de Aragão mandou cunhar para o Reino das Duas Sicílias, e equivalia idealmente a 600.^a parte da onça de ouro. Continuou a ser cunhada até 1825, com numerosos múltiplos e frações. Foi também moeda de cobre.

GROSSO – Antiga unidade de peso francesa, equivalente à oitava parte de uma onça. Também moeda de prata fabricada durante a Idade Média, a partir do século XIII, com pesos e valores diferentes nos diferentes estados em que circulava. Na origem valia 12 denários e correspondia ao soldo da lira, e posteriormente chegou a valer até 4 ou 6 soldos.

HÚNGARO – Antiga moeda de ouro da Hungria, imitada em muitos estados italianos no século XIV, com a imagem de um guerreiro impressa.

JUGADA – Terreno que uma junta de bois pode lavrar num dia.

JÚLIO – Moeda de prata do valor de 10 baiocos, mandada cunhar pelo papa Júlio II (1503-1513), em substituição ao grosso ou carlino papal. Continuou por muito tempo como moeda de outros pontífices.

KREUZER (pl. *kreuzern*) – Moeda de prata de baixo valor corrente na Áustria e na Alemanha do Sul desde a Idade Média, com valores diferentes no variar dos anos. O nome deriva do latim, *cruce*, por levar impressa a efígie de uma cruz.

LIBELA – Pequena moeda romana de prata equivalente à décima parte do denário.

LIBRA – Unidade de medida de peso, já em uso entre gregos e romanos, depois estendida, na Idade Média, a toda a Itália (com um peso um pouco superior a 300 g) e a outros países com valores diferentes. Também moeda real de vários estados italianos e europeus desde a Idade Média, com variações de valor e diferentes denominações conforme o lugar; moeda com valor imaginário de cálculo, lira.

LIRA – Unidade monetária de alguns estados italianos desde a Idade Média, assim chamada porque originariamente correspondia a uma libra de prata. Também com a especificação do soberano ou do estado emitente, ou, então, da cidade ou região em que tinha curso.

LIRA TORNÊS – Moeda de prata emitida no século XIII na cidade francesa de Tours por Luís IX. Também moeda de cobre emitida em Nápoles do século XVI até o fim do reino borbônico.

LIRAZZA – Moeda de prata de baixa liga, equivalente a 30 soldos, emitida em Veneza em 1571.

LIRETTA – Moeda vêneta para a Albânia e a Dalmácia, cunhada pela primeira vez pelo doge Domenico Contarini (1659-1675), menor e mais leve do que a lira, que tinha valor legal na República de Veneza.

LUÍS – Moeda de ouro francesa introduzida por Luís XIII em 1640. Continuou a ser cunhada até a queda da Monarquia, com variações de valor.

MANUELADO – Moeda de ouro ou prata (besante), emitida por alguns imperadores do Oriente de nome Manuel.

MAMOUDIS – Moeda de cálculo em uso no Golfo Pérsico.

MARAVEDI – Deriva seu nome de uma moeda cunhada desde 1087 pela dinastia muçulmana dos almorávidas, que dominou a Espanha do século XI ao século XII. Também *morabitino*. Uma moeda semelhante foi cunhada por Afonso I de Portugal (1139-1185). Foi inicialmente moeda de ouro, depois de prata e por fim, a partir de 1474, de cobre. Foi revogada em 1848.

MARCA – Antiga moeda de prata, ou, às vezes, de ouro. Também antiga unidade de peso, de valor variável em tempos e lugares diferentes.

MARCO – Originariamente unidade de peso, igual a 8 onças. No século XII, o mais conhecido foi o de Colônia, do qual derivaram outros nove marcos, entre os quais o marco Troy de Paris e o marco português. O marco de Colônia foi unidade de peso do sistema monetário germânico de 1524 à metade do século XIX. Também nome de moeda. A primeira apareceu na Inglaterra no final do século X e de lá se difundiu em numerosos países europeus.

MARQUETO – Moeda de cobre do valor de aproximadamente um soldo, cunhada em Veneza nos séculos XV e XVI.

MOCENIGO – Lira de prata do peso de 6,52 g e título 928, cunhada em Veneza durante o governo do doge Pietro Mocenigo (1474-1476).

MOURAIOLA – Moeda de Bolonha fabricada com liga escura, corrente por volta do século XVI. O nome deriva de *mouro*, em referência à cor.

ÓBOLO – Moeda grega que valia um sexto da dracma.

ONÇA – Antiga unidade de medida do sistema ponderal e monetário sículo-italiota e depois romano. Correspondia a um duodécimo da libra e do asse. Em seguida, foi adotada na Itália e em outros países com diferentes valores, oscilantes em torno de 30 gramas. A onça como moeda teve valores diferentes em diferentes momentos históricos e na Itália foi usada em vários estados, especialmente na Sicília, até a unificação italiana. Também moeda com valor ideal de cálculo.

ORT (pl. *ortje*) – Moeda cunhada na Polônia durante o reinado de Sigismundo Augusto (1548-1572), equivalente a 18 grossos ou um quinto do táler. De 1611 a 1660 foi moeda de cálculo na Polônia, Noruega e Dinamarca.

PACASO – Moeda de prata em uso entre os turcos durante o Império Otomano.

PARPALHOLA – Moeda de liga de pouco valor, originariamente cunhada na Provença nos séculos XIV e XV, que em seguida, com a conquista francesa, se difundiu no estado de Milão com um valor de dois soldos e meio. Do francês antigo, *parpaillole*.

PAULO – Moeda de prata cunhada nos Estados Papais a partir do pontificado de Paulo III (1534-1549). Com o tempo, variou de peso e de valor.

PÉ – Unidade de comprimento já em uso antigamente na Grécia e em Roma, e adotada depois em vários países com valores diferentes. Na Itália tinha um valor que variava de 0,30 cm a 0,50 cm, aproximadamente.

PEÇA – Nos séculos XVI e XVIII, moeda múltipla da unidade, cunhada na Espanha e em outros estados europeus, no mais das vezes com a indicação do valor ou do metal empregado, em particular nas expressões *peças de oitos reais* ou *sevilhana*, equivalente a um escudo aproximadamente. Também, simplesmente, moeda.

PECHA – Pequena moeda de cobre que tinha curso em várias localidades das Índias, de modo particular nas províncias marítimas dos estados do Grão-Mogol, com um valor aproximativo de 6 denários, moeda francesa.

PESO – Antiga unidade ponderal, com valores historicamente e geograficamente diferentes. Antiga unidade monetária em uso na Espanha a partir do século XV e, posteriormente, em muitos países da América Central e Meridional depois da conquista espanhola.

PFENNIG (pl. *pfennige*) – Centavo de marco.

PIASTRA – Moedas de prata, de grandes dimensões, cunhadas na Itália, principalmente em Bolonha, a partir do século XVI.

PÍCIS – Moeda chinesa antigamente difundida também no arquipélago da Indonésia.

QUADRANTE – Moeda de bronze romana, com o valor de um quarto do asse duodecimal, isto é, de 3 onças. Também unidade do sistema métrico da antiga Roma, correspondente a um quarto da unidade da ordem imediatamente superior, em particular, a um quarto do pé nas medidas de comprimento, do sextário nas medidas de capacidade, da libra nos pesos, da jeira nas superfícies.

QUATRIM – Denominação de uma pequena moeda, em uso do século XIII ao século XIX, com um valor de 4 denários, adotada por sua comodidade em vários estados italianos e em Florença de modo particular. Assumiu formas, ligas e especificações diferentes, as quais *quattrim fiorentino*, *bolonhês*, *papal*, *branco*, *preto* etc.

QUATRIM PRETO – Moeda cunhada com metais de pouco valor ou com uma quantidade mínima de prata, com um valor intrínseco muito menor que o quattrim branco, totalmente de prata ou de uma liga superior.

QUINÁRIO – Moeda de prata romana, do valor de meio denário. Durante o império foi cunhado também o quinário de ouro.

REAL – Unidade do antigo sistema monetário espanhol. Foi cunhada pela primeira vez em prata no século XIV. Teve valores e denominações diferentes nos vários séculos e difundiu-se também nas colônias espanholas da América. Muitas moedas italianas tiveram o nome de real, ou de múltiplos ou frações dele.

SEMBELA – Pequena moeda romana com um valor equivalente à metade da libela. Do latim *sembella*, termo composto do prefixo *semis* e *[li]bella*, com mudança de gênero.

SESINO – Voz de origem lombarda, derivada de *ses*, “seis”. Moeda do valor de 6 e sucessivamente 8 denários fabricadas em várias partes da Itália entre os séculos XIV e XVII.

SESTÉRCIO – Antiga moeda romana, originariamente de prata, depois de bronze com o valor de dois asses e meio, depois de 4 asses.

SEXTANTE – Moeda de bronze já em uso entre as antigas populações itálicas e depois cunhada em Roma em época republicana, com um valor correspondente a um sexto do asse duodecimal, ou seja, duas onças. Também medida ponderal, correspondente a um sexto de libra.

SÊXTULO – Submúltiplo do asse romano, correspondente à septuagésima segunda parte de tal moeda. Também unidade de medida de peso, correspondente à sexta parte da onça.

SICLO – Antiga unidade ponderal e monetária usada pelos babilônios e hebreus. O termo é freqüente nos textos bíblicos, dos quais se deduz que era moeda de prata, cuja cunhagem foi iniciada por Simão Macabeus por volta de 125 a.C.

SHILLING – No passado, moeda adotada a partir do século XIII em vários países da Europa Central e Setentrional, com valores diferentes em lugares e tempos diferentes, no mais das vezes como moeda divisional do florim, do marco e do táler. Moeda divisional equivalente à vigésima parte da libra esterlina, em uso na Grã-Bretanha de 1504 até a adoção do sistema decimal em 1971.

SOLDÃO – Soldo de cobre ou de liga de prata maior do que aquele de prata pura, antigamente em uso especialmente em Veneza.

SOLDO – Antiga moeda européia que deriva seu nome do sólido bizantino. Durante a Idade Média, por ocasião da reforma de Carlos Magno, voltou ao uso como moeda de prata. No século XII deu-se esse nome às moedas de prata do imperador Henrique IV, cunhadas em Milão; depois foi estendido à moeda de pouco valor de outras cidades. Com a introdução do sistema decimal, passou a equivaler a 5 cêntimos.

SÓLIDO – Moeda de ouro introduzida por Constantino talvez em 317 d.C., que se tornou base da moeda de ouro do Império Bizantino.

STIOLO – Antiga unidade de medida de superfície agrária equivalente a 525 m², em uso na Toscana antes da adoção do sistema métrico decimal.

SULTÂNI – Antiga moeda de ouro da Turquia que também corria no Oriente.

TALENTO – Medida de peso e moeda de cálculo grega. Teve valores e pesos variáveis conforme os tempos, os estados e o metal de que se compunha.

TÁLER – Moeda de prata emitida pela primeira vez em 1486 pelo arquiduque Sigismundo, no Tirol, e cunhada novamente na Boêmia no início do século XVI pelos senhores de Sankt Joachimsthaler, dos quais derivou o nome. Generalizada em seguida em todas as casas da moeda da Alemanha e da Áustria, teve curso até 1871, quando foi substituída pelo marco.

TIMIN (*timmin*, em árabe, derivado de *tumn* = $\frac{1}{8}$) – Nome turco de uma moeda fracionária do escudo francês, com valor equivalente a 5 soldos torneses, que foi objeto de uma maciça especulação no Império Otomano, no século XVII.

TOSTÃO (*testone*, em italiano) – Moeda de prata do valor de um quarto do ducado de ouro, cunhada em vários estados italianos a partir do século XIV e que levava impressa a cabeça (*testa*, em italiano) do soberano em dimensões maiores do que aquelas de outras moedas.

TORNATURA – Antiga medida agrária, com valores variáveis entre 2 mil e 3 mil m², usada na Itália, e na Emília-Romanha de modo particular, antes da adoção do sistema métrico decimal.

TORNÊS – Moeda francesa da cidade de Tours, nos tempos de Carlos Magno. Imitada, em seguida, na Europa e no Oriente com várias formas e valores, quer como moeda efetiva quer como moeda de cálculo, foi cunhada até o século XIX.

TRIENTE – Antiga moeda de cobre equivalente a um terço do asse.

TYMF (pl. *tymfen*) – Moeda de bilhão que tinha curso na Polónia, na Rússia, na Brandeburgo e na Prússia, e nos séculos XVII e XVIII valia 18 grossos prussianos. O nome deriva de Andreas Tymff, o superintendente da casa da moeda onde esta moeda foi cunhada inicialmente.

VICTORLATUS-I – Moeda romana em prata do período republicano que levava impressa a efígie da Vitória.

XERIFE – Antiga moeda de ouro muçulmana de um valor um pouco superior ao cequim veneziano, que circulava no comércio com o Ocidente.

RAÍZES DO PENSAMENTO ECONÔMICO

Com essa coleção a SEGESTA EDITORA visa divulgar no Brasil obras inéditas de autores que são considerados fundamentais na formação do pensamento econômico e que, pela abordagem universal das questões, muito podem enriquecer o debate sobre os grandes temas econômicos da nossa época.

Convém salientar que as obras da coleção RAÍZES DO PENSAMENTO ECONÔMICO são cuidadosamente editadas na sua integridade.

Neste mesmo projeto editorial, já publicamos:

- *Da moeda* (1751), de Ferdinando Galiani (Co-edição com a Musa Editora)
- *Economistas políticos*. Escritos de Adam Smith, William Petty, Nicholas Barbon, Pierre de Boisguilbert, Benjamin Franklin, Encyclopédie de Diderot e D’Alembert, Turgot e David Ricardo (Co-edição com a Musa Editora)
- *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral* (1755), de Richard Cantillon
- *Breve tratado das causas que podem fazer os reinos desprovidos de minas ter abundância de ouro e prata* (1613), de Antonio Serra
- *Diálogos sobre o comércio de cereais* (1770), de Ferdinando Galiani
- *Pequeno tratado da primeira invenção das moedas* (1355), de Nicole Oresme

Próximo lançamento:

- *Economistas portugueses*

Mais informações estão disponíveis no site da editora:

www.segestaeditora.com.br

O e-mail é: segesta@uol.com.br

Este livro foi composto a partir de tipologias da família Garamond.
Impresso na Gráfica Vicentina para a Segesta Editora.
Curitiba, março de 2006.